३३१

3

Condições de Vida do Trabalhador na Agro-indústria do Açúcar

VASCONCELOS TORRES

V331

Condições de Vida do Trabalhador na Agro-indústria do Açúcar

301.35
V 331

Edição do Instituto do Açúcar e do Álcool
RIO DE JANEIRO
1945

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
Nº 162
30.11.951

A

M. PAULO FILHO

Os gráficos e ilustrações são da autoria de Jacintho Moraes.

PREFÁCIO

I

O problema da melhoria das condições de vida do trabalhador em geral, especialmente dêste eterno pária, que é o trabalhador rural, é o problema da moda. Há já o plano de uma politica internacional, pelo menos nas Américas, neste sentido. No fundo, esta política exprime a questão social em tôda a sua plenitude.

No Brasil, êste problema vem preocupando, desde há tempo, muitos dos nossos melhores espíritos — e a campanha sanitarista de Belisário Pena foi a primeira etapa do nosso movimento nacional nesta direção. Pena viu esta melhoria das condições de vida das nossas populações sob o aspecto da saúde e da profilaxia rural; outros a viram sob outros aspectos, especialmente o do regime alimentar. Estudos de campo sôbre o padrão de vida das nossas classes trabalhadoras foram — e estão sendo — feitos em alguns lugares, principalmente em São Paulo e aqui, no Rio. Vários estudiosos estão, por seu turno, prosseguindo nestas investigações em diversos centros do país: — e êste livro é uma prova disto. E' de esperar que, com o impulso dado pela Revolução de 30 à legislação so-

cial, o gôsto por êstes estudos se generalize e adquira amplitude bastante para podermos assentar a nossa política de melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras sôbre bases racionais e científicas e dar ao nosso problema social soluções brasileiras, libertas de qualquer eiva extremista ou comunista, que não teria, òbviamente, razão de ser aqui.

É claro que, para chegarmos a resultados seguros nestas investigações e pesquisas, não basta conduzi-las de acôrdo com a técnica científica; é preciso também conduzí-las de acôrdo com a moral científica, isto é, com absoluta boa fé. Porque todos sabemos que, com a mesma técnica científica e operando com o mesmo grupo social, poderemos obter resultados diferentes ou mesmo opostos, conforme procedermos com boa ou má fé na seleção dos elementos componentes das amostras, *sôbre os quais se terão de basear as pesquisas, os cálculos e os julgamentos. Estudos desta ordem, investigações desta natureza hão de ser realizados com aquela isenção de espírito e aquêle senso de objetividade, que constituem a "scientific candour" dos pesquisadores americanos — o que equivale dizer: sem as idéias preconcebidas e sem os objetivos tendenciosos da chamada "sociologia de partido", que é tudo, menos ciência social. Não é êste o caso do autor, jovem estudioso, cuja paixão por essas investigações no campo da sociologia aplicada permite-nos augurar uma brilhante posição futura neste domínio do saber.*

II

O problema da melhoria das condições de vida das nossas populações é o mais árduo e complexo problema que temos de enfrentar. Para a sua completa solução, há que considerar uma multiplicidade infinita de fatôres, entre os quais os relativos às condições culturais e à tradição psicológica dos nossos grupos locais. No tocante, por exemplo, ao problema da alimentação, não basta determinar cientificamente o quantum de calorias na ração quotidiana; mas, há também que contar com as peculiaridades culturais das populações locais, com a reação dos seus hábitos neste particular, com os seus preconceitos, de dificílima erradicação. Veblen, na sua "Theory of leisure class", observa que nada é mais difícil do que modificar as tradições alimentares de uma população. Da minha parte, tudo me leva a não acreditar como fácil tarefa a modificação do regime alimentar das nossas populações rurais, pelo menos nas suas classes mais pobres e ignorantes. São regimes que têm quatro séculos de aplicação ininterrupta...

Não creio, aliás, que êstes nossos regimes, praticados tradicionalmente entre as nossas populações rurais, sejam tão maus e deficientes, como parece aos nossos técnicos de calorias alimentares — e como parece ao autor. E' preciso não sermos muito radicais neste ponto. Pelo menos, é esta a impressão que colho do livro recente do Prof. A. Sampaio sôbre a alimentação

sertaneja. Há pouco ainda, um dos melhores estudiosos dos nossos problemas nacionais, o Prof. Emilio Willems, da Escola de Sociologia de São Paulo, manifestou dúvidas, muito fundadas, de que estivéssemos autorizados a condenar, assim tão radicalmente, os regimes alimentares seguidos tradicionalmente pelo nosso povo. Êle ponderava, não sem razão, que não se devia esquecer que êstes regimes vêm sendo praticados pelas nossas populações regionais desde os primeiros dias da colonização, sem que, entretanto, estas populações deixassem de crescer e se desenvolver até ao nível em que as vemos hoje. Os dados do autor referem-se particularmente às nossas regiões canavieiras — e assim devem ser entendidos.

III

Na política da melhoria das condições da nossa vida rural, há dois problemas fundamentais, ou melhor, há dois problemas preliminares —, dois problemas — pontos de partida. O primeiro é o problema do homem rural e da sua saúde, o problema da profilaxia das nossas populações do interior, pelo qual tanto se bateu o nosso bravo Belisário Pena. O segundo é o da renovação da técnica do trabalho agrícola pela mecanização e pela cultura racional do solo, problema que tem tido até agora soluções apenas individuais.

O problema do salário, o problema da habitação, o problema da pequena propriedade são, sem dúvida, grandes, fundamentais problemas, mas, os problemas

preliminares, os problemas — pontos de partida a serem resolvidos nesta política de melhoria das condições de vida do nosso povo são o do saneamento rural e o da renovação dos nossos métodos tradicionais de cultura do solo. Libertar o nosos homem do campo do anquilóstomo, do impaludismo e de outras endemias que o debilitam e meter-lhe nas mãos, aviltadas pela tradição da enxada, os timões do arado, que vêm nobilitando, desde os primeiros dias da história, o trabalho agrícola — eis aí os dois problemas fundamentais a resolver preliminarmente, numa política brasileira de melhoria das condições de vida das nossas populações. Os outros problemas, também essenciais — salários altos, habitações higiênicas, pequena propriedade, etc. — êstes virão, "da se", como "il mondo" de Galileu. Quero dizer: como conseqüências lógicas e inevitáveis da solução dêstes dois problemas preliminares.

Enquanto subsistir em nosso povo esta imensa massa amorfa e negativa de malariados, de opilados, de leishmaniozados, de infectados da moléstia-de-Chagas, de disgênicos, de cacogênicos, nada, ou pouco, se poderá fazer pela melhoria econômica *das suas condições de vida, — mesmo que se lhes facultem tôdas as "possibilidades" ou tôdas "oportunidades" de trabalho e riqueza.*

Isto não importa em negar aquêles outros problemas, nem a necessidade de lhes dar solução; mas, apenas em não atacá-los antes de têrmos preparado as condições que lhes assegurem uma solução pràticamente eficiente.

Quanto ao problema da mecanização do labor agricola, se resolvido criteriosamente, esta solução irá dar ao labor da terra uma nova produtividade e, principalmente, ao lavrador uma nova dignidade. No fundo, irá libertar o nosso homem do campo não proprietário e, mesmo, o nosso pequeno proprietário, — o que lavra o seu lote ou data com as suas próprias mãos, ou com mãos salariadas — do tremendo "handicap" das "terras cansadas", mal que os vem afligindo desde o primeiro século, como se vê dos textos históricos, e que os tem transformado em permanentes "fazedores de sapezais e de desertos".

IV

O autor aborda também a questão do êxodo rural. Parece filiar êste êxodo à ausência de um regime sistematizado de pequena propriedade. É preciso notar que êle se circunscreveu, nas suas observações, às zonas canavieiras exclusivamente.

O êxodo rural tem causas muito complexas. Não sei se nos seria lícito filiá-lo a uma causa única — a ausência de pequena propriedade, ou melhor, o regime dominante do latifúndio. Esta conclusão, para ser fidedigna, estaria dependente de um plano de pesquisas, feitas não apenas — como as referidas neste volume — no interior, zonas de emigração, mas, também nas metrópoles e cidades industrializadas, cen-

tros de imigração para onde afluem os rurícolas em êxodo. Principalmente entre a população operária, concentrada nos estabelecimentos fabris, nas emprêsas de construção civil, ou nos serviços e obras públicas. Creio mesmo que os centros melhores para uma pesquisa desta natureza seriam as zonas urbanas, de tipo metropolitano, — e não as zonas rurais. Por isto mesmo, tomo a liberdade de aconselhar o jovem pesquisador a prosseguir, aqui, as suas interessantes investigações sôbre o êxodo rural: dar-lhes-ia, por certo, o seu complemento lógico, o que aumentaria o valor científico das suas conclusões.

Tudo me leva a crer que o que fixa o homem à terra não é tanto a "pequena propriedade", mas a sua "produtividade ótima". Terras sáfaras, mesmo próprias, centrifugam os que sôbre elas e delas vivem. Terras ubertosas, opimas, retêm o rurícola e permitem a melhoria do seu padrão de vida, — trabalhe êle em chão próprio ou em chão arrendado. Na verdade, o que a nossa experiência nos mostra é que é principalmente a "terra cansada" que expulsa o colono — e o obriga a emigrar. Ainda recentemente, o Professor Pierre Deffontaines, grande sociólogo e homem de ciência autêntico, observando a situação das zonas coloniais do Espírito Santo, verificou que os colonos estavam abandonando os seus pequenos lotes e emigrando: — e a razão dêste êxodo era justamente o fato de se terem êstes lotes transformado em "terras cansadas".

O problema preliminar da melhoria das nossas populações rurais é, portanto, organisarmos uma reação sistemática contra êstes dois "handicaps", que as afligem e as retardam na sua marcha para o bem estar e a abastança: — a influência depressiva das endemias tropicais e os métodos primitivos e rudimentares do trabalho da terra. Generalizar e intensificar a profilaxia rural e associá-la à renovação dos processos de cultivo agrário, pela mecanização do trabalho e pela cultura racional do solo, serão êstes os meios mais seguros de processarmos esta reação — o que importará em realizarmos, sem abalos — não justificados aliás — da nossa estrutura econômica, o grande ideal de colocarmos as massas trabalhadoras brasileiras à altura da nossa civilização cristã.

Oliveira Viana

INDICE

Prefácio. . . . . Pág. XI

I — Considerações prévias. . . . . Pág. 25

II — Mobilidade — Causas e efeitos — Fatores — Espécies de mobilidade — O fenômeno nas zonas canavieiras. . . . . Pág. 37

III — Habitação — Influência e relação com o nível de vida — Inquéritos — Diferenciações — A habitação nas zonas canavieiras. . . . . Pág. 67

IV — Salário — Comparação — Lei do Salário Mínimo — Variações — O salário nas zonas canavieiras. . . . . Pág. 111

V — Alimentação — Aspectos gerais do problema — Processos de pesquísa — Critérios adotados na investigação. . . . . Pág. 145

VI — Resultados do inquérito sôbre a alimentação do trabalhador nos Estados do Rio, Minas, São Paulo, Bahia e Sergipe — Condições alimentares — Resultados em confronto — Meios de resolver o problema. . . . . Pág. 171

VII — Situação Civil — Uniões ilícitas — Ambiente moral — Resultados e conclusões Pág. 241

VIII — Outros aspectos do inquérito. . . . . Pág. 257

I

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

I

Um inquérito sociológico para ser eficiente deve ter, antes de mais nada, um método. A pesquisa não é uma simples descrição de fatos e sim uma verificação científica, capaz de determinar as causas que afetam ou condicionam um fenômeno. Por isso, não se concebe o pesquisador sem vocação; um bom inquiridor tem de sujeitar-se ao desconfôrto das regiões sertanejas, tem de identificar-se com a simplicidade do homem rude, sem instrução, que responde às perguntas de um questionário com elevado grau de desconfiança, antevendo um maior pagamento de impostos ou uma convocação para o serviço militar.

Infelizmente, talvez por falta de pesquisadores, ainda não foi possível um levantamento das condições de vida do povo brasileiro. Sabe-se que o seu padrão de vida é ínfimo, que no Oeste existe um regime pastoril semelhante ao dos dias coloniais, que o cortador de cana no nordeste mal ganha para comer, etc., mas ninguém perquiriu as suas necessidades, ninguém procurou saber dos fatos originadores de um estado de verdadeira miséria, dessa miséria que acompanha de perto o trabalhador patrício. Até hoje só pudemos registrar contribuições isoladas, sem

expressão no conjunto, algumas de caráter narrativo, outras especializadas como o caso dos inquéritos sôbre alimentação. Os dados coligidos, porém, estão longe de fornecer ao govêrno e aos estudiosos, bases para um programa de assistência objetiva. As diferenças de clima, de costumes, de habitação, etc.; não foram devidamente demarcadas pelos técnicos. Falta-nos um instituto nacional de investigação social, cujo trabalho se estendesse por todo o país, selecionando grupos, porque, como ensina a sociologia moderna, nêles se manifestam os fatos.

A sociologia ainda não pôde contribuir com os seus vastos recursos para o bem-estar da gente campesina e, em parte, a ausência de pesquisas é responsável por êsse retardamento. Nunca se procurou conhecer o comportamento psico-social das populações rurais e, sem um estudo dessa natureza, não é possível a realização de um programa de fixação do homem ao solo. A sociologia, escreve Carl. C. Taylor, acima de tudo tem uma contribuição a prestar para a compreensão, por parte da população rural, de que ela está vivendo em uma sociedade composta, em grande parte, de relações comparativamente novas, que a envolvem em problemas que não constituíam fatores da vida rural das gerações passadas.

Para uma pesquisa ser levada a bom têrmo é preciso, sobretudo, a escolha dos indivíduos que irão procedê-la; não basta simplesmente colhêr dados: o pesquisador tem obrigação de conhecer as diferentes

Trabalhando na fornalha

INSTITUTO DO AÇÚCAR
- BIBLIOTECA -
E DO ALCOOL

maneiras de investigar e, também manter uma conduta de observação, não se limitando apenas aos ítens de um formulário.

O êxito de uma pesquisa, na maioria das vêzes, depende do primeiro instante. O pesquisado tem de ser pôsto à vontade, tem de ver no pesquisador um amigo que procura inteirar-se da sua vida, a fim de melhorá-la. Se uma pessoa inquirida suspeitar, mesmo de leve, das indagações que lhe estão sendo feitas, suas palavras não corresponderão à verdade e alguns dados importantes poderão ser omitidos. Uma pergunta que não é respondida satisfatòriamente deve ser renovada, até que se consiga o desejado.

No caso do padrão de vida, por exemplo, a alimentação é um dos capítulos de especial interêsse. Através do material recolhido é possível conhecer os motivos que ocasionam uma alimentação imprópria. Em geral é o trabalhador que faz suas compras no fornecimento e, dessa maneira, está apto a informar as quantidades de gêneros alimentícios que adquire. Para obtenção dos seus gastos alimentares temos, portanto, duas fontes: à caderneta de crédito e suas declarações.

Omitir um alimento proveitosamente consumido importará num êrro quando fôrem calculados os correspondentes energéticos, sem falar na impressão falsa que se terá do caso. Há trabalhadores que se aprovisionam de gêneros por mês e outros por semana; o pesquisador deve declarar como é feita a

compra, se semanal, quinzenal ou mensalmente. Na parte que diz respeito à habitação, será conveniente uma visita à casa do pesquisado. O pesquisador anotará, então, se ela é isolada ou faz parte de grupos, se as condições higiênicas são compatíveis com a vida rural (no caso particular), de que forma é feito o abastecimento dágua (cisterna, poço, etc.), o tipo da construção e da cobertura, etc..

A dificuldade em organizar um inquérito reside em como aplicar um método de investigação que possa oferecer, quanto possível, a imagem da realidade. O melhor método é aquêle preconizado por Edmond Demolins. O grande sociólogo francês admite três operações distintas e sucessivas: a análise, o confronto e a classificação. Os elementos que estão incorporados devem ser reduzidos a estado de corpos simples para que sejam considerados separadamente.

II

No Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Distrito Federal, foi debatida a importante questão do padrão de vida. Seria interessante que os nossos economistas cuidassem pela primeira vez de estudar medidas práticas a fim de resolver as necessidades mais prementes dos rurícolas brasileiros, propondo a criação de uma legislação agrária especializada, que assegure ao trabalhador rural o lugar que de direito lhe cabe. Em conferências outras, reali-

zadas na Europa e mesmo na América, êste assunto tem passado despercebido. No momento atual, porém, êle deve ocupar a atenção dos estudiosos patrícios, principalmente em face do alarmante êxodo das populações do interior, que buscam a cidade na certeza de ganhar mais e de comer melhor. Estamos em plena fase da industrialização, mas em hipótese alguma devemos subestimar a vocação agrícola da terra brasileira, e isto porque o abandono da agricultura refletirá profundamente em nossa economia, colocando-nos numa dependência nada aconselhável. Infelizmente, apesar das medidas em contrário, êste abandono está se verificando graças ao desamparo em que tem vivido o obreiro rural. O padrão de vida da classe agrária é ínfimo por motivos vários: salários baixos, habitação desconfortável, alimentação insuficiênte, quase nenhuma assistência médico-social. A família rural, poderíamos dizer, vive à margem da vida civilizada.

Uma das teses apresentadas ao importante conclave cogita, de maneira geral, do estudo dos níveis de vida no Brasil e no mundo.

Tais estudos, como é sabido, demandam tempo e exigem uma técnica especial, sem falar na indispensável equipe de pesquisadores competentes e honestos. De um tempo para cá têm aparecido entre nós instituições de pesquisa social científica, algumas das quais, como a Escola Livre de Sociologia e Política, com um acervo de importantes dados sôbre as causas

que condicionam e afetam o **standard of living** de certos grupos sociais paulistas. Sôbre o trabalhador rural pouco existe, a não ser os esforços isolados de ruralistas que batalham pelo bem-estar da gente campesina. Estudos de iniciativa individual têm sido realizados. Em São Paulo, por exemplo, há uma esplêndida bibliografia sôbre a alimentação do trabalhador industrial. Em outros Estados, com menor intensidade, tem-se estudado o problema alimentar. Na terra fluminense o assunto é tratado carinhosamente por técnicos de renomado valor e também pela Sociedade Fluminense de Alimentação e Nutrição. Mas, insistimos, essas pesquisas são efetuadas nas cidades; o campo ainda não foi objeto de um estudo particularizado.

Vivemos uma época de mudanças constantes, mudanças que proporcionam desajustamentos e impõem novos problemas. É necessário um conhecimento objetivo para a solução dêsses problemas ligados ao padrão de vida. O estudo do **standard** de vida rural brasileiro, em rigorosas bases científicas, nem sequer foi tentado. A proposta, portanto, formulada ao Congresso de Economia tem uma atualidade indiscutível. Faz-se necessária, entretanto, a elaboração de um método científico de pesquisa, que se enquadre com as realidades nacionais, e a preparação de um grupo selecionado de pesquisadores. "As características históricas, sociais, psicológicas e institucionais da opinião do agricultor deveriam ser

estudadas em bases locais, nacionais e ocupacionais à medida que se tenta compreender e lidar com os ajustamentos julgados necessários para a agricultura e a vida rural", escreve Carl Taylor.

O inquérito que realizamos visa, apenas, dar uma idéia geral da situação do trabalhador na agro-indústria do açúcar. As pesquisas eficientes são sempre renovadas e, justamente um de seus lados interessantes é conseguir mostrar as diferenciações de uma época para outra. Nosso intuito é oferecer aos estudiosos dos problemas das condições de vida uma contribuição isolada, feita num setor da atividade econômica do Brasil.

III

Há quase cinco anos estudamos as condições de vida do trabalhador canavieiro. Nesse lapso de tempo comprovamos que o melhor sistema para se atingir a objetividade, é a verificação direta dos fatos. Durante o período em que realizamos a pesquisa, cujos resultados agora apresentamos, mantivemo-nos no plano do observador, sem nunca nos deixar levar por julgamentos prévios, baseados no ensinamento de Durkheim, o eminente cientista francês que condena as prenoções, pois elas favorecem as imagens falsas.

O que se verá no decorrer das páginas que se seguem, é o retrato daquilo que nos foi dado constatar. É certo que o inquérito tem falhas, mas não

menos certo foi o propósito sincero do autor em não se absorver em indagações inúteis, em procurar sentir as necessidades daqueles que mourejam nos canaviais da nossa terra.

Muitos dos assuntos ventilados nos capítulos dêste trabalho, foram objeto de artigos que publicamos na revista **Brasil Açucareiro**, no **Correio da Manhã**, do Distrito Federal, e no **O Estado**, de Niterói. A matéria foi dividida em partes, visando uma distribuição melhor dos assuntos.

Não há o menor intuito tendencioso nestas páginas que, a bem dizer, completam o nosso modesto "Ensaio de Sociologia Rural Brasileira", publicado em 1943. Divisamos o interêsse científico. Está claro que o nosso desejo é, também, de um dia ver o trabalhador nacional livre da miséria em que vive. E, se por destino, êste trabalho de algum modo contribuir para o conhecimento do assunto abordado e para a eliminação das causas geradoras dos problemas focalizados, dar-nos-emos por felizes e inteiramente compensados.

Niterói — 1945.

II

MOBILIDADE — CAUSAS E EFEITOS — FATORES — ESPÉCIES DE MOBILIDADE — O FENÔMENO NAS ZONAS CANAVIEIRAS

I

No inquérito a que procedemos sôbre as condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar no Brasil, não deixamos de colhêr dados acêrca da mobilidade.

Visitamos os casebres dos obreiros, onde estavam as tarimbas e as latas servindo de panelas; uma prole triste, refletindo no olhar a miséria dos pais. Alguns trabalhadores tinham vindo de outras terras e um grupo pensava em ir mais adiante em demanda de confôrto e bem estar.

Tivemos ensejo de averiguar que o trabalhador rural, no fundo, mira o obreiro industrial, acalentanto a esperança de, um dia, cambiar a rude tarefa campesina pela relativa comodidade de um abrigo que lhe fornece a usina, de um salário mais elevado, de uma roupa mais decente e de uma casa melhor. É interessante assinalar que uma boa parte dos rurícolas exerce funções mistas. Na entre-safra, cortadores de cana e carreiros colaboram na reparação e, na safra, segundo apuramos, pequena percentagem trabalha sob o teto da fábrica. Grande número dos trabalhadores rurais que ouvimos deixaria de bom grado as lavouras em troca do contrôle de uma tur-

bina, de um vácuo ou mesmo de uma caldeira.

Nas zonas canavieiras nordestinas, o rareamento da mão de obra já não constitui uma simples ameaça: tornou-se uma realidade que, infelizmente, se vai acentuando dia a dia. Com intensidade menor, o problema se verifica no sul, êste grande foco de atração de braços. O despovoamento rural se processa num crescendo e, por isso, não é difícil prever para muito breve uma séria crise, cujas repercussões serão de funestas conseqüências na economia nacional.

A produção de açúcar no norte, a qualquer momento, pode ser comprometida em face da escassez da mão de obra agrícola. Em um grande número de municípios pernambucanos e alagoanos é com incrível procura que se consegue obter trabalhadores para a faina rural. Os salários das bases militares e das fábricas de tecidos são mais elevados e as perspectivas de melhores condições de vida são tentadoras. Afora a mobilidade ocasionada por motivos mesológicos, está se verificando, atualmente, a emigração para a Amazônia.

O Sr. Orlando Vieira Dantas (1), num trabalho recentemente publicado, confirma as nossas observações. Fala de Sergipe, mas suas palavras bem se podem estender aos demais Estados. Diz êle: "Sergipe com 21.552 quilômetros quadrados, possuindo massapês ricos e terras sílico-argilosas férteis — com uma

(1) Orlando Vieira Dantas — O Problema Açucareiro de Sergipe (Aracaju).

Cambiteiros

densidade demográfica de 25,3 — tem, contudo, sua população estacionária. **Fugindo do serviço braçal** (o grifo é nosso) **que não proporciona meios para uma alimentação farta, uma habitação higiênica, o sergipano emigra para o sul da Bahia, para São Paulo e Paraná, na esperança de encontrar aquilo que a sua terra não lhe pôde proporcionar**". E o despovoamento rural se intensifica, forçoso é dizê-lo, por não possuirmos uma política de fixação do homem ao solo.

E não é só o trabalhador que emigra. O agricultor também abandona a terra que, na maioria das vêzes, pertence a outrem. Êle sente que jamais será um pequeno proprietário e decide-se. Êste não é bem o local para falarmos sôbre a pequena propriedade, não incrementada no Brasil. Mas, de passagem, digamos algo sôbre tão momentoso assunto. Como é sabido, os grandes senhores de terras não concebem a existência do pequeno lavrador, êsse infeliz que não tem dinheiro para comprar instrumentos agrícolas, freqüentemente esbulhado nos seus direitos.

Várias soluções são apontadas para barrar o despovoamento rural e, uma delas, é a pequena propriedade, um fator, na frase de um acatado sociológo brasileiro, de estabilidade. Está claro que não é possível uma distribuição de terras, sem método. Não é aceitável que, da noite para o dia, seja realizado o milagre da transformação do trabalhador rural num pequeno proprietário. "Dar a cada um a sua terra ou

a sua casa —eis a primeira face do problema", escreve Oliveira Viana. A tarefa de preparar a mentalidade do trabalhador — ensino do cultivo racional da terra, emprêgo dos apetrechos da lavoura, os benefícios do regime cooperativista, a utilização do crédito rural, etc. — constitui um dos pontos básicos dessa política sadia.

Caio Prado Junior (2), com aquêle senso da realidade brasileira, num trabalho publicado no boletim do M. T. I. C. estuda, com inexcedível precisão, a pequena propriedade. A solução que aponta é a solução nacional e a que se enquadra perfeitamente na política de colonização que deveríamos adotar. O ilustre escritor paulista diz textualmente: "Não vejo nada de impraticável na idéia de adquirir o Estado grandes áreas em regiões convenientes, loteá-las em seguida, cedendo-as depois em condições acessíveis aos trabalhadores rurais. O sistema seria aplicado numa zona atrás da outra, realizando-se assim, com a possível brevidade, a transformação total da nossa estrutura agrária". A pequena propriedade, ademais, impediria o latifúndio.

Um meio, que poderia sustar, também, o êxodo nas zonas canavieiras mais diretamente ameaçadas, seria o da criação de um regime misto de trabalho. O fazendeiro ou o usineiro, mediante a prestação de determinados dias de serviço, forneceria um sítio ao tra-

---

(2) Caio Prado Junior — Problemas de Povoamento e a pequena propriedade — Bol. N.º 115.

Habitações rurais — Usina Novo Horizonte — Estado do Rio

balhador, no qual êste plantasse o que bem lhe aprouvesse para o sustento da sua família. Nasceria, assim, estamos certos, uma nova instituição de lavradores fortemente apegada à terra.

Mas, não nos compete penetrar na seara alheia e, portanto, retomemos o fio da meada.

Nas zonas canavieiras do sul, a mobilidade se processa diferentemente. Na capital da República podemos sentir o fenômeno do progressivo desinterêsse pelo campo. A maioria das empregadas dos cariocas é de origem fluminense ou mineira. De que maneira elas chegam ao Distrito Federal?

Há um curioso tipo do interior fluminense e mineiro: é o **comissário**, um homem que viaja determinados dias na semana, encarregando-se de levar cartas, objetos, etc., de um lugar para outro, mediante uma certa retribuição em dinheiro. É figura popular e, por bem dizer, conhece todo mundo. Nas estações do interior é esperado com ansiedade por muitos e sempre está sobrecarregado de encomendas. Êste **comissário**, entretanto, está desempenhando um papel de relêvo no despovoamento rural. Sem obstáculos de qualquer espécie, arranja emprêgo para filhas e filhos de humildes trabalhadores braçais. Moças e moços, que ajudavam seus pais nos misteres agrícolas, chegam ao Rio, um tanto acanhados, é verdade, mas logo adquirem desembaraço e na primeira oportunidade chamam os pais; são, por assim dizer, uma verdadeira cabeça de ponte da família rural na

cidade. Os pais vêm e se estabelecem definitivamente no terreno. Não é preciso acentuar que cada família que emigra é uma lavoura que finda.

A nossa população rural, em relação à urbana, decresce para um nível bem baixo. Não podemos subestimar o fator salário, um dos mais significativos, pois a baixa remuneração contribui para a mobilidade do trabalhador, que vai em busca de uma região onde o salário é mais elevado.

Os homens do campo, quase sempre, estão atravancados com as dividas nos fornecimentos e seu nível de vida tende a baixar à proporção que o custo de vida aumenta. Infelizmente o salário não acompanha a corrida altista. "O quadro dos salários agrícolas do país, escreve Rafael Xavier, bem nos mostra a miserável remuneração paga ao trabalhador do campo e a necessidade imperiosa de darmos novas condições de vida ao camponês para aumentar sua capacidade aquisitiva e restaurar o trabalho rural pela fixação das massas humanas dos campos nas atividades agrícolas". Roberto Simonsen, acatado economista brasileiro, escreve: "Se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção; se esta é de pequeno valor em relação ao volume da mão de obra disponível, como obter um elevado quociente se o dividendo é fraco e o divisor cresce contìnuamente? O nosso grande mal, atingindo tôdas as classes, principalmente a dos trabalhadores, é a insuficiência do ganho".

II

A mobilidade do trabalhador rural ocorre em várias nações, com exceção daquelas que possuem sólida estrutura agrária. Para não ir longe, citamos a Argentina. O Professor Bernardino Horne (3), eminente ruralista platino, escreve: "O fenômeno do êxodo dos trabalhadores rurais para as cidades, embora seja mundial, e se acentue desde o século passado por diversas causas, aqui na Argentina é inexplicável e adquire, especialmente nestes últimos anos, caracteres catastróficos". Mostra a seguir que no ano de 1930 a população rural havia diminuído de 32 % em relação à urbana.

O Prof. Severino Aznar (4), no seu pequeno, mas importante livro, "Despoblación y Colonización", enumera uma série de causas geradoras do despovoamento rural. Trata, o mestre, do caso particular do seu país, a Espanha, mas o seu trabalho de determinação pode, com certas restrições, muito bem ser aplicado no Brasil. Falando das causas econômicas, entre outras coisas, diz que a vida dura e insegura do trabalhador do campo e a fascinação da cidade são importantes fatores de despovoamento. Cita a lei de Goltz, cujo enunciado é o seguinte: "la migración cresce paralelamente a la expresión de la propriedad

---

(3) Bernardino C. Horne — Política Agraria y Regalución Economica — Buenos Ayres.

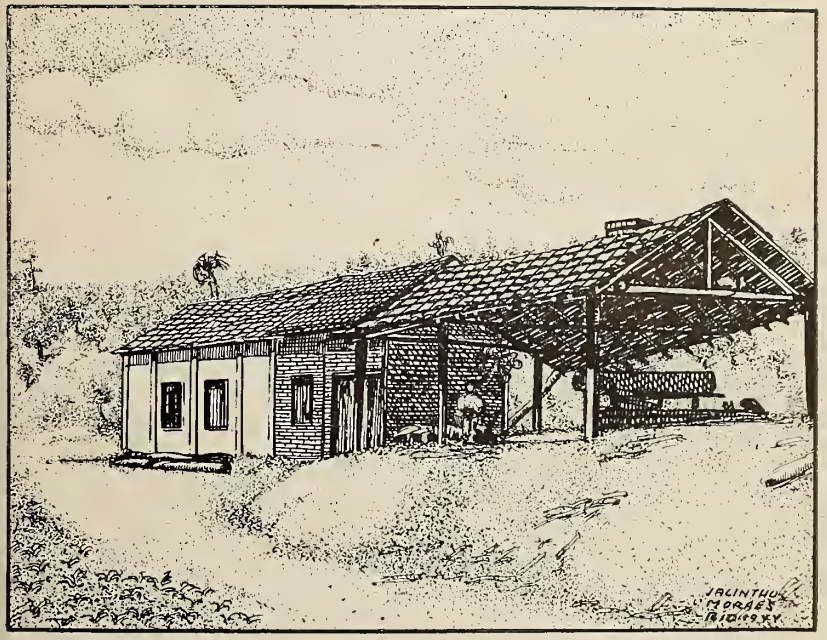
(4) Severino Aznar — Despoblación y Colonización — Col. Labor.

latifundiaria, y disminuye com igual paralelismo en relación a la pequeña propriedad". Segundo ainda o Prof. Aznar, a lei, para concretizar mais êsse paralelismo, pode ser assim formulada: "a un aumento en proporción aritmética de la propriedad latifundiaria, corresponde un aumento en proporción geométrica de la migración campesina". O acatado lente peninsular acentua que fazer da agricultura um alto valor social é justo, pois, do contrário, o campo terá sempre uma ferida aberta, pela qual se escoará a vida da terra.

III

Em 1941 percorríamos o Estado de Minas Gerais, obtendo elementos para o estudo das condições de vida do trabalhador. Naquela época, vários senhores de engenho rumavam para a cidade e isto porque se estava generalizando a compra de quotas de açúcar. Nessas transações, o senhor de engenho saía perdendo; ia, então, para a urbs, onde se proletarizava ou emigrava.

Por lei, devem ficar paralizadas tôdas as fábricas que venderem suas quotas de açúcar. Examinando-se como se faziam essas vendas, chega-se a conclusões dolorosas, pois os pequenos fabricantes — na maioria das vêzes — eram vítimas de golpes adredemente preparados e caíam na armadilha, mal percebendo a chantagem hábil de falaciosos intermediários, homens



Um engenho sulista

que precisavam ganhar dinheiro — mas que pouco se importavam em lançar patrícios seus na mais horrenda das misérias. E alguns dêsses intermediários eram funcionários do Govêrno, pessoas influentes, que convenciam aos incautos proprietários ser possível a fabricação do açúcar, mesmo depois de vendida a quota. Não eram todos, cumpre esclarecer; havia concorrência entre os interessados e, nesta, surgiam farmacêuticos, comerciantes, etc. Procediam indevidamente e não tinham advertência ou censura das autoridades competentes, tal criminosos impunes, ganhando prestígio, cada vez mais, pelas vantagens que alegavam nos negócios e pelas amizades que diziam ter no Rio de Janeiro. O nosso homem do interior, inegàvelmente, gosta de ouvir **falar bonito**, deslumbrando-se com a mímica estudada dos exploradores inescrupolosos. A conversa é sempre no seguinte estílo: "o senhor não tenha receios; suas despesas terão recompensa na outra fabricação e virá uma garantia do Instituto... pode deixar por minha conta". A garantia do Instituto era o lacramento imediato dos engenhos que vendiam suas quotas. Não havia outra. O fabricante pobre, porque pobre são todos os que produzem açúcar bruto ou turbinado (em alguns casos) deixava-se levar e assinava um contrato, inconsciente do êrro que praticava. Acontecia muitas vêzes que os fabricantes assinavam — ou mandavam assinar — a venda das quotas, certos de que estavam pedindo baixa de impostos e que, de uma vez por tô-

das, livres ficariam dos importunos fiscais, importunos na expressão dos intermediários. A vantagem que levava o comprador era inegável; não menos inegável a desvantagem do vendedor.

Já naquela época surgiam anulações de vendas, impugnações de contratos viciados, etc. O lôgro era descoberto em tempo, entretanto, as anulações não se faziam sempre. Quando o fabricante tinha de recorrer ao judiciário, estando, **ipso fato**, sujeito ao pagamento de custas, de advogado, etc., as vendas não se anulavam porque o prejuízo acarretado pela ação judicial, sem dúvida, seria maior que o da cessão da quota de açúcar. Verificaram-se casos em que o cessionário, depois de vendida a quota, ao receber a visita do fiscal que, no cumprimento do seu dever, ia lacrar o engenho, estranhava essa operação, alegando que o comprador lhe dissera não existir tal formalidade legal. O agenciador de quotas, na mentalidade dêsses pobres homens, possui mais autoridade que o próprio fiscal. Isto, em parte, decorria de verbosidade do intermediário, que não tinha escrúpulos em falar sôbre os **amigos influentes**, como se êstes fôssem simples instrumentos das suas veleidades.

Um saco de quota, em 1941, valia mais ou menos Cr$ 60,00, quase o valor de um saco de açúcar cristal. Pagava-se acima e abaixo, sendo Cr$ 80,00 o valor máximo na zona sul. Os intermediários recebiam, conforme a aquisição do açúcar — bruto ou turbinado — Cr$ 2,00 e 5,00 respectivamente por saco negociado.

Não tinham lucro os vendedores, a não ser os mentirosamente apontados pelos compradores.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho (5), no seu valioso estudo sôbre os "Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira", alude ao assunto que estamos tratando neste capítulo. Diz o ilustre escritor que os "pedidos de transferência de quota, multiplicando-se nos Estados do sul, criavam uma situação difícil, capaz de refletir-se nas condições de vida econômica de regiões ou municípios, privando-os ràpidamente de uma fonte de recursos, pois que a transferência da quota acarretava o lacramento do engenho e cessação de tôda atividade produtora dessas fábricas de açúcar. Essa conseqüência era visível em várias zonas, sobretudo no Estado de Minas".

Os caçadores de quotas, agravando os males, exerciam nociva atividade sob o ponto de vista da economia municipal. Explicamos o motivo: numa zona, onde a fabricação de açúcar (turbinado ou bruto) constitui a principal fonte de riqueza, o deslocamento da produção para outros lugares, fatalmente acarreta um abalo na economia do município, sem falar em outro problema, qual o do desemprêgo de vários trabalhadores industriais e rurais. Se a pecuária aparece como substituta da lavoura de cana, como sempre, o abalo não deixa de persistir, pois aquela não

(5) Barbosa Lima Sobrinho — Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira — Pág. 270 — 2.ª Edição — Rio.

exige idêntico número de trabalhadores como esta. O sul de Minas Gerais vinha sofrendo com a transferência de quotas de açúcar, umas saídas de Passos, outras de Cássia, Ibiraci, etc., e que iam para Ponte Nova e outras regiões, enriquecendo um município e empobrecendo outros.

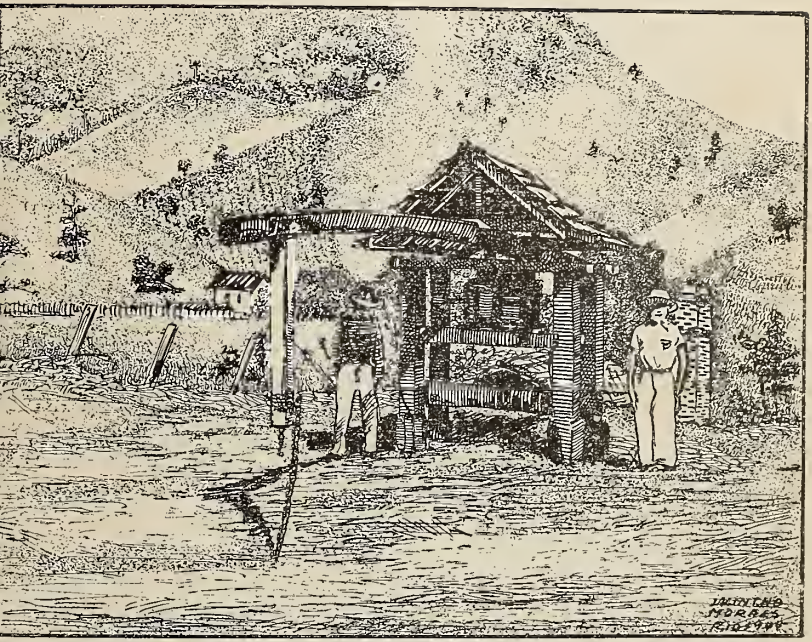
Havia verdadeiros **bureaux** de compra e venda de quotas de açúcar. Hoje, os senhores de engenho são pobres. Há os que fabricam açúcar para o consumo da fazenda e os que logram vendê-lo, a fim de equilibrar os gastos da propriedade. Tirar as suas quotas, como criminosamente faziam — criminosamente porque existia dolo e má fé — era uma impiedade.

E tudo isto agravava o êxodo rural, fazendo com que a mobilidade mineira atingisse uma intensidade tal que, ao tempo que lançava na pobreza pequenos proprietários, despovoava municípios e, gradativamente, matava a agricultura.

IV

Dissemos de uma feita: as lavouras de cana prendiam o homem ao solo. Situadas no litoral, reuniam todos os requisitos para fixar o elemento humano. Os engenhos não favoreciam a emigração, por isso que todos, ou quase todos os seus trabalhadores eram escravos.

O açúcar, no passado, não figura em nenhum



Um engenho primitivo, onde o proprietário se confunde com o trabalhador

capítulo da história das migrações rurais brasileiras. Só mais tarde — quando o rústico banguê teve de enfrentar a portentosa chaminé da usina — o açúcar, lançando uma infinidade de pessoas na miséria, incentivou, por fôrça da situação, o êxodo rural. O senhor de engenho, definitivamente esmagado, era o primeiro a trocar sua autoridade pela subserviência; seus filhos demandavam as capitais em busca de lugares públicos.

Os fatores da mobilidade hodierna são múltiplos e alguns dêles foram discriminados linhas atrás. As usinas não podem, por variados motivos, estipendiar o obreiro à altura das suas necessidades. Nas cidades próximas aos centros açucareiros vive-se uma vida mais digna e a resultante é conhecida: o trabalhador arruma a sua trouxa, embarca no trem, quando é o caso, ou viaja a pé, e oferece os seus serviços à indústria urbana.

Tratamos em particular, no desenvolvimento dêste capítulo do nosso inquérito, do trabalhador rural, porque é justamente nêle que a tendência de mobilidade é mais expressiva. Isto, entretanto, não importa em dizer que o trabalhador industrial tem capacidade de fixação. Êle, também, na primeira oportunidade deixa a usina.

Conhecemos, durante as nossas viagens de estudo, o curioso tipo do trabalhador itinerante. Dir-se-ia que êle não consegue parar. Hoje trabalha aqui, amanhã acolá. Com homens dessa ordem, a produção

fica, a bem dizer, sujeita à vontade do obreiro. Nas zonas em que tal fato se verifica mais freqüentemente, o proprietário procura meios de engôdo para o seu auxiliar e, muitas vêzes, fornece-lhe aguardente grátis, porque, tristemente, o álcool é um agente de fixação, no pensar daqueles que carecem da mão de obra. Nosso saudoso amigo Hélion Póvoa apavorava-se com essa política, nociva por todos os títulos. O ilustre fluminense tivera conhecimento de que, em algumas fazendas do sul, fazendeiros distribuíam cachaça, certos do seu poderio como fator de estabilização. Pretendia o querido mestre levar ao conhecimento do Govêrno êsse pernicioso processo, utilizado, é bem verdade, pela absoluta necessidade de braços. O grande cientista morreu antes de realizar o seu nobre intento.

Catalogamos duas espécies de mobilidade: uma decorre da vontade do trabalhador que, por conveniência, resolve abandonar o trabalho. Na segunda modalidade o obreiro é chamado pelo aliciador ou, então, pelo proprietário de uma usina ou seus agentes.

O aliciador nasceu do advento da industrialização. Surgiu a precisão de braços para a indústria e onde recrutá-la senão nos campos, esplêndidas reservas de homens que sempre viveram uma vida pobre ? Os aliciadores percorreram as zonas agrícolas, varando os sertões, qual bandeirantes — trágicos bandeirantes — à cata de fôrças para impulsionar máquinas. Aos rurícolas mostravam um mundo diferente,

Cortadores de cana em plena faina

onde a comida nunca faltava, a casa era boa e o dinheiro era muito. Foram trazendo, pouco a pouco, para a cidade, os lavradores tostados de sol. Atrás quedava uma lavoura e ali não mais a terra seria sulcada pelo arado.

São Paulo e o Estado do Rio, sedes de importantes indústrias, começaram a receber os braços daqueles campônios, que trocavam a enxada por uma situação mais cômoda, inteiramente diversa da rude atividade campesina. Da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, do norte enfim, saíram levas de trabalhadores, bandos de homens que enfrentavam as canseiras de uma jornada longa, na esperança de encontrar aquilo com que sempre sonharam. Os mais audazes instigavam os mais fracos. E se é fato que a emigração, muitas vêzes, seja um índice revelador de capacidade, aqui ela perde o seu caráter. Não se trata pròpriamente de capacidade e sim de necessidade, necessidade esta em que repousa a tendência rurífuga, nascida do desamparo em que sempre viveu o trabalhador.

Estamos em plena fase da industrialização. Não podíamos permanecer naquela apatia de ontem, fruto talvez de contingências outras que não as da nossa vontade. É certo que a independência industrial possibilitará ao Brasil o desenvolvimento das suas ferrovias, a construção dos seus barcos e dos seus canhões. Não seríamos por tôda a vida um país essencialmente agrícola, importando tudo, amarrado pelas cordas de

um tradicionalismo que impedia nossa expansão, que nos asfixiaxa e, mais que isso, nos fazia um país desconhecido. Tudo isto é verdade; entretanto, devemos atentar para o fato de que a nossa economia está firmemente baseada na produção agrícola. Carecemos de indústrias, mas não podemos abandonar lavouras.

Como dissemos, o usineiro torna-se fator da mobilidade. Nem sempre é o usineiro do mesmo Estado. Testemunhamos, no Estado do Rio, um caso. Um usineiro matogrossense andava à cata de mecânicos para a sua fábrica e, pelo que nos disse, os havia conseguido porque prometera régia remuneração. A indústria, nesta segunda forma, é a mais visada, diríamos melhor, é a visada pelo contratador — o usineiro ou seus agentes. Visitas dessa natureza são realizadas de quando em quando, e o resultado já o sabemos. Nas fichas do Estado do Rio, Bahia, etc., aparecem trabalhadores pernambucanos e de outros Estados.

*

* *

A escassez da mão de obra agrícola relaciona-se com as condições de vida. No nordeste, principalmente, o braço inexistente valorizou o trabalho, mas nem mesmo essa valorização — aparente na verdade — influiu no seu aparecimento. Dir-se-ia não mais interessar o amanho da terra, função não compensadora por todos os motivos. Evidentemente sofre a pro-

dução, enquanto o reduzido número de obreiros aguarda a oportunidade de deixar também o labor rural. O mato invade as plantações. Pequenos proprietários proletarizam-se. A cidade fica como que numa pletora de homens. Os recursos alimentares são sacrificados pelo constante êxodo das populações campesinas. Tudo isto decorre, porém, da falta de interêsse pelo campo, falta esta traduzida na ausência de uma política de fixação do homem à terra.

III

HABITAÇÃO — INFLUÊNCIA E RELAÇÃO COM O NÍVEL DE VIDA — INQUÉRITOS — DIFERENCIAÇÕES — A HABITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS

I

A casa sempre foi um complemento indispensável à vida do homem. É sabido que a necessidade de abrigo e de alimentação determinam o trabalho, que outra coisa não é senão o meio pelo qual o indivíduo assegura a sua subsistência e o seu lar.

A casa, porém, não possui a finalidade única de abrigar o homem ou de pô-lo a salvo do ataque de animais ferozes. Ela tem ainda sua importância sob o ponto de vista moral, tornando-se um elemento que muitas vêzes atua sôbre seus habitantes. Assim, a promiscuidade nos dormitórios gera uma situação pouco aconselhável. Crianças que dormem nos mesmos compartimentos dos pais recebem, forçosamente, uma educação inadequada. É na casa que a criança forma a sua mentalidade e tem a sua primeira escola.

O **jus regaleano** estabelecia que todo homem tinha direito a um pedaço de terra para construir sua casa. A terra, nos dias de hoje, entretanto, não basta, pois o homem não dispõe de recursos materiais para construí-la. A impossibilidade do financiamento da construção de uma casa é um dos ângulos do problema da habitação .

A casa influi na vida do indivíduo e, de certo modo, reflete o grau de prosperidade de um país. Se uma nação tem boas casas para o seu povo, não pode deixar de ser adiantada. As habitações africanas traduzem a civilização do continente negro.

A habitação é um dos importantes aspectos do padrão de vida. Carl Taylor diz que ela tem sido, provàvelmente, o ponto mais fraco no padrão de vida material rural. Varia de acôrdo com as regiões, mas em todos os países americanos é deficiente. "Até certo ponto, escreve o Prof. Delgado de Carvalho (6), a casa pode ser considerada como um produto do solo ambiente, pois é no meio físico que são encontrados os materiais que servem à sua construção: barro, pedra ou madeira; sapé, telhas ou ardósias. O clima também é fator que influi, exigindo certas disposições da casa como refúgio e proteção. Por fim, os **recursos vegetais** da região ditam a forma e a estrutura da casa como centro de ocupações, segundo o gênero da atividade dos que nela habitam". A habitação, conforme Krebs, é condicionada por três fatores: o físico, o econômico e o cultural. (7)

*

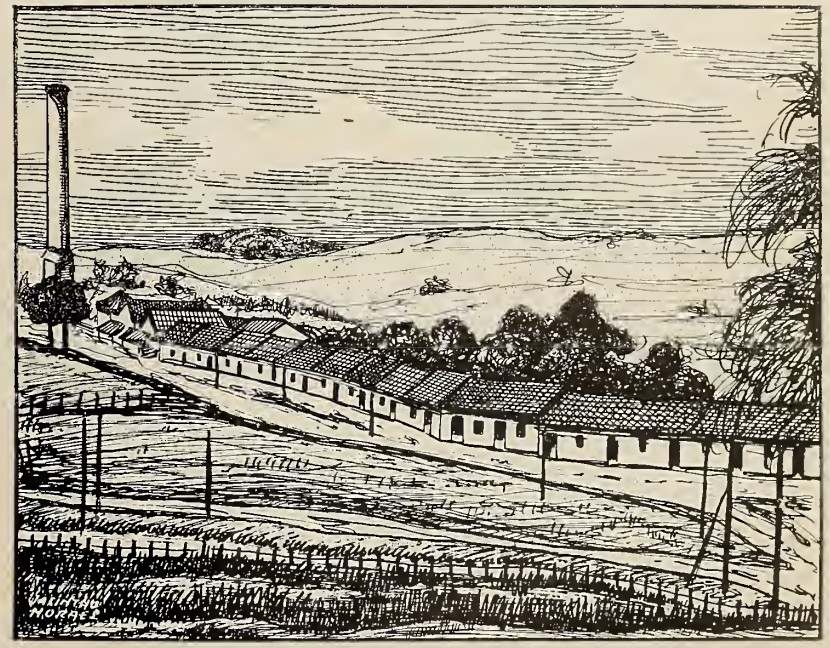
* *

As condições dos alojamentos dos trabalhadores

---

(6) Delgado Carvalho — Geografia Humana — Pág. 95 — S. Paulo.

(7) Krebs — Geografia Humana — Col. Labor.



Uma vila operária no nordeste canavieiro

na América do Sul são impróprias e desconfortáveis. O mesmo se verifica, em menor escala, em países que têm um bom índice de vida. Um inquérito realizado em 1937, no Domínio do Canadá, sôbre 1.376 habitações operárias em Montreal e Verdun, apurou que 30 % das habitações não eram adequadas (8). Nos Estados Unidos (9), um interessante estudo sôbre oito milhões de habitações urbanas e grupos de habitações, revela que em 15 a 40 % das que foram pesquisadas faltavam comodidades sanitárias; que 5 % do total das famílias estavam morando em habitações destinadas a uma só família, sendo que, em Nova York, 16 % das habitações podiam ser dadas como inabitáveis.

*
* *

O Sr. Rubens Porto, uma das nossas autoridades em matéria de habitação, representou o Brasil no 1.º Congresso Pan-Americano de Vivenda Popular, realizado na capital portenha em 1939. Visitou êste técnico alguns bairros de Buenos Aires e as organizações construtoras de casas econômicas, observando,

(8) Montreal Metropolitan Commission, Department of Planning and Research, Report N.º 1 of a Cross Section Survey of Working Calss Dewllings in the City of Montreal and Verdun — Montreal — 1937.

(9) Urban Housing — a summary of real property inventories, conducted as work projects Administration — Washington, D. C. — 1938.

então, que o problema da vivenda popular, naquela cidade, ainda estava por ser resolvido. "As 5.333 casas individuais construídas ou encampadas pela Municipalidade, longe estão de ser o tipo adequado. Do custo de 13.000 pesos argentinos (cêrca de Cr$ 45.000,00 em moeda nacional), acham-se muito além das possibilidades dos operários argentinos cujo salário é em média de 109 pesos argentinos mensais, equivalendo a Cr$ 545,00, mais ou menos, conforme se apreende do Censo Industrial da Nação (Censo Profissional), e as amortizações alcançam 66,95 p. a., ou seja cêrca de Cr$ 335,00" (10). O conclave a que nos referimos chegou a interessantes conclusões sôbre o tipo de habitação rural, recomendando como útil e prático o sistema da **granja popular,** na qual os membros da família rural e seu próprio chefe, no período de desocupação, possam contribuir com rendimento da sua pequena exploração para os gastos do lar". O Congresso recomendou ainda sôbre a necessidade da educação alimentar, bem como sôbre os mobiliários das residências.

Um dos meios para a fixação do homem ao solo é conceder-lhe uma habitação confortável. Nas zonas rurais, a habitação carece dos requisitos de higiene e de comodidade; nos centros onde o padrão de vida é baixo êste problema agrava-se. "A maioria das casas no Brasil rural, escreve ainda o autor da So-

(10) Rubens Porto — O Problema da Vivenda Popular — Bol. M. T. I. C. — Pág. 245.

Habitações nordestinas

ciologia Educacional, são feitas de barro. No Nordeste, os esteios, pontaletes, caibros, frechais, cumieiras, são de carnaubeira. Em seguida é feito um traçado de ripas amarradas com cipós sôbre o qual é feita, a sopapo, a taipa que forma o muro. O exterior pode ser

Detalhe dos fundos de uma habitação da zona canavieira paulista (Piracicaba), notando-se, em primeiro plano, o forno onde é cozido o pão.

rebocado a cal. O teto é formado de telha, de casca de árvore, de fôlhas de palmeira uricuri ou de catolé. Muitas vêzes, em vez de taipa, são feitos tijolos crus ou largos chamados adôbe, repousando sôbre uma

fundação de pedra sêca" (11). Não só no nordeste, mas em muitas outras regiões brasileiras, a casa, em virtude da precariedade de suas condições, não atua como fator de fixação.

Roberto Simonsen (12) diz que a casa moderna é uma verdadeira instituição biológica. "Com o conceito do direito da vida, continua a escrever o ilustre economista patrício, que tem de ser por tôda a parte generalizado, a moradia para o ser humano precisa conter um número mínimo de atributos e proporcionar elementos essenciais de confôrto. Essa casa tem que possuir as indispensáveis condições higiênicas, tem de assegurar o abrigo e o repouso aos componentes da família, tem que proporcionar o aparelhamento necessário ao preparo e serviço das refeições, tem que facilitar a criação e educação conveniente da prole, e, finalmente, tem que possibilitar um mínimo de distrações para os seus habitantes, de tôdas as idades". Infelizmente, porém, a casa no Brasil não possui êsses requisitos ideais. Arturo Goyeneche (13) observa que **não é com a má qualidade dos materiais que se consegue o barateamento da construção, e sim com estruturas simples, formadas com bom e sólido material, que facilita a construção e aumenta a duração dos imóveis.**

---

(11) — Ob. cit. — Pág. 112. Nas zonas canavieiras nordestinas, as habitações não contam com o concurso da carnaúba, produto inexistente naquelas regiões.

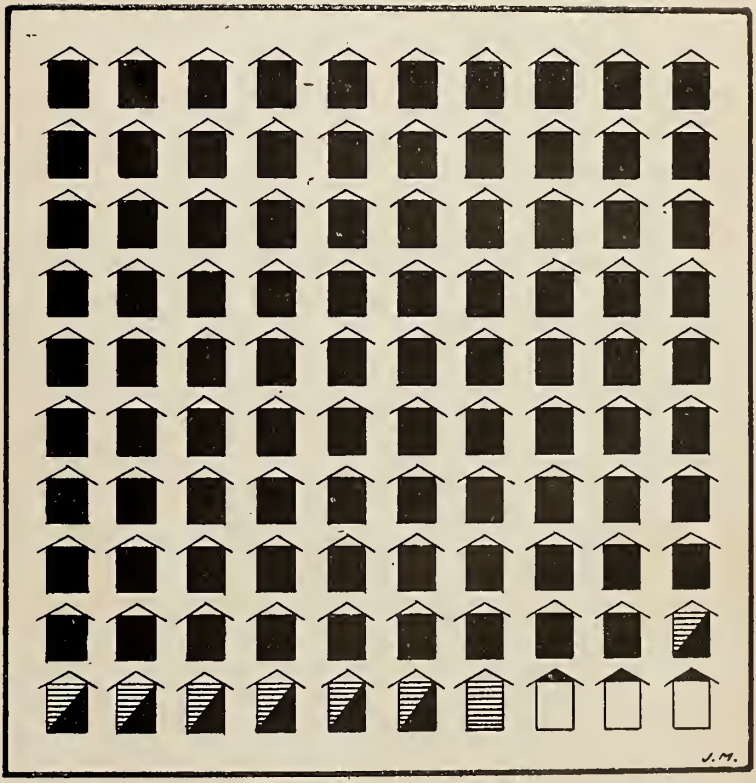
(12) Roberto Simonsen — Jornada da Habitação Econômica — Bol. M. T. I. C. — N.º 85 — Pág. 284.

(13) Citado por Rubens Porto.

HABITAÇÃO

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO TITULO DE DOMINIO DOS MORADORES

EST. DO RIO



Nosso inquérito sôbre a habitação nas zonas canavieiras do Brasil abrangeu cinco Estados e foi realizado em diferentes épocas. Reunimos dados sôbre o título de domínio dos moradores, cobertura e piso, sendo que em algumas usinas tomamos as dimensões das residências dos trabalhadores.

II

A casa é, segundo a definição da sociologia, "o elemento material do **lar**, que se completa com outro, social, a **família**. Há uma íntima correlação entre êsses dois elementos, visto que a família tem como **habitat** a casa".

Condições de ordem mesológica e econômica determinam sua construção — poderíamos ainda acrescentar um outro móvel: o instinto de defesa. A habitação brasileira é grandemente variável, indo desde as choças inteiramente construídas de palha até às vivendas modernas.

Na Amazônia existem palafitas abrigando famílias sub-alimentadas. Palhas e paus são os materiais de construção. Alfredo Ladislau (14) dá-nos uma perfeita imagem dessas habitações, descrevendo, em vigoroso estílo, os seus moradores: "Quando os **gaiolas** passam, resfolegantes, abarrotados de gêneros, o bando raquítico de cada família vem apinhar-se na pequena varanda aberta da decrépita e desmantelada

(14) Alfredo Ladislau, "Terra imatura", pág. 119.

choupana. E' infalível vermos, em cada moradía, êsses grupos de fantasmas infantis, completamente nus, aos magotes, uns de pé, outros acororados, desde o rapazelho até o monstrozinho de tenra idade, semelhante a um crescido feto que se tornara inviável.

"Do interior da delida barraca, por entre as frinchas da palha ralentada, fitam-nos as embaciadas pupilas das mulheres, que não podem aparecer, por isso que se acham também quase desnudas".

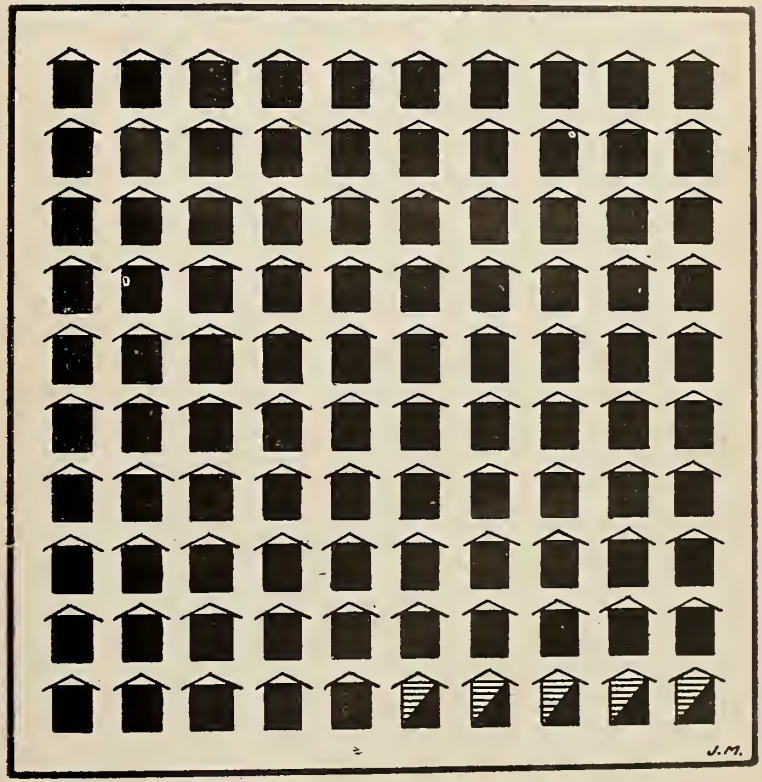
O autor, pintando o aspecto verdadeiramente triste dêsses moradores, diz que "basta idealizarmos uma variada coleção de esqueletos humanos, vesti-los de uma pele amarela e baça, arredondar-lhes um ventre azulado, salientar-lhes os zigomas, correr-lhes pelos membros os ligeiros chumaços de uma carne mole, à guisa de músculos, e sôbre os crânios espetar-lhes os grossos fios de uma ressequida guedelha maltratada. Essa gente, que não tem rêdes e não tem camas, dorme amontoada, recebendo, como diz o escritor citado, os bafejos mortíferos da umidade".

Na Amazônia, o homem mora no rio e vive uma vida de coleta, trabalhando nos seringais e na derrubada dos troncos para, de quando em vez, trocar a sua mesquinha produção por gêneros alimentícios. No extremo sul do Brasil, o peão não mora no rio, nem apresenta a fisionomia esquelética do caboclo amazonense; entretanto, sua casa é um barracão antihigiênico, onde dormem muitas pessoas e onde, como

HABITAÇÃO

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO TITULO DE DOMINIO DOS MORADORES

SÃO PAULO



LEG.:

USINA (GRATIS)

TERCEIROS (GRATIS)

disse um escritor gaúcho, moram o fogo, a fumaça, o vento e a poeira.

Nas imensas regiões da terra brasileira, o homem do trabalho rude reside em casas desconfortáveis. Em Goiás, por exemplo, mora na casa de capim; em outros lugares, é o barro sopapado no trançado de bambus. Sòmente em algumas fazendas de café, o problema parece ser devidamente encarado. Nas zonas açucareiras a questão é também estudada por usinas de recursos. Mas, a casa do trabalhador do engenho pobre será sempre humilde, sem os requisitos da higiene.

Os tipos usuais das habitações nacionais foram catalogados por João Soares Palmeira, Evaristo Leitão e Rômulo Cavina (15). São os seguintes:

1 — palafita à margem dos grandes rios, lagos, e pântanos;

2 — choças de palha ou de sapé;

5 — casa de madeira coberta de palha;

---

(15) Evaristo Leitão, Rômulo Cavina e João Soares Palmeira, "O trabalhador rural brasileiro", DEP do MTIC, pág. 24.

4 — casa de taipa coberta de telha;

6 — casa de madeira coberta de madeira;

3 — casa de taipa coberta de palha;

7 — casa de pau a pique coberta de zinco, palha ou madeira.

"Nos sertões brasileiros, escreve Julio Abreu Filho (16), muitas décadas hão de passar antes que as cavalgadas, as **tropas** e as boiadas sejam um simples motivo das pinacotecas. Há imensa população que passa metade da vida em lombo de animais, varando matas e **caatingas**, tabuleiros e pantanais, em jornadas que, às vêzes, vão a duzentas e mais léguas e que durante dias não encontram uma habitação".

A Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura, de uma feita, levantou um quadro sôbre a habitação do trabalhador em relação à propriedade territorial. É oportuno transcrevê-lo:

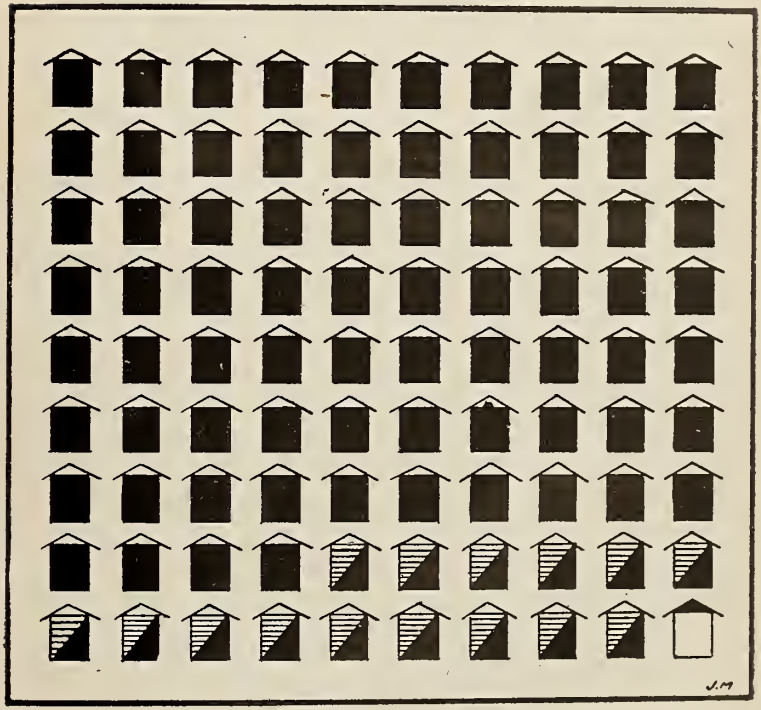
---

(16) — Júlio Abreu Filho, "Construções rurais", Bol. MTIC n.º 94, pág. 299.

HABITAÇÃO

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO TITULO DE DOMINIO DOS MORADORES

MINAS GERAIS



LEG.:

USINA (GRATIS)

TERCEIROS (GRATIS)

CASA PRÓPRIA

- A habitação do trabalhador em relação à propriedade territorial.
  - Extrativismo
    - Habitações pertencentes ao trabalhador
      - Palafitos
      - Ranchos
      - Choças
      - Tendas
      - Obrigações do morador
        - O trabalho de construir
    - Habitações pertencentes ao proprietário das terras (terras. particulares ou arrendadas).
      - Barracões
      - Ranchos
      - Choças
      - Tendas
      - Obrigações do morador
        - Gratuita. Habita enquanto convier ao proprietário
  - Lavoura e criação
    - Habitação pertencente à propriedade agrícola
      - Choças de palha ou sapé
      - Choças de palha cobertas de madeira.
      - Casa de taipa coberta de palha
      - Casa de taipa coberta de zinco
      - Casa de madeira coberta de palha
      - Casa de madeira coberta de madeira.
      - Obrigações do morador
        - No Norte a habitação é gratuita enquanto convier ao pripriétário
        - Em alguns Estados do Centro do país adota-se a cobrança de aluguel da moradia com um dia de trabalho semanal, ou com parte da produção da sua roça

Um estudioso brasileiro descreve da seguinte maneira o processo que o **caboclo** utiliza na construção da sua moradía: "constrói sua casa de barro, cobrindo-a geralmente com palha de sapé. A estrutura de madeira roliça, de maior diâmetro nos cantos e nos apoios dos portais, leva nos intervalos uma trama de pau de menores diâmetros, e o vêdo é conseguido com barro amassado, barro de sopapo. A amarração do madeiramento é quase sempre obtida com fios de cipó ou outras fibras silvestres. O piso, terra socada. Como mobiliário, esteiras, tarimbas e troncos de madeira. Habitação extremamente pobre, mas que dura geralmente o tempo necessário ao esgotamento das terras adjacentes que cultiva. Dentro de sua pobreza e dos materiais de que dispõe, é o melhor que pode fazer em nosso clima tropical". (17)

Um inquérito procedido pela D. E. I. C. de São Paulo, sôbre o problema das casas operárias, mostrou "pela análise dos dados referentes à habitação que, nos casos pesquisados, há impressionante insufiência de área por adulto" (18). A comparação estabelecida entre a área por adulto, do padrão ideal, segundo a dita pesquisa, com a área encontrada no inquérito, apresentou em resumo os seguintes resultados: acham-

---

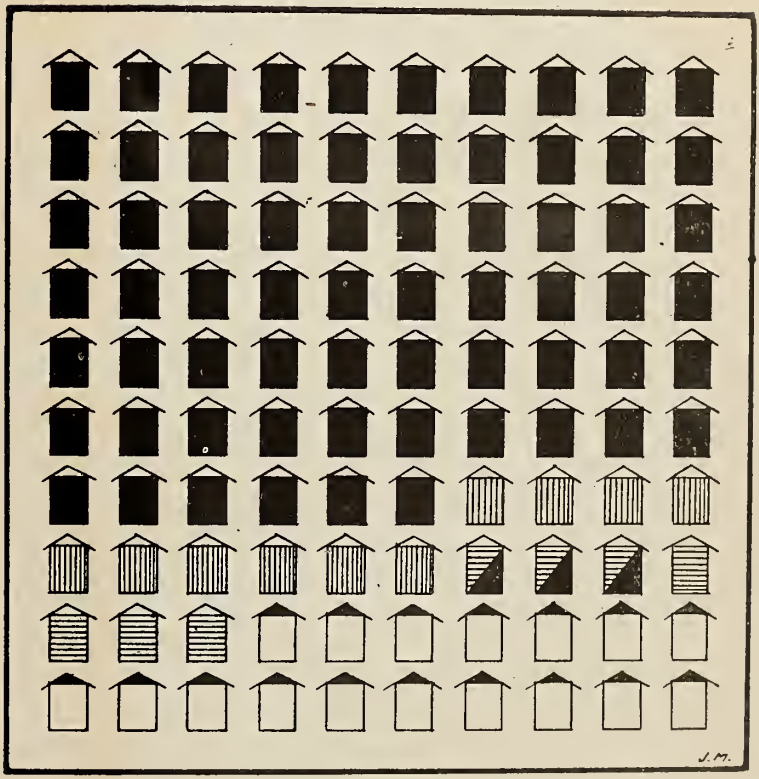
(17) — Roberto Simonsen, Jornada de Habitação Econômica — Bol. MTIC — N.º 85 — pág. 294.

(18) — Publicação oficial do DEIC da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

HABITAÇÃO

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO TITULO DE DOMINIO DOS MORADORES

BAHIA



LEGENDA:

- USINA (GRATIS)
- USINA (ALUGUEL)
- TERCEIROS (GRATIS)

se acima do padrão ideal (18 m²20 por adulto), 18 casos; abaixo do padrão ideal colocam-se 393 casos.

O Prof. Oscar Egídio de Araujo, no seu interessante estudo (19) sôbre o padrão de vida de um grupo de famílias operárias, mostra que predominam as habitações de más condições de higiene e confôrto. O ilustre pesquisador, para facilitar a classificação, dividiu as moradias em cinco tipos: ótima, boa, regular, má e péssima. Ressaltando a influência do mobiliário na habitação, o Sr. Egídio de Araujo escreve (20): "residir não é ter um mero cômodo onde se possa abrigar das intempéries. Residência não é um simples lugar de alojamento. A moradia de paredes nuas e ambiente vazio pode abrigar uma família, mas nunca será um lar na boa acepção da palavra, nunca será um recanto agradável que o indivíduo procure com prazer e nêle permaneça com alegria. O papel do mobiliário, neste particular, é importantíssimo, como fator capaz de transformar o ambiente, dando-lhe confôrto e bem estar. Não de um mobiliário qualquer, mas de um conjunto harmônico, que, sem grandes despesas, possa tornar convidativa a habitação". O mobiliário, nas pesquisas que efetuamos nas zonas canavieiras, não constituiu pròpriamente objeto de uma investigação especializada, entretanto, nas nossas visitas às residências dos trabalhadores, nunca deixamos de observar o escasso mobiliário, às vêzes velho e quebrado.

---

(19) — Oscar Egídio de Araújo — Padrão de Vida.
(20) — Idem .

III

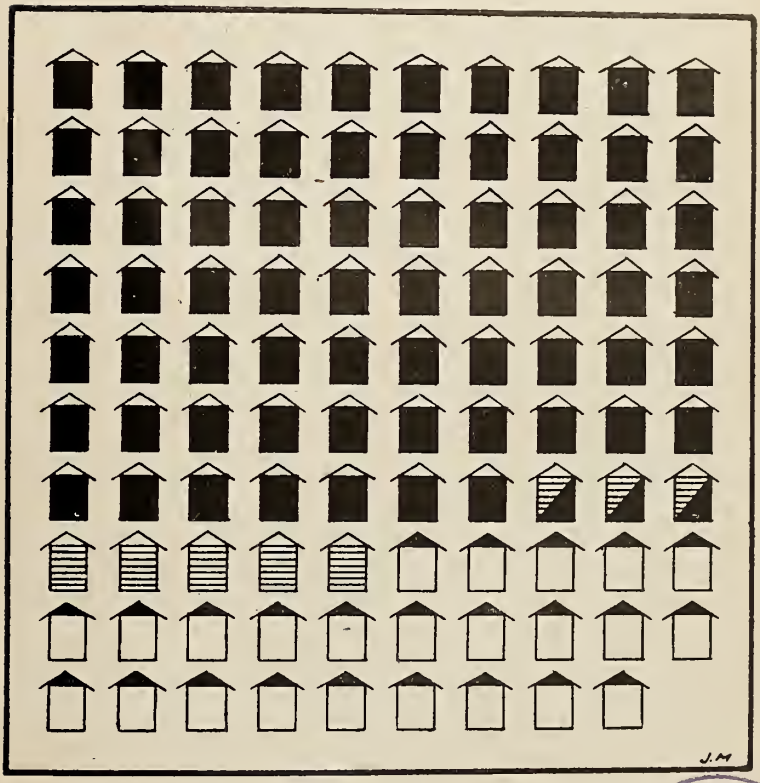
Nosso inquérito sôbre a habitação nas zonas canavieiras não teve a amplitude de uma investigação particularizada e isto porque foi realizado conjuntamente com a pesquisa das condições alimentares. Não nos foi possível proceder a um levantamento completo, porque desejávamos apenas estudar pequenos grupos; sòmente as moradias dos trabalhadores ouvidos foram visitadas. Preocuparam-nos sobremodo, as condições de higiene, o título de domínio dos moradores, a cobertura e o piso. Em algumas usinas anotamos as dimensões das vivendas rurais, mas êste último detalhe não figurará nos resultados dêste trabalho, já por não exprimir precisamente a situação de confôrto do morador, já por não ter constituído um ítem da pesquisa que efetuamos. Preferimos, sempre que nos foi possível, realizar a entrevista na casa do trabalhador. Esta conduta tem a vantagem de permitir uma visão de conjunto e, como é sabido, a observação é um método de inestimável valia para o pesquisador.

A noção de comodidade é bastante variável. Conhecemos obreiros rurais, cujas residências eram de palha e de terra batida, que estavam satisfeitos com a casa que possuíam, embora tivéssemos constatado em tudo a ausência quase completa, dos requisitos indispensáveis a uma boa, ou antes, regular habitação. Que atribuir a isso ? Conformidade com a misé-

HABITAÇÃO

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO TITULO DE DOMINIO DOS MORADORES

SERGIPE



LEGENDA:

- USINA (GRATIS)
- TERCEIROS (GRATIS)
- TERCEIROS (ALUGUEL)
- CASA PROPRIA

STITUTO DO ACUC R E DO ALCOOL

ria ou prazer? Questão que não nos compete discutir, mas que merece ser devidamente estudada.

Ao terminarmos nosso trabalho nas usinas, percorríamos, demoradamente, as zonas residenciais. A verdade é que a maioria das usinas que visitamos parece cuidar da habitação para os seus operários. Neste particular, as zonas canavieiras avantajam-se às demais regiões agrícolas do país. Estamos falando de usinas e não de engenhos. Os rapadureiros e as engenhocas, espalhadas na imensidade do nosso território, possuem uma assistência médico-social **sui-generis** e isto porque os proprietários dessas rudimentares fábricas de açúcar, não raras vêzes, identificam-se com a pobreza dos seus trabalhadores e, como êles, moram em ranchos miseráveis. Aliás, na nossa passagem por alguns Estados, principalmente o de Minas Gerais, tivemos ensejo de visitar uns quantos engenhos, cujos proprietários vestiam-se pobremente e alimentavam-se deficientemente.

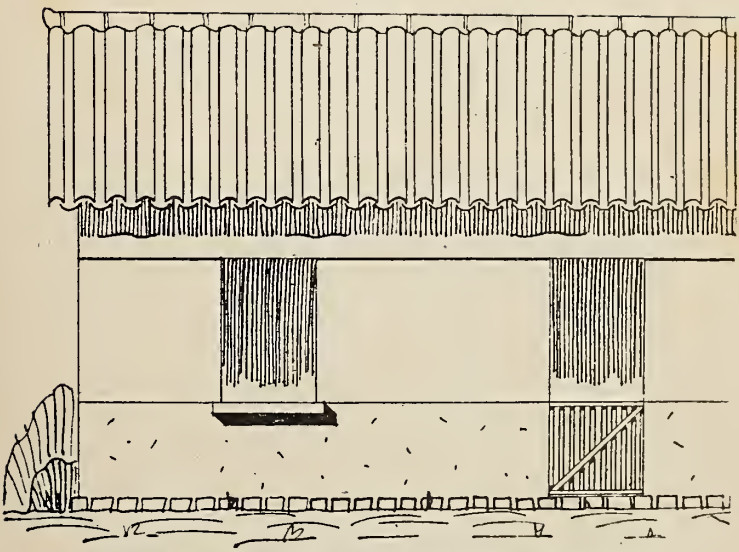
O aspecto geral não é comprometedor. Entretanto há usinas que ainda conservam senzalas, que adaptam olarias e que fornecem verdadeiros cubículos para as moradias dos seus modestos auxiliares. Os cubículos a que nos referimos são destinados aos trabalhadores solteiros de uma usina pontenovense e ficam à ilharga da sede da importante fábrica. Nossa atenção foi dirigida para essas habitações singulares que, mal comportando duas pessoas, às vêzes abrigam quatro. Não sabemos se elas existem atual-

mente, mas em 1941, tudo fazia crer que não seriam demolidas tão cedo.

Estabelecemos duas divisões que reputamos básicas: usinas que descontam à casa no salário, como é permitido por lei, e usinas que fornecem a habitação inteiramente grátis ao trabalhador. Baseamo-nos nas declarações dos perquiridos e o resultado revelou que há uma expressiva predominância do segundo caso. Todavia convém esclarecer que muitos trabalhadores recebem o ordenado, sem se importar com os descontos. Esta parte do inquérito, por conseqüência, é passível de reparo. Futuras investigações sanarão as falhas apresentadas.

Na Bahia, por exemplo — afirmou-nos um conceituado usineiro — as usinas descontam 24 % para a habitação e a assistência médica. Sòmente em uma usina encontramos o primeiro caso. E' aceitável que a apuração dos dados que coletamos não reflita a situação geral das habitações nas zonas canavieiras, mas, dissemos linhas atrás, cogitamos da parte pesquisada, e é desta que estamos tratando. Interessante é assinalar que uma pequena percentagem de obreiros possui casa própria.

A pesquisa foi realizada em diferentes épocas e abrangeu os seguintes Estados e usinas, num total de 490 famílias:



Fachada de um tipo de casa para trabalhador canavieiro (São Paulo)

Estado do Rio: — Cambaíba, Paraíso, Poço Gordo, Queimado, Novo Horizonte, Santa Cruz, Santo Amaro, Santo Antonio, São José.

São Paulo: — Boa Vista, De Cillo, Ester, Itaquerê, Monte Alegre, Piracicaba, Santa Bárbara, Schimidt, Tamoio, Vila Raffard.

Minas Gerais: — Ana Florência Jatiboca, José Luís, Mendonça, Rio Branco, Passos, Santa Teresa, São José, Ubaense.

Bahia: — Acutinga, Aliança, Cinco Rios, Paranaguá, Passagem, Pitanga, Santa Elisa, São Carlos, Terra Nova, Vitória do Paraguassu.

Sergipe: — Belém, Cafus, Central, Fortuna, Jordão, Oiteirinhos, Pedras, Proveito, São José do Junco, Vassouras.

No mapa de freqüência das habitações aparecem, no título de domínio dos moradores, duas subdivisões: casas de terceiros (pagando aluguel e grátis). Anotamos a quantia do aluguel, que vai de Cr$ 2,00 a Cr$ 20,00 por mês. Segue-se o quadro discriminador dos aluguéis de casa, cobrados aos trabalhadores:

HABITAÇÃO NAS ZONAS CANAVIEIRAS — ALUGUÉIS

Usinas	Estados	N.º de casos	Cr$
Poço Gordo.....	Estado do Rio	1	20,00 por mês
Oiteirinhos	Sergipe	1	6,00 " "
S. José do Junco.....	"	2	6,00 e 3,00 por mês
Jordão	"	1	12,00 por mês
Proveito	"	1	2,00 " "
São Carlos.....	Bahia	1	10,00 " "
Terra Nova.....	"	1	15,00 " "
Aliança	"	2	8,00 " " e 104,00 por ano

O Sr. Orlando Vieira Dantas, num interessante estudo que acaba de publicar (21) dedica um dos capítulos ao problema da habitação. Não nos podemos furtar ao ensejo de transcrever as palavras do autor. Diz êle: "a senzala de chão batido, de paredes de taipa e coberta de telha, agarradas umas às outras, com sala de frente, camarinha, sem janelas e uma só porta, era a constante em tôdas as propriedades. Com a abolição e a conseqüente fuga da senzala para os aglomerados urbanos, surgiu a casa de taipa e palha, com a cobertura à maneira de chalé, de duas portas e uma janela, sendo uma de frente. Nem pior, nem melhor do que a senzala, apenas o direito de viver livre em sua própria casa. A necessidade de atrair o braço livre para as suas lavouras, obrigou o senhor de engenho a modificar as suas senzalas, em parte, colocando porta no fundo das casas e janelas de frente a fim de dar ao trabalhador liberto, as garantias que a sua nova situação social determinativa. Pouco a pouco as senzalas vão sendo substituídas pelas chamadas vilas operárias. São casas construídas, em grupos, de adôbe, cobertas de telha, atijoladas, com janela, paredes rebocadas e caiadas, barradas de pixe, com uma sala de frente e outra de jantar, um quarto, uma cozinha e armadores para rêde. As modificações operadas nas habitações dos trabalhadores

(21) — Ob. cit.

não importaram em sensível melhoria no seu índice de vida, que continua baixo". (22)

De uns tempos para cá, o problema da habitação vem preocupando a economistas e a sociólogos. Já se tem mesmo o esbôço de um plano visando o incremento das vivendas populares. O Sr. Alvaro Davi do Vale, num trabalho publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (23), enumera quatro itens, afirmando que a sua execução importa em chegar a um tipo ideal de casa para os trabalhadores. Os pontos enumerados são os seguintes:

"I — suficiência para o tipo médio de família operária rural;

II — concepção dentro das linhas do estílo tradicional, deixado pelos colonizadores;

III — emprêgo preferencial de materiais de construção de produção local ou regional;

IV — satisfação dos requisitos mínimos mas suficientes de higiene, compatíveis com o grau de cultura das populações trabalhadoras rurais".

O cumprimento de tal programa, escreve o autor do trabalho aludido, "encerra matéria do trabalho rotineiro do engenheiro e do construtor, mas em grande parte contém matéria que melhor será capitulada nos setores da Higiene e da Sociologia aplicadas".

---

(22) — Idem, pág. 45.

(23) — Álvaro Davi do Vale — História da casa rural — Bol. MTIC — N.º 95 — Pág. 293.

O Sr. Robert Simonsen (24), tratando do problema das habitações econômicas, escreve: "Sendo a maior massa de nossas populações marcadamente pobre, a vivenda popular deve ser, por excelência, o tipo da habitação cuja construção deve interessar aos govêrnos e a tôdas as classes que compreendem a imprescindível necessidade de conduzir e manter, com um mínimo de atritos, a formação social brasileira. Problema que se entrelaça com a formação da nossa raça, com a higiene e a saúde pública, com a alegria de viver da nossa gente, deve merecer, incessantemente a nossa melhor atenção. Problema de difícil solução por simples iniciativa privada, porque num país onde o capital é escasso e caro e onde o poder aquisitivo médio é tão baixo, não podemos esperar que a iniciativa privada venha em escala suficiente ao encontro das necessidades da grande massa, proporcionando-lhe habitações econômicas, que não remuneram suficientemente os capitais aí invertidos".

IV

Nas zonas canavieiras o problema da habitação, se não é encarado como se desejaria que fôsse, parece, pelo menos foi o que sentimos, preocupar a maioria dos industriais. As moradias não oferecem aquêle quadro pungente das demais regiões agrícolas do país. Acentuamos — e convém repetir — que o nosso primeiro inquérito não teve a amplitude de uma inves-

(24) — Ob. cit. pág. 301.

tigação particularizada e isto pelos motivos anteriormente expostos .

Os resultados a que chegamos evidenciam melhor situação no sul. Aliás êste fato não constitui nenhuma novidade, pois é sabido que o "standard" de vida do trabalhador setentrional é inferior ao do meridional, por questões de salário, etc.

Pesquisamos cinco Estados, num total de 490 habitações. A investigação compreendeu três ítens: título de domínio dos moradores, cobertura e piso.

Nos Estados do Rio, São Paulo e Minas, em 290 moradias pesquisadas, encontramos uma predominância de casas pertencentes às usinas, fornecidas gratuitamente aos trabalhadores. Trataremos, em primeiro lugar, das casas que nada custam aos moradores (a usina é a proprietária).

No Estado do Rio, para um grupo de dez casas por usina, a situação apresenta-se da forma seguinte: Usina Barcelos — 10; Usina Cambaíba — 9; Usina Paraíso — 9; Usina Poço Gordo — 8; Usina Queimado — 10; Usina Novo Horizonte — 10; Usina Santa Cruz — 10; Usina Santo Amaro — 7; Usina Santo Antônio — 8; Usina São José — 8.

Em São Paulo, sete usinas — Boa Vista, De Cillo, Ester, Itaquerê, Santa Bárbara, Schimidt e Tamoio — aparecem com 10 casas, sendo que as Usinas Monte Alegre, Piracicaba e Vila Raffard com nove, oito e oito, respectivamente. Na terra montanhesa, quatro

usinas — Ana Florência, Jatiboca, Mendonça e Rio Branco — surgem com 10 casos. Nas usinas restantes, a freqüência está assim distribuída: Usina José Luís — 9; Usina Passos — 9; Usina Santa Teresa — 5; Usina São João — 9; Usina Ubaense — 2.

Em Sergipe apuramos, também, que a maioria das casas pertence às usinas. Damos, a seguir, o resultado: Usina Bélem — 10; Usina Cafuz — 10; Usina Central — 9; Usina Fortuna — 5; Usina Jordão — 7; Usina Oiteirinhos — 7; Usina Pedras — 6; Usina Proveito — 4; Usina São José do Junco — 2; Usina Vassouras — 7.

Chamamos a atenção mais uma vez, para o fato da nossa pesquisa se ter baseado nas declarações dos perquiridos. Dissemos que muitos trabalhadores recebem os ordenados, sem se importar com os descontos que sofrem. Esta parte do inquérito, por conseqüência, é passível de crítica. Citamos em particular o caso da Bahia, onde um usineiro declarou-nos que as usinas descontam 24 % para a habitação e a assistência médica. Sòmente numa usina nos foi dado constatar o referido desconto. No Recôncavo baiano encontramos nove usinas que fornecem moradias gratuitas aos trabalhadores, sendo que uma, em dez casos, aparece com dois, fato que se verificou também em Sergipe e em Minas Gerais. Apuramos o seguinte: Usina Acutinga — 2; Usina Aliança — 8; Usina Paranaguá — 8; Usina Passagem — 9; Usina Pitanga — 9; Usina Santa Elisa — 9; Usina São Carlos — 9; Usina

Terra Nova — 6; Usina Vitória do Paraguassu — 6.

Sòmente uma usina se classifica no segundo item do título de domínio dos moradores, isto é, casas que são alugadas. Trinta e três trabalhadores, nos cinco Estados, residem em casas de terceiros, isentos do pagamento de aluguel. Dez trabalhadores, residindo igualmente em casas de terceiros, estão sujeitos ao pagamento, conforme vimos anteriormente.

É interessante assinalar que quarenta e cinco trabalhadores moram em casas próprias. Neste particular as zonas nortistas que pesquisamos aparecem com superioridade. Enquanto no sul encontramos apenas quatro casas próprias, no norte êste número eleva-se para quarenta e um. Muito propositadamente não queremos analisar — no momento — o que isto encerra de significativo. Limitamo-nos, aqui, a alinhar os resultados do inquérito.

Quanto à cobertura, apuramos a sensível predominância da telha. Nas terras fluminense e paulista as duzentas casas que visitamos eram cobertas de telha. Em Minas Gerais encontramos quatro residências com a cobertura de capim e duas de palha.

Em Sergipe, para noventa casas de telha, encontramos quatro de palha. Na Bahia, o número de casas com cobertura de palha é maior, sendo que estivemos em duas de sapé. Para setenta e nove casas cobertas de telha, encontramos dezenove de palha.

Na parte referente ao piso, o inquérito revelou que, no sul, a maioria das casas o tem de tijolo. Os

Estados do Rio e São Paulo aparecem, respectivamente, com duzentos casos e Minas Gerais com sessenta e seis.

Dá-se o contrário no norte. Para quarenta e sete casas atijoladas existem cento e cinqüenta de terra batida. Encontramos, na Bahia, duas casas com o piso revestido de cimento.

É de justiça ressaltar que um grupo de usinas, ùltimamente, tem atacado o problema. Estados como Pernambuco, por exemplo, já apresentam esplêndidas vilas operárias. Estamos certos que os industriais não relegarão tão importante problema para um plano inferior. Se o alimento é um fator de saúde, a casa também o é. A experiência de **Stockton-on-tees** revelou a importância da boa alimentação aliada à boa moradía.

E se o interêsse do patrão é sempre obter melhor e maior rendimento de trabalho, nada mais aconselhável, para atingir êsse objetivo, que fornecer uma casa higiênica para o homem que, com seu suor, ajuda a prosperidade industrial.

MAPA DE FREQÜÊNCIA DAS HABITAÇÕES

USINAS Zona Sul	TÍTULO DE DOMÍNIO DO MORADORES					COBERTURA				PISO			
	USINA (Gratis)	USINA (Aluguel)	TERCEIROS (Gratis)	TERCEIROS (Aluguel)	CASA PRÓPRIA	Telha	Capim	Palha	Sapé	Tijolo	Terra batida	Soalho	Cimento
ESTADO DO RIO													
Barcelos	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Cambaíba	9	—	1	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Paraiso	9	—	1	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Poço Gordo	8	—	—	1	1	10	—	—	—	10	—	—	—
Queimado	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Novo Horizonte	10	—	—	—	—	10	—	—	—	5	5	—	—
Santa Cruz	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Santo Amaro	7	—	1	—	2	10	—	—	—	10	—	—	—
Santo Antônio	8	—	2	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
São José	8	—	2	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
SÃO PAULO													
Boa Vista	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
De Cillo	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Ester	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Itaquerê	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Monte Alegre	9	—	1	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Piracicaba	8	—	2	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Santa Bárbara	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Schmidt	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Tamoio	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Vila Raffard	8	—	2	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
MINAS GERAIS													
Ana Florência	10	—	—	—	—	10	1	—	—	—	—	10	—
Jatiboca	10	—	—	—	—	8	—	—	1	7	3	—	—
José Luís	9	—	1	—	—	10	—	—	—	8	2	—	—
Mendonça	10	—	—	—	—	8	2	—	—	4	6	—	—
Rio Branco	10	—	—	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Passos	9	—	1	—	—	9	—	—	1	8	1	1	—
Santa Teresa	5	—	5	—	—	9	1	—	—	9	1	—	—
São João	9	—	1	—	—	10	—	—	—	10	—	—	—
Ubaense	2	—	7	—	1	10	—	—	—	10	—	—	—

MAPA DE FREQÜÊNCIA DAS HABITAÇÕES

USINAS Zona Norte	TÍTULO DE DOMÍNIO DOS MORADORES					COBERTURA				PISO			
	USINA (Gerais)	USINA (Aluguel)	TERCEIROS (Grátis)	TERCEIROS (Aluguel)	CASA PRÓPRIA	Telha	Capim	Palha	Sapé	Tijolo	Terra batida	Soalho	Cimento
SERGIPE													
Belém	10	—	—	—	—	8	—	2	—	3	7	—	—
Cafuz	10	—	—	—	—	10	—	—	—	1	9	—	—
Central	9	—	—	—	1	9	—	1	—	7	3	—	—
Fortuna	5	—	1	—	4	9	—	1	—	1	9	—	—
Jordão	7	—	1	1	1	10	—	—	—	1	9	—	—
Oiterinhos	7	—	—	1	1	9	—	—	—	6	3	—	—
Pedras	6	—	1	—	3	10	—	—	—	—	10	—	—
Proveito	4	—	—	1	5	10	—	—	—	—	10	—	—
S. José do Junco	2	—	—	2	6	10	—	—	—	1	9	—	—
Vassouras	7	—	—	—	3	10	—	—	—	9	1	—	—
BAHIA													
Acutinga	2	—	3	—	5	5	—	5	—	—	10	—	—
Aliança	8	—	—	2	—	7	—	3	—	3	7	—	—
Cinco Rios	—	10	—	—	—	7	—	3	—	3	7	—	—
Paranaguá	8	—	—	—	2	8	—	—	2	2	8	—	—
Passagem	9	—	—	—	1	10	—	—	—	3	7	—	—
Pitanga	9	—	—	—	1	9	—	1	—	—	10	—	—
Santa Elisa	9	—	—	—	1	8	—	2	2	2	6	—	2
São Carlos	9	—	—	1	—	8	—	2	—	4	6	—	—
Terra Nova	6	—	—	1	3	9	—	1	—	1	9	—	—
Vit. do Paraguassu	6	—	—	—	4	8	—	2	—	—	10	—	—

IV

SALÁRIO — COMPARAÇÃO — LEI DO SALÁRIO MINÍMO — VARIAÇÕES — O SALÁRIO NAS ZONAS CANAVIEIRAS

INSTITUTO DO AÇUC

I

Nos países agrários, o salário está em função da produção agrícola que, como se sabe, é aleatória.

O ordenado condiciona uma situação de prosperidade ou de miséria; a questão, como acentuou Pierre Levesque, é um problema central da Economia Política.

O salário pago aos trabalhadores rurais, no Brasil, é consideràvelmente baixo, não estando absolutamente em razão do esfôrço despendido pelos homens que lidam nas nossas lavouras, de sol a sol, sem uma casa confortável e sem uma roupa decente. A condição de penúria em que vive o rurícola brasileiro, sem dúvida alguma, é determinada pelo pequeno salário.

Vários estudiosos procuraram fórmulas para resolver tão importante problema, desde São Tomás de Aquino, que foi o precursor da teoria do justo salário. Existem teorias que preconizam a equivalência do salário com o trabalho e outras que defendem a tese seguinte: o trabalhador tem direito ao produto integral do seu trabalho. Carver limita o salário a uma certa parte do produto. Thunen esboçou a teoria do salário natural. Marx, partindo da noção do

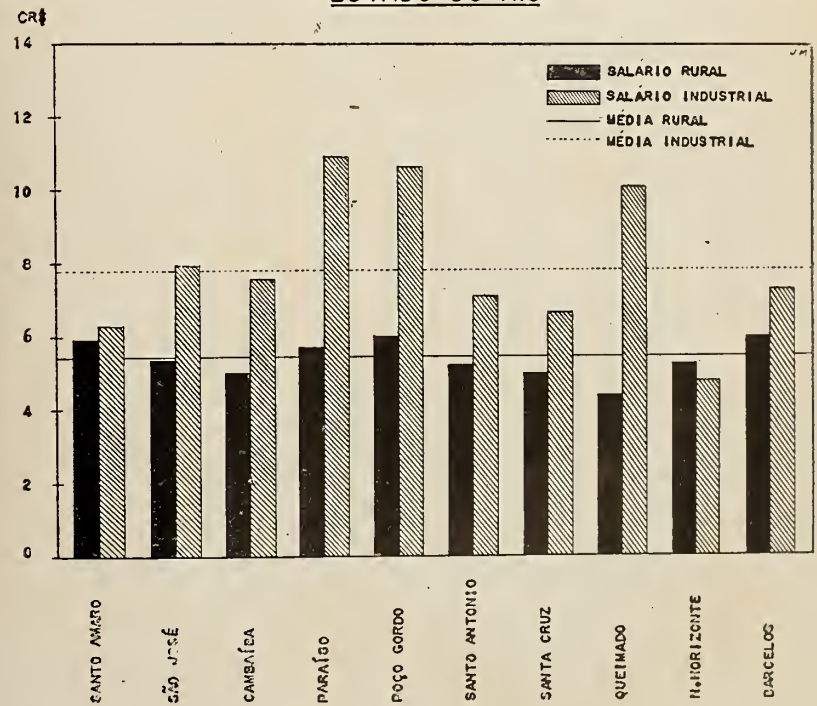
valor, criou também a sua conhecida teoria. Lapidus e Ostrovitianov dizem que o salário "não é mais que o preço de uma mercadoria determinada: a fôrça do trabalho". O salário vital, o salário familiar e o salário mínimo são, também, criações dos economistas que se preocuparam com êste importante capítulo da economia política. O Brasil adota o regime do salário mínimo para os seus trabalhadores. Pensamos que o salário familiar seria útil ao nosso país; aliás esta tese já é defendida por alguns economistas patrícios.

Na Rússia existe um interessante sistema de salário para a agricultura baseado na teoria de Stakhanov. Anualmente uma assembléia de Kolkoz fixa determinados valores para as diversas categorias de trabalho, cada um correspondendo a um coeficiente. O salário varia de acôrdo com o rendimento da terra, sendo mais elevado nas chamadas culturas delicadas, como a cultura da batata, por exemplo. A natureza do terreno e o número de dias de trabalho são elementos para o cálculo do salário.

Nas zonas agrícolas do Brasil não existe pròpriamente critério para a fixação do salário. Ainda possuímos regiões onde o fazendeiro é o supremo ditador, exercendo como nos tempos coloniais, as funções de polícia e de juiz. Até há bem pouco tempo, no sul da Bahia, nas terras do cacau, a servidão era tal que o homem se anulava por completo, perdendo até o direito de viver, trocando êste pela obrigação de trabalhar. O mesmo acontecia na Amazônia, onde o

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS, POR USINA

ESTADO DO RIO



explorado seringueiro nada recebia, ficando devendo sempre ao gerente do barracão, impossibilitado de abandonar o seringal.

A nossa lei de salário mínimo teve o nobre propósito de beneficiar os trabalhadores do campo. Mas a argúcia descobriu um ponto para fraudar essa medida protecionista. Até então, a casa era grátis para o trabalhador; daí por diante passou a figurar como desconto no salário, correspondendo o aluguél ao aumento que o trabalhador deveria receber. Foi o que apurámos nas zonas rurais de diversos Estados brasileiros.

II

Pesquisámos, em cinco regiões canavieiras, os salários dos trabalhadores. Na usina de açúcar, o trabalhador que exerce uma função na fábrica, em geral, é melhor remunerado que o cortador de cana ou o carreiro. Na entre-safra, porém, muitas vêzes o trabalhador industrial passa a exercer uma atividade agrícola qualquer e, nessa ocasião, êle ganha como se fôsse do campo. Na Bahia e em Sergipe muitos usineiros adotam o regime de tarefa para a agricultura canavieira. No sul, freqüentemente, o trabalhador é diarista, com exceção de São Paulo, que possui colonos. O trabalhador industrial sofre um desconto de 3 % sôbre o salário, a fim de ter direito à aposentadoria; o rural não tem direito à aposentadoria, nem a nada.

O Sr. Antônio de Arruda Câmara (25), num trabalho publicado no Boletim do Serviço de Economia Rural, sôbre o "nível da remuneração nas atividades rurais", escreve: "a remuneração do trabalho nas atividades rurais, — lavoura, pecuária, indústrias derivadas e extrativas, — varia dentro de limites extremos que se apresentam, frequentes vêzes, com afastamentos muito acentuados. Não se póde, em conseqüência, e nem seria acertado, indicar êste ou aquêle nível de remuneração como médio em dada profissão ou até determinada função. Há um certo equilíbrio, uma relativa uniformidade nos salários entre estabelecimentos vizinhos para remunerar trabalhos da mesma natureza e assegurar o exercício de idênticas ou semelhantes funções... mas a verdade é que, à medida que aumentam as distâncias do desdobramento da área das zonas, afastam-se os extremos na amplitude das regiões na vasta extensão do país". A observação é verdadeira. Da nossa parte, verificámos variações profundas. Um cortador de cana, no Estado do Rio, em 1942, ganhava mais ou menos Cr$ 5,00, enquanto em Sergipe, seu salário oscilava entre Cr$ 2,50 e Cr$ 3,00.

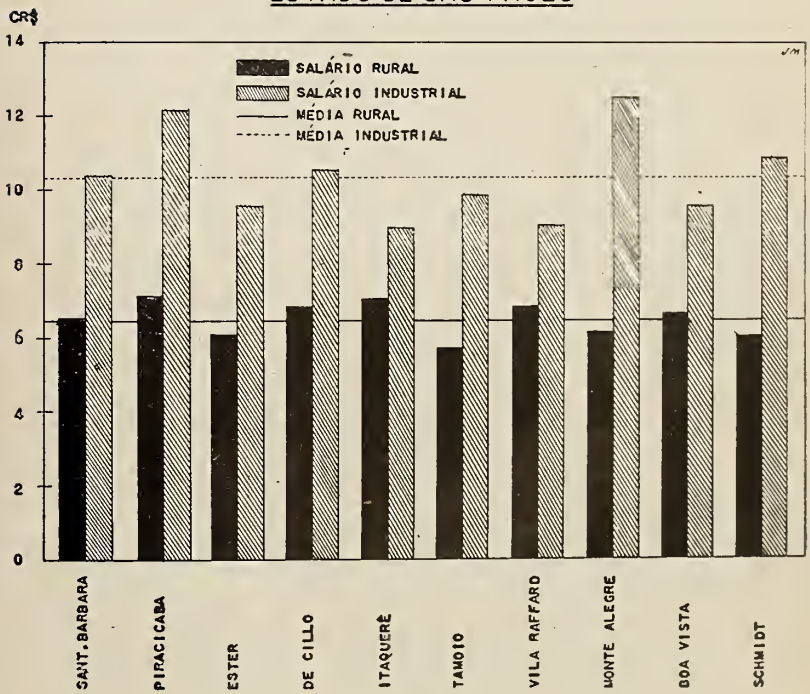
Anotámos os salários das diversas categorias de trabalhadores. Para 227 rurais, foram ouvidos 263 que exerciam variados mistéres nas usinas investigadas. A especialização na fábrica é bem maior que no campo.

O quadro abaixo demonstra, especìficamente, as funções e o número dos trabalhadores que ouvimos:

(25) — Abril-Junho — 1943.

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS,
POR USINA

ESTADO DE SÃO PAULO



Funções	Categorias	Número
Ajudante de ajustador	Industrial	1
” ” foguista	”	1
” ” fundição	”	1
” ” mecânico	”	15
” ” vaporador	”	1
” ” maquinista	”	3
” ” pedreiro	”	2
” ” torneiro	”	1
” ” serralheiro	”	1
” ” caldeireiro	”	1
” ” ferreiro	”	1
	”	2
Aradeiro	Rural	1
Ajustador	Industrial	9
Armazenador	”	1
Apontador	”	1
Alambiqueiro	”	1
Alimentador da caldeira	”	2
Bombeiro	”	2
Cortador de cana	Rural	135
Carreiro	”	74
Campeiro	”	5
Carroceiro	”	3
Cocheiro	”	2
Condutor de animal	”	1
” ” cana	”	1
	”	2
Cabo de fogo	Industrial	1
Conservador	”	3
Chefe de prensa	”	5
Carpina	”	1
Compressor	”	11
Caldeireiro	”	22
Cozinhador	”	2
Chefe de turbina	”	1
Cinzeiro	”	3

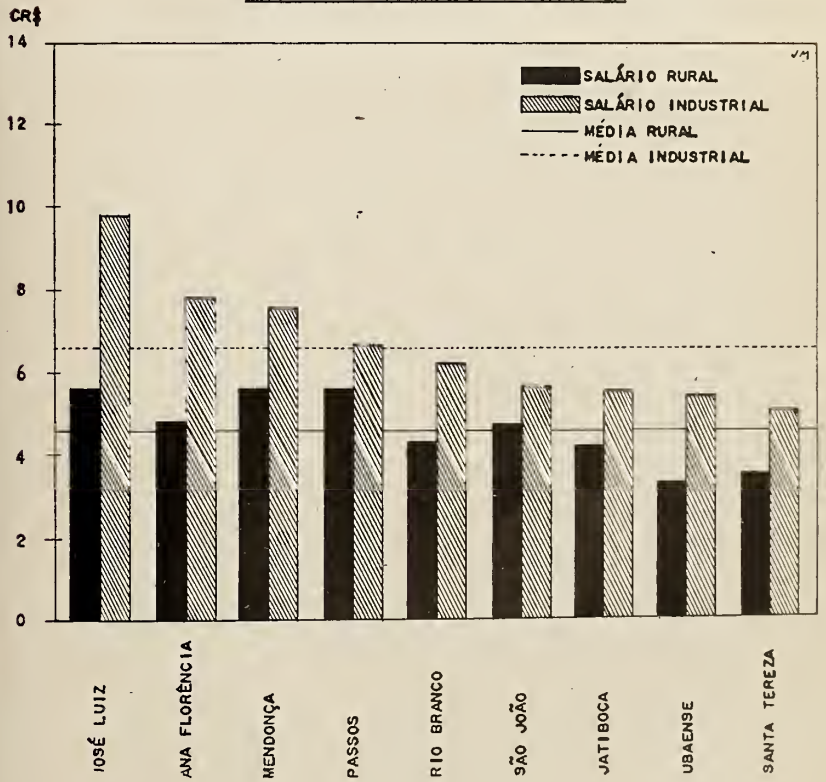
(1) — Abril-Junho — 1943.

Funções	Categorias	Números
Cabo da esteira	Industrial	
Caleador	"	
Chefe das moendas	"	3
Chefe da caldeira	"	1
Chefe da fabricação	"	1
Carregador de bagaço	"	1
Defecador	"	1
Dessecador	"	2
Decantador	"	1
Distilador	"	2
Ensacador	"	1
Esteireiro	"	6
Encarregado do guindaste	"	11
	"	1
" " depósito	"	1
" das moendas	"	1
" da esteira	"	1
" das turbinas	"	1
	"	1
Encanador	"	13
Foguista	"	12
Ferreiro	"	2
Fundidor	"	14
Maquinista	"	9
Mecânico	"	3
Maquinista das moendas	"	2
Moedor	"	1
Mestre do xarope	"	1
Mestre	"	1
Puxador de cana	Rural	1
Pedreiro	Industrial	3
Tratorista	Rural	42
Turbineiro	Industrial	2
Torneiro	"	10
Torneiro mecânico	"	1
Trabalhador do tríplice	"	14
Vaporador	"	3
Virador de bagaço	"	1
Xaropeiro	"	

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS,

POR USINA

ESTADO DE MINAS GERAIS



Não podemos deixar de ressaltar que alguns dos trabalhadores pesquisados possuíam outras fontes de receita, que não a remuneração, sem falar na ajuda que recebiam dos membros da família, cuja renda se junta para satisfazer as despesas comuns. Em Campos, na terra fluminense, encontrámos mesmo trabalhadores que forneciam pequenas quantidades de canas às usinas. Deparamos, também, casos em que a família do obreiro tinha maior renda com o fornecimento de pensão, principalmente aos solteiros.

A seguir, escalonaremos os salários médios dos trabalhadores (por Estado e por usina):

ESTADO DO RIO

Usina Santa Cruz

Rural	4,95
Industrial	6,66

Usina Queimado

Rural	4,26
Industrial	10,07

Usina Novo Horizonte

Rural	5,20
Industrial	4,71

Usina Barcelos

Rural	5,92
Industrial	6,24

Usina Santo Amaro

Rural	5,93
Industrial	6,25

Usina São José

Rural	5,28
Industrial	7,96

Usina Cambaiba

Rural	5,00
Industrial	7,53

Usina Paraíso

Rural	5,76
Industrial	10,90

Usina Poço Gordo

Rural	6,00
Industrial	10,60

Usina Santo Antônio

Rural	5,20
Industrial	7,08
Média rural	**5,35**
Média industrial	**7,80**

MINAS GERAIS

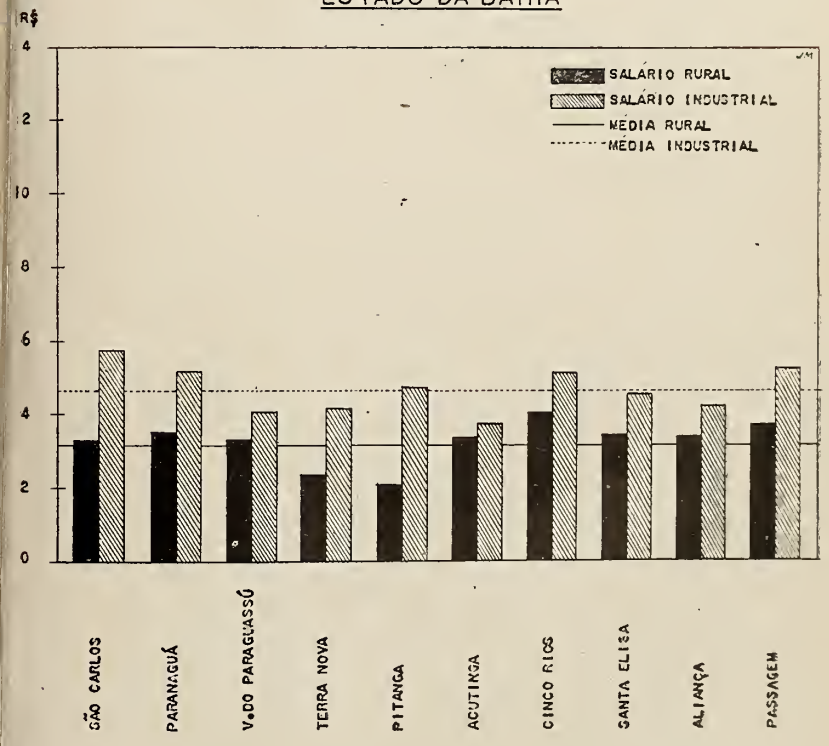
Usina Luís

Rural	5,60
Industrial	9,80

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS,

POR USINA

ESTADO DA BAHIA



Usina Ana Florência

Rural	4,80
Industrial	7,88

Usina Mendonça

Rural	5,60
Industrial	7,60

Usina Passos

Rural	5,60
Industrial	6,70

Usina Rio Branco

Rural	4,26
Industrial	6,22

Usina São João

Rural	4,70
Industrial	5,64

Usina Jatiboca

Rural	4,20
Industrial	5,51

Usina Ubaense

Rural	3,30
Industrial	5,44

Usina Santa Teresa

Rural	3,50
Industrial	5,05

Média rural	**4,61**
Média industrial	**6,64**

SÃO PAULO

Usina Santa Bárbara

Rural	6,50
Industrial	10,35

Usina Piracicaba

Rural	7,10
Industrial	12,10

Usina Estér

Rural	6,06
Industrial	9,54

Usina De Cillo

Rural	6,78
Industrial	10,50

Usina Itaquerê

Rural	7,00
Industrial	8,98

Usina Tamoio

Rural	5,70
Industrial	9,80

Usina Vila Raffard

Rural	6,76
Industrial	9,00

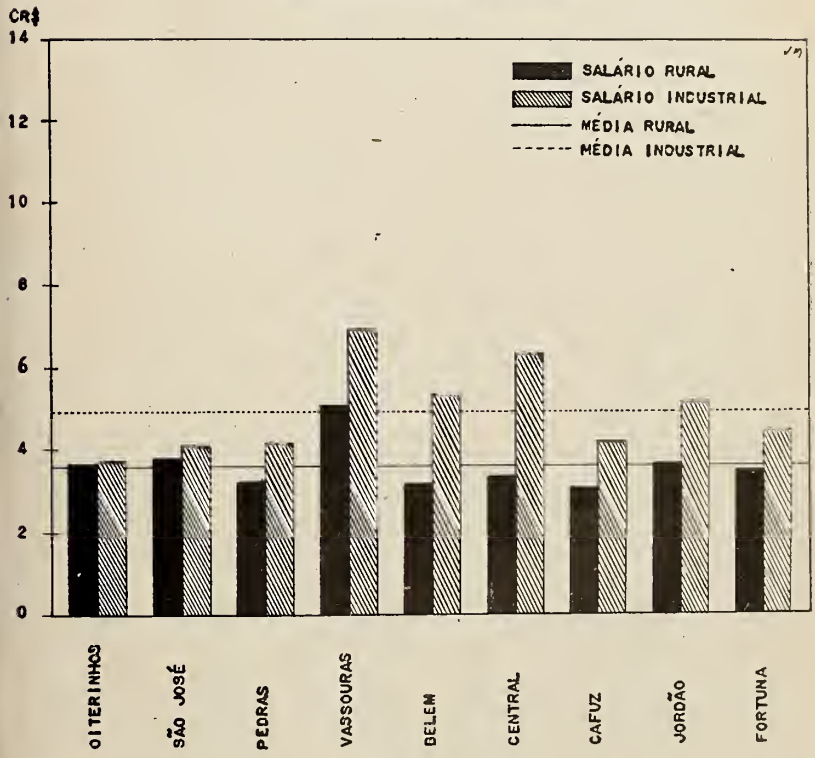
Usina Monte Alegre

Rural	6,12
Industrial	12,41

SALÁRIOS MÉDIOS RURAIS E INDUSTRIAIS,

POR USINA

ESTADO DE SERGIPE



Usina Boa Vista

Rural	6,68
Industrial	9,52

Usina Schimidt

Rural	6,00
Industrial	10,80
Média rural	**6,47**
Média industrial	**10,30**

BAHIA

Usina São Carlos

Rural	3,28
Industrial	5,72

Usina Paranaguá

Rural	3,50
Industrial	5,16

Usina Vitória do Paraguassu

Rural	3,26
Industrial	4,08

Usina Terra Nova

Rural	2,30
Industrial	4,10

Usina Pitanga

Rural	2,05
Industrial	4,70

Usina Acutinga

Rural	3,30
Industrial	3,74

Usina Cinco Rios

Rural	4,00
Industrial	5,10

Usina Santa Elisa

Rural	3,40
Industrial	4,57

Usina Aliança

Rural	3,30
Industrial	4,19

Usina Passagem

Rural	3,70
Industrial	5,20
Média rural	**3,20**
Média industrial	**4,65**

SERGIPE

Usina Oiteirinhos

Rural	3,62
Industrial	3,72

Usina São José do Junco

Rural	3,76
Industrial	4,09

Usina Pedras

Rural	3,20
Industrial	4,12

Usina Vassouras

Rural	5,04
Industrial	6,86

Usina Belém

Rural	3,12
Industrial	5,28

Usina Central

Rural	3,30
Industrial	6,30

Usina Cafuz

Rural	3,00
Industrial	4,12

Usina Jordão

Rural	3,58
Industrial	5,10

Usina Fortuna

Rural	3,45
Industrial	4,46
Média rural	3,56
Média Industrial	4,89

São Paulo, como vemos, aparece com as maiores médias. O trabalhador industrial paulista ganha duas vêzes mais que o baiano. Sergipe, ao seu turno, tem um nível de remunerações superior ao da Bahia. Depois do trabalhador bandeirante, aparece o fluminense, que é seguido pelo mineiro.

Convém salientar que essas médias foram obtidas com os dados que coletamos; elas representam, de fato, a situação dos perqueridos. As médias exatas só poderiam ser calculadas com tôdas as fôlhas

de pagamento das diferentes usinas. Tal cálculo, entretanto, escaparia ao objetivo de estudar a amostra que levantamos. E' fora de dúvida, porém, que os números acima alinhados não estão muito longe da realidade. Achamos sem interêsse o comentário das médias por usina, de vez que os números, aqui, exprimem mais que as palavras.

A ineficiência do salário, todavia, foi apurada. O ordenado baixo, conforme vimos anteriormente, é grandemente responsável por uma série de coisas. Melhor prova não poderíamos encontrar que os constantes déficits dos trabalhadores para com os vendeiros. O dono do fornecimento raramente recebe o pagamento integral das contas. As dívidas amontoam-se nas gavetas. Em realidade, o obreiro não recebe; fica devendo.

Para remediar tal situação não há como o estipêndio justo, de acôrdo com as atividades dos homens que empregam suas fôrças em benefício da indústria açucareira. O problema é complexo, embora não pareça à primeira vista. Um aumento de salários requer um estudo especializado e medidas que impeçam a alta das utilidades.

Na atual emergência, quando tudo sobe assustadoramente, os trabalhadores têm sua capacidade aquisitiva restringida a um incrível limite. Em várias regiões nem sequer foram aumentados e, onde ocorreu o reajustamento, o custo de vida elevou-se ainda mais. O problema do salário é daqueles cuja

Trabalhador de engenho

importância não se pode subestimar. Hoje está fartamente provado que o bom ordenado é um dos maiores fatores de fixação do homem ao solo. Agora que a escassez da mão de obra constitui grave ameaça, nada mais aconselhável para contorná-la que conceder ao obreiro uma remuneração digna e justa, com a qual êle possa prover o sustento da família e viver uma vida compatível com o grau de civilização a que chegamos.

V

ALIMENTAÇÃO — ASPECTOS GERAIS DO PROBLEMA — PROCESSOS DE PESQUISA — CRITÉRIOS ADOTADOS NA INVESTIGAÇÃO

I

Um dos aspectos mais interessantes da pesquisa que fizemos sôbre as condições de vida do trabalhador em usina de açúcar foi a alimentação. O trabalhador, para fornecer as informações solicitadas, teve de exibir a sua caderneta de crédito. (26) Deparamos, não raro, com uma série de dificuldades quando tivemos de coletar o material para êste estudo. Houve famílias que, levando a mal as indagações, falsearam as respostas ou exageraram os gastos habituais. Respostas dessa natureza desvirtuam a finalidade de um inquérito e, sempre que encontramos casos dessa ordem, as visitas foram renovadas. Devemos esclarecer que os resultados são satisfatórios quanto mais se aproximam da realidade. Não nos propusemos a realizar um estudo particularizado, porque, nosso objetivo é apenas o de mostrar as causas que determinam a sub-alimentação.

O homem é aquilo que come. Se um homem alimenta-se bem, vive bem e trabalha bem. E' sabido que as populações rurais brasileiras vivem em permanente estado de deficiência alimentar, já causado

---

(26) — Quando não havia caderneta de crédito, baseamo-nos nas declarações do trabalhador.

pelas condições de ordem econômica, já pela ausência de conhecimentos sôbre uma ração adequada.

Nosso inquérito não visou ùnicamente reduzir a números a proclamada miséria do trabalhador. Sendo uma pesquisa sociológica, procurou indagar os motivos que influem nessa situação e estudar os meios de resolver o problema.

Para os alimentos relacionados nas fichas, foram cauculados os seus correspondentes calóricos, dentro da base de 3.000 calorias, quantidade necessária ao trabalhador brasileiro, segundo Afrânio Peixoto, Josué de Castro, Alexandre Moscoso, etc. Pesquisamos a alimentação consumida pelo trabalhador numa semana. A soma bruta das calorias foi dividida por sete (dias da semana); em seguida obtivemos o total de calorias **per capita**, por família e por dia. Finalmente foram calculadas as percentagens energéticas a mais e a menos.

Apesar de ser complexo o problema da alimentação, podemos apontar quatro razões que influem consideràvelmente na deficiência alimentar do trabalhador. Passamos a enumerá-las:

1 — o salário baixo;

2 — a falta de gêneros indispensáveis a uma alimentação racional;

3 — o elevado custo dos gêneros utilizados habitualmente;

4 — a inexistência de conhecimentos sóbre o valor da alimentação.

Estas quatro razões, se não são de todo responsáveis, não deixam, todavia, de agravar a sub-nutrição. "Tem-se o hábito de afirmar que a alimentação é um problema econômico mais que técnico", escreve o Prof. Eucudero (27), "que será resolvido, não pelos dietólogos, mas pelos economistas. Como todos os grandes problemas — conclui o ilustre cientista platino — o da alimentação da massa operária é sumamente complexo, é técnico, social e econômico". Enquadrado como está na natureza dos problemas sócio-econômicos, a êle aplicamos os métodos da investigação sociológica.

Atingir o número básico de calorias não equivale a estar alimentado e tanto isto é verdade que encontramos trabalhadores insuficientemente alimentados que se apresentam, nas fichas, com superavits, alcançados graças aos alimentos de alto coeficiente energético, como a farinha e o charque que, em 100 gramas, rendem respectivamente 385,5 e 313,8 calorias. Uma alimentação completa terá de possuir um mínimo de proteínas, hidratos de carbono e gorduras. No que diz respeito às vitaminas, vemos que raramente elas figuram na ração do trabalhador, pois, a carne sêca e a farinha de mandioca, base do **pirão**, não têm teor vitamínico. Aliàs o consumo de charque está decrescendo em face do seu progressivo preço. Hoje, um quilo dêste produto

---

(27) — Escudero — Alimentação.

está custando quase ou mais de um dia de trabalho de qualquer obreiro rural.

Está apurado que 70 a 80 % da renda mensal é destinada à alimentação, ou melhor, ao armazém. As compras são feitas de acôrdo com o salário. Se ganha bem, come regularmente; se o ordenado é pequeno, passa dificuldades e endivida-se. O dono do barracão, às vêzes, tem que esperar dois, três e quatro mêses para receber o pagamento de uma dívida contraída por um trabalhador de usina.

Na análise da alimentação do trabalhador em usina de açúcar, chegamos à conclusão de que êle come quantitativamente de mais e qualitativamente de menos. O elevado total energético de alguns não libera uma sub-nutrição, ao contrário agrava-a com a perturbação do metabolismo. Nas fichas que organizamos, a ausência de alimentos protetores aparece imediatamente. A carne, como observou um estudioso, "entra no cardápio apenas para dar o gôsto". Se encontramos consumidores de leite, observamos que êste alimento, na maioria das vêzes, é destinado aos doentes ou, excepcionalmente, aos filhos dos trabalhadores com salários superiores a Cr$ 10,00.

A pesquisa abrangeu cinco Estados açucareiros do Brasil. Os alimentos consumidos em Minas Gerais, por exemplo, reduzem-se a uma lista onde figuram o feijão, arroz, fubá, carne de porco e toucinho. O fubá, apesar do seu médio coeficiênte calórico como alimentação predominante, não é recomendável em vir-

Cortadores de cana

tude de provocar distúrbios orgânicos, de que são vítimas os trabalhadores rurais mexicanos, como observou o Sr. Dé Carli na sua missão pelas terras açucareiras da América (28). No nordeste açucareiro, o consumo de arroz é pequeno, aparecendo um excesso de farinha e o uso generalizado da chamada carne de sol. No Estado do Rio, alguns trabalhadores consomem verduras e utilizam o ôvo na alimentação.

Como dissemos acima, cada alimento possui um correspondente em calorias Os alimentos mais consumidos pelos trabalhadores patrícios, têm, em 100 gramas, a seguinte equivalência calórica:

Alimentos	**Calorias**
Carne de vaca	114,5
Banha	914,4
Toucinho	635,0
Pão	260,2
Macarrão	426,0
Arroz	360,0
Feijão	322,6
Verduras	24,5
Açúcar	377,2
Batata	78,5
Farinha de mandioca	385,5
Charque	313,8
Café	6,9
Fubá	353,5

(28) — Dé Carli — O Drama do Açúcar.

Segundo abalizados cientistas, a alimentação necessária, durante o dia, constitui-se de:

90 gramas de proteína
112 " " gordura e
398 " " hidrocarbonados.

Outros admitem que 100 gramas de proteínas e gorduras e 500 gramas de hidrocarbonados constituem uma alimentação útil. No primeiro inquérito que realizamos, os índices científicos jamais são atingidos A alimentação, além de irregular, não satisfaz essas dosagens técnicas. Damos, abaixo, uma ração completa, extraída do livro "Alimentação do trabalhador", da autoria do Sr. Alexandre Moscoso:

Gêneros	Quantidade	Calorias
Leite	250,0	163,7
Ovo	1	78,0
Legumes	300,0	73,5
Frutas	200,0	200,0
Carne	100,0	144,5
Pão	100,0	260,2
Arroz	100,0	360,0
Batata	100,0	78,5
Feijão	60,0	193,5
Farinha	50,0	170,8
Manteiga	50,0	380,0
Banha	30,0	273,3
Açúcar	150,0	608,3
Café	100,0	34,5
Total		3.018,8

Mesmo um leigo nesses assuntos fàcilmente verifica a impossibilidade do trabalhador reunir, em quantidade e em qualidade, os alimentos acima relacionados. De como um homem consegue viver sem os elementos essenciais à nutrição, a Biologia parece não explicar. Quase poderíamos dizer que os operários rurais e industriais realizam o milagre da manutenção da família.

O padrão de vida do homem que lida com o açúcar, no Brasil, em nada difere das condições dos outros trabalhadores do país. E' bem verdade que Estados, como São Paulo, vão procurando resolver os problemas ligados ao **standard of living**, de que é exemplo o sistema do colonato. No Estado do Rio, dado que as usinas estão próximas dos centros de abastecimento, os trabalhadores têm as condições de vida sensìvelmente melhoradas. O salário baixo, que determina uma restrição na capacidade aquisitiva, no nordeste açucareiro, é o responsável pelos numeros déficits catalogados na primeira pesquisa que fizemos.

Conhecendo as causas exatas que originam a subnutrição do trabalhador, é que poderemos apresentar a solução do problema.

II

Alberto Tôrres, num dos seus escritos, disse que "o problema da alimentação é o problema primário

de um povo". O sociológo fluminense sabia das condições de vida das nossas populações que, naquela época, se debatiam em crises sucessivas, agravadas pelas moléstias que reinavam nas zonas rurais, e reconhecendo que a má alimentação era, em parte, responsável por êsse estado de coisas, afirmou categoricamente: êste **problema é vital**. Ainda hoje têm atualidade as palavras do autor da "Organização Nacional". Para o pesquisador que vive no contacto direto com a massa operária, não é novidade a subalimentação. Para o técnico que calcula as percentagens dos elementos indispensáveis a uma ração, não é estranhável o escalonamento dos déficits.

Se confrontamos o padrão de vida ideal para o trabalhador em face da realidade, o contraste é tremendo. A situação reclama uma terapêutica adequada, mòrmente porque o mal parece se alastrar. O baixo salário, como vimos, é uma das causas que responde pela sub-nutrição dos trabalhadores. O ordenado do chefe, que muitas vêzes se junta a outras fontes de renda da família, não chega para as compras normais, principalmente na fase que atravessamos, quando os preços dos gêneros de primeira necessidade estão subindo assustadoramente.

Para atacarmos de rijo o problema, é preciso conhecê-lo bem. Não basta saber como se deve resolvê-lo e sim como solucioná-lo. A base de partida está nesta indagação: a quem compete decidir o problema: ao Estado ou ao industrial ? Seguimos atualmente

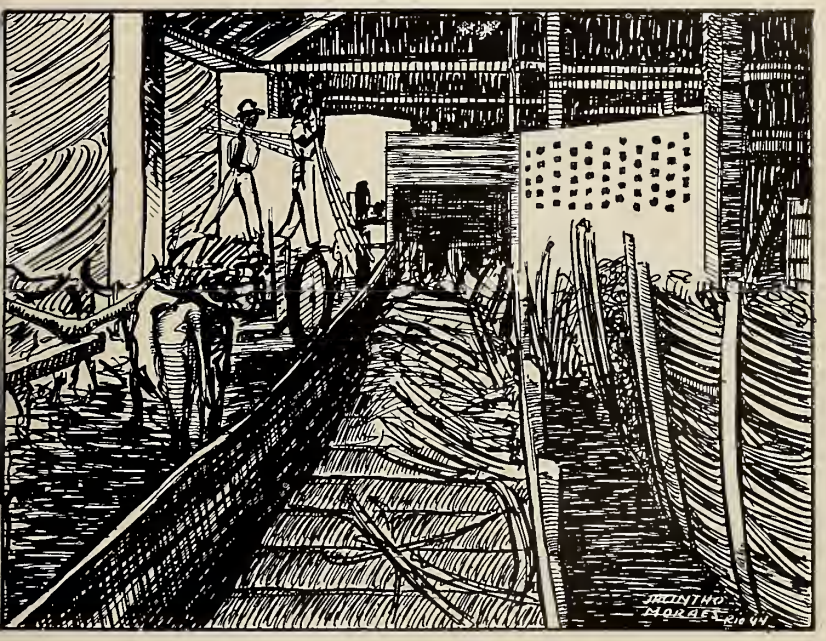
por um bom caminho. A obra de assistência social tem se desenvolvido muito nestes últimos tempos. Possuímos um amontoado de leis, mas que só beneficiam os trabalhadores industriais. Do salário mínimo ao salário familiar pouco falta. O Estado, quando cuida da proteção aos trabalhadores, através de uma legislação especializada, aproxima-se das necessidades dêstes e procura resolvê-las com a assistência social. O problema alimentar tem estreitas relações com a economia. Assim sendo, assegurando-se ao trabalhador uma razoável condição econômica, implìcitamente está se dando um grande passo para resolver o problema da sua manutenção.

Só os esforços conjugados do Govêrno e do Industrial extinguirão as cenas que presenciamos a cada hora. E, só assim, a fome não viverá eternamente estampada na face dos trabalhadores. O salário familiar já é ardentemente defendido em São Paulo. Na Conferência Nacional de Economia e Administração, realizada no Distrito Federal em março de 1940, a Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, por meio de uma contribuição sôbre as condições da classe operária na capital paulista, defendeu o ponto de vista do salário familiar, achando não haver melhor solução para remediar as condições de vida dos obreiros bandeirantes, pois "atendendo às suas necessidades normais, indo ao encontro dos seus justificados anseios,

instituindo, em suma, o **salário familiar,** que lhes possibilitará uma vida melhor e mais digna, a fim de que possam sentir, como uma realidade viva, que o trabalho é aquele **dever social,** que, na Constituição se inscreve". A defesa dessa tese visava, sobretudo, o estabelecimento de "uma harmonia social, uma paz constante e um labor profícuo, capazes de proporcionar um clima de ordem para a Nação e um ambiente de estabilidade e segurança social".

A alimentação, ao contrário do que pensam certos autores nacionais, não é, entretanto, um mero problema de salário. De uma alimentação racionalizada e útil é que o trabalhador necessita, mas para conseguí-la é mister que êle conheça o valor dos alimentos, abandonando o nocivo pensamento de que a comida serve apenas para encher a barriga, conceito que é largamente difundido.

Para a mentalidade da maioria dos rurícolas patrícios, a farinha e a carne sêca são os melhores alimentos do mundo. A um cortador de cana, em Santo Amaro, Estado da Bahia, fizemos perguntas sôbre a sua alimentação, que em nada diferia da dos seus companheiros. "O senhor come verduras ?", inquirimos. O trabalhador olhou-nos meio desconfiado e, após um minuto de reflexão, respondeu-nos: "graças a Deus, moço, eu não como capim". Êsse juízo é comum. O acatado cientista Escudero, quando fazia na Argentina o seu importante inquérito, ao tempo que tentava criar uma nova mentalidade alimentar, deparou



Botando cana na esteira

com casos dessa ordem. Muitos dos operários argentinos estavam certos de que as vísceras só deveriam ser utilizadas pelos animais. Êsse pensar errôneo contribui, também, para a sub-nutrição. Os obreiros rurais criaram uma espécie de alimentação tradicional e é difícil convencê-los do valor da alimentação racional. Os numerosos déficits que apuramos nos Estados do Rio, Sergipe, Bahia, São Paulo e Minas Gerais são explicados não só pelo baixo salário, que determina uma restrição na capacidade aquisitiva, mas também pela mentalidade vigorante no interior brasileiro. Divulgar ensinamentos práticos sôbre alimentação, entre as massas trabalhadoras, seria uma obra de grande alcance, já pela formação de homens sadios, já porque o próprio rendimento de trabalho iria aumentar, pois um homem bem nutrido é sempre disposto e trabalha melhor.

No estudo que fizemos sôbre a alimentação do trabalhador em usina de açúcar, aparecem interessantes casos, dignos de uma análise demorada. No nordeste açucareiro encontramos déficits calóricos que chegam a 50 % e ultrapassam, às vêzes, a 60 (note-se que as grandes usinas, na maioria, são as que se apresentam com maiores índices de deficiência). Está claro que não podemos interferir em assuntos que, a bem dizer, são de ordem interna. Entretanto, a pesquisa facilitou um conhecimento direto dos problemas humanos das usinas. Quando, amanhã, se tiver de organizar um programa de assistência objetiva aos

trabalhadores, estaremos armados de informes seguros e poderemos oferecer uma contribuição desinteressada.

A Lei do Salário Mínimo cogita de uma ração-tipo-essencial, aplicável aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e ao Distrito Federal. Os alimentos foram grupados numa lista, que abaixo transcrevemos:

GRUPO DE ALIMENTOS EQUIVALENTES AOS DA RAÇÃO-TIPO

I — Carne verde.

Carnes conservadas: charque, sêca, vento, sol, vísceras, aves, peixes, peixes conservados, camarão, caranguejo, siri, tartaruga, caça, e mexilhões.

II — Queixo, manteiga.

III — Banha, toucinho, óleos vegetais.

IV — Cereais: arroz, milho.

V — Farinhas: mandioca, dágua; lentilhas, feijão; fruta-pão, massas; raízes: mandioca, aipim, batata doce, inhame, cará, pão de milho (simplès e misto), broa.

VI — Leguminosas: feijão, ervilha, lentilha, guandu, fava.

VII — Ervas: azedinha, agrião, alface, bertalha, caruru, celga, couve, repolho, espinafre, nabiça, etc; frutos: abóbora dágua, xuxu, quiabo, jiló, pepino, maxixe, tomate, beringela, etc.; raízes: cenouras, nabo, rabanete, beterraba, etc.

VIII — Frutas: banana, laranja, tangerina, lima, caju, manga, abacate, abacaxi, mamão, sapoti, melancia, goiaba, figo, abricó, castanha do Pará, etc.

IX — Açúcar, melado, rapadura, mel.

X — Mate.

GRUPO ESSENCIAL

Leite.

GRUPO EXTRA

Ovos.

A ração é feita com a retirada de um alimento dos grupamentos. O trabalhador deve regular as quantidades e a qualidade dos alimentos e com êles reunir os elementos básicos à nutrição, perfazendo um limite de 3.000 calorias. Num inquérito sôbre a alimentação popular em um bairro de São Paulo, cujos resultados foram publicados na Revista do Arquivo Municipal, encontramos interessantes observações dos Srs. Paula Sousa, Ulhoa Cintra e Egídio de Carvalho. Os referidos técnicos, depois de estudarem o valor qualitativo da ração mediana determinada, escrevem: "a primeira necessidade do homem, que é sem dúvida manter a vida com uma ração satisfatória sob o ponto de vista energético, não pode ser fàcilmente

conciliável com a necessidade de manter a ração qualitativamente boa em nosso meio; e isto devido ao custo relativamente alto das calorias dos alimentos ricos em substâncias plásticas, principalmente albumina e cálcio, encontrados nos produtos de origem animal, como fonte principal, e que estão em déficit nas rações estudadas. Ainda a riqueza relativa em cálcio e albumina, embora esta seja imcompleta, no feijão, é que garante, devido ao reduzido preço de seu custo e à difusão de seu consumo, uma parte do mínimo indispensável para a saúde perfeita". Os autores continuam, observando que o pão, o arroz e o feijão constituem a base alimentar do povo brasileiro, sendo consumidos tanto pelo pobre quanto pelo rico.

Nosso inquérito estudou a alimentação do indivíduo e de sua família. Pelos dados catalogados, podemos dizer que, nas famílias pesquisadas, não encontramos uma só com a ração recomendada pelos técnicos em assuntos de alimentação. O nosso trabalho encara a alimentação mais sob o aspecto econômico-social do que o pròpriamente fisiológico.

III

Estudamos as condições de vida do trabalhador em usina de açúcar, seguindo processos modernos de pesquisas. Há dois processos: o do formulário e o da entrevista. Conseguimos reunir as vantagens de ambos e o processo que utilizamos, se por um lado não

é completo, por outro não deixa de oferecer a imagem próxima da realidade que, em última análise, é a nossa mira. O trabalhador brasileiro sabe das suas despesas no armazém, porque é êle mesmo quem as faz; fàcilmente responde ao pesquisador e, se confrontamos as suas declarações com a caderneta de crédito, vamos testemunhar que êle guarda na memória os seus gastos habituais. Por isso o processo da entrevista colhe bons resultados.

Não nos aprofundamos numa detida análise da alimentação, porque êste setor é, apenas, um ângulo do estudo do padrão de vida. A alimentação é condicionada pela situação social do obreiro. Preocupa-nos a sua repercussão e é por isto que não nos embrenhamos em terreno que, de direito, pertence à Fisiologia. Aliás, não há resultados exatos quanto à alimentação; até hoje não se pôde calcular o aproveitamento da totalidade dos gêneros utilizados na alimentação. Cuidamos do aspecto socio-econômico e olhamos para as digressões acêrca da ciência alimentar com certa cautela, aproveitando as conclusões positivas e alijando as controvérsias estéreis dos dietólogos que pelejam pela aceitação dos seus princípios certos ou errados. Dessa forma, não só nos interessa observar a alimentação pròpriamente dita, como também os gastos que ela ocasiona ao consumidor. Acentua-se, de um tempo para cá, a tendência de eliminação de dogmas até agora tidos como indestrutíveis, como por exemplo, a tão debatida

questão das calorias. Não ficamos, todavia, aguardando a comprovação das experiências dos demolidores dêsses postulados e, enquanto não nos chegam novos sistemas exatos, vamos seguindo as pegadas de Rubner e de outros.

A alimentação do brasileiro, como a do americano, fornece uma quantidade suficiente de proteínas, segundo dados compilados por Woodbury (29). Entretanto, na ração do nosso trabalhador, o traço vitamínico quase que poderia ser dado como inexistente. A apuração do inquérito que realizamos revelou a carência de alimentos ricos em princípios vitais e, muitas vêzes, o excesso de gêneros com alto coeficiente calórico, como a carne sêca e a farinha de mandioca. Constatamos déficits que poriam em cheque os defensores da energética alimentar, conforme veremos adiante. "Essa preocupação de calcular rações alimentares pelas calorias que possam fornecer, é o resultado de certas doutrinas alemãs", escreve o Prof. Magalhães Drummond, "aceitas com muito fervor pelos Estados-Unidos da América do Norte, mas sujeitas, ao que parece, a uma revisão. Quem examinar as tabelas exigidas para a Alemanha há de se convencer de que o estômago dos teutões é maior e mais exigente do que os nossos e por outra parte, de há muito, a crítica racional dêsse

(29) — Encuestas sobre el consumo de alimentos y la nutrición en las Americas, por Robert Morse Woodbury — Buenos Ayres, 1942.

método demonstrou que os chineses e os japonêses fornecem muito maior soma de trabalho do que qualquer teuto ou anglo-americano, alimentando-se apenas de um punhado de arroz. Ademais, quem fixou sèriamente o valor em calorias dos nossos alimentos nacionais? Todo alimento introduzido no estômago será igualmente aproveitado? Será verdade que a ciência, mesmo a alemã, esteja na posse do mecanismo íntimo da nutrição? Não poderá o homem, à semelhança dos vegetais, receber diretamente do ambiente alguma coisa mais que o oxigênio do ar? Não poderá retirar da luz do sol alguma porção de energia de que é êle o grande doador?" O Prof. A. da Silva Melo, num notável trabalho científico, fêz uma série de críticas a princípios tidos como verdadeiros. O acatado mestre atribui uma importância primordial ao instinto. "Se a pesquisa científica, escreve (30), é necessária e indispensável justamente no campo da alimentação, não devemos esperar que só por ela possamos resolver todos os problemas e vencer tôdas as dificuldades. Bem longe disso! O cálculo de calorias dos alimentos deve servir como exemplo e dos mais demonstrativos. A questão alimentar, encarada sob tal prisma, pareceu, durante dezenas de anos, ter encontrado completa e definitiva solução. No entanto, se tudo parecia estar inteiramente resolvido, sabemos hoje quanto an-

(30) — A. da Silva Melo — Alimentação, Instinto, Cultura — Pág. 111.

dávamos errados, quanto eram aí insuficientes e unilaterais os nossos conhecimentos. O que se pode mesmo garantir é que o homem se alimentou melhor e mais acertadamente antes dos cálculos de calorias do que mais tarde, no período em que foram êles usados dando a diretriz de nossa alimentação". O ilustre cientista acha que "a ciência da alimentação, pela qual hoje nos procuramos guiar, é tão recente, corresponde a um fragmento tão exíguo de tempo, que mal podemos saber o que nos aguarda no futuro, qual a qualidade e gravidade dos erros que estamos agora cometendo". (31)

As objeções quando partidas de elementos científicamente credenciados, não deixam de ter sua importância. O calor, não é tudo. Mas, é indiscutível que, no organismo, com a ingestão dos alimentos há uma verdadeira queima. Não somos teimosos defensores da energética alimentar. Utilizamo-la no inquérito que efetuamos, mais com o propósito de demonstrar que, mesmo sob o prisma calórico, a alimentação do trabalhador é deficiente. As objeções se empilham e as contendas se multiplicam. E enquanto dura o embate em tôrno da matéria, vamos aplicando ao nosso trabalho o cálculo das calorias.

No inquérito alimentar, sob o ponto de vista das calorias, cogitamos de quatro itens, que abaixo enumeramos:

---

(31) — Ob. cit. Pág. 112.

I — a quantidade de calorias que corresponde ao alimento consumido;

II — a correlação das calorias encontradas em função da família do trabalhador;

III — a receita e a despesa em calorias e

IV — déficit alimentar (calórico).

Adotamos o número base de 3.000 calorias que, segundo Burnet e Aikroyd (e várias autoridades brasileiras nesse assunto), satisfaz as necessidades do trabalhador nacional. Burnet e Aikroyd chegam a dizer: "a aplicação dêste padrão é questão de bom senso". (32)

Temos assinalado que o nosso inquérito cogita da alimentação sob o aspecto econômico-social; preocupam-nos mais os gastos do que pròpriamente os alimentos. Prèviamente colocamos os problemas, pois, como ensina Wiese (33), "o investigador que não sabe de antemão o que deseja observar, no caso singular, se perde em um labirinto". Relacionamos os coeficientes calóricos como um detalhe, porque o nosso objetivo é determinar as causas que condicionam e afetam o padrão de vida do trabalhador em usina de açúcar. No relatório que a Escola Livre de Sociologia e Política (34) realizou sôbre famílias na cidade de São Paulo, escreveu-se o seguinte: "a ener-

(32) — Peregrino Junior — Alimentação, — Problema Nacional.

(33) — Wiese — Sociologia — Pág. 67.

(34) — Relatório.

gia ou valor calórico contido no regime alimentar de uma família, não tem a importância exclusiva que já se lhe atribuiu. Descobriu-se recentemente que um regime alimentar adequado, quanto às calorias, e deficiente em relação ao seu conteúdo em sais minerais e vitaminas, pode ainda não conter um resíduo (bagaço) suficiente para conservar o aparêlho digestivo em boas condições de funcionamento. A questão do conteúdo em sais minerais é de grande importância em São Paulo, devido à falta geral de cálcio na água e nos alimentos consumidos. Não se pode aplicar diretamente num determinado meio os métodos de análise e os coeficientes usados em outros países, e, assim sendo, pretendemos tão sòmente apresentar uma análise das calorias contidas no regime alimentar, comparadas com certos fatores econômicos, além duma análise do consumo de certas categorias especiais de alimentos, notadamente do leite. Além disso, outra questão interessante é a de saber-se até que ponto a escolha deficiente da alimentação resulta dos fatores econômicos, da nacionalidade ou da fonte de suprimento dos alimentos da família". E' dentro dêsse conceito que orientamos nossa pesquisa.

VI

RESULTADOS DO INQUERITO SÔBRE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR NOS ESTADOS DO RIO, MINAS, SÃO PAULO, BAHIA E SERGIPE — CONDIÇÕES ALIMENTARES — RESULTADOS EM CONFRONTO — MEIOS DE RESOLVER O PROBLEMA

I

O Sr. Paulo Seabra, em 1941, comissionado pelo Conselho Nacional de Alimentação, esteve no município de Campos, a fim de conhecer as condições alimentares dos trabalhadores daquela importante cidade fluminense. As usinas haviam terminado a moagem, com exceção da São José, que continuava o seu trabalho na Distilaria. Nesta pôde observar que o almôço dos operários era feito "em dois turnos, um às 10 horas e outro às 10,45, sendo domiciliar grande parte das refeições e um pequeno número de obreiros abre suas marmitas nas calçadas e desvãos". (35) Não podendo observar, como pretendia, as diversas usinas de Campos, dirigiu suas vistas para a Companhia de Fiação e Tecidos Industrial Campista, onde verificou que dos mil operários daquela emprêsa, cêrca de duzentos almoçavam em um refeitório higiênico, situado num local próximo da fábrica. "Na hora do almôço, escreve, o operário vai buscar sua latinha e a garrafa com café que foram aquecidos em dois ótimos banhos-maria especialmente a isso destinados e se dirige ao refeitó-

(35) — Paulo Seabra — As condições alimentares do trabalhador em Campos — Bol. MTIC n.º 81 — Pág. 225.

rio, onde homens, mulheres e crianças se sentam em mesas separadas". Percorrendo o recinto teve o cuidado de examinar os cardápios contidos "naquelas vasilhas heterogêneas, em sua maioria de tamanho insignificante". Assim descreve a sua impressão sôbre a comida dos trabalhadores: "a totalidade é formada de farofa sêca de farinha de mandioca, escassamente entremeada de peixe ou carne sêca. Se alguma continha arroz, era tão pouco que a farofa o mascarava. Em umas poucas havia feijão e, em duas, vi ôvo estrelado, mas em nenhuma observei hortaliça de qualquer espécie. Com êsses duzentos trabalhadores, consegui contar cinco laranjas e assinalar algumas bananas. Era nítido, por vêzes, o odor de alimento fermentado. Não se usavam pratos, sendo, na maior parte, os talheres substituídos pela própria mão, ingerida a farofa aos punhados". (36) O Sr. Seabra visitou, também, a Usina Queimado e fala do seu "alto nível de organização de trabalho e assistência". Foi um inquérito, como estamos vendo, realizado superficialmente e que não logrou dar uma idéia da alimentação do obreiro campista.

Nossa pesquisa, procedida em 1940, não revelou casos desoladores. Nas dez usinas que visitamos em Campos e em São João da Barra, vimos que os trabalhadores não eram doentios e que, naquela ocasião, percebiam um salário que suportava os gastos domésticos. A maior média de déficit encontrada

(36) — Idem.

foi 33,79 %. Apuramos que a alimentação do trabalhador fluminense em usina de açúcar não é excessivamente gordurosa. Em comparação com os Estados da Bahia e Sergipe, a situação alimentar no terceiro Estado açucareiro do Brasil pode ser dada como boa. Nas dez usinas, a freqüência do consumo dos diversos gêneros alimentícios utilizados pelas famílias dos trabalhadores ouvidos durante a semana do inquérito, assim aparece: o feijão, 100 vêzes; a farinha de mandioca, o açúcar e o café, respectivamente, 99 vêzes; o charque e a banha, respectivamente, 98 vêzes; o arroz, 97 vêzes; o pão, 88 vêzes; a carne de vaca, 72 vêzes; o fubá, 44 vêzes; o macarrão, 28 vêzes; a batata, 23 vêzes; ovos, 22 vêzes; carne de porco, 20 vêzes; verduras, 14 vêzes; manteiga 13 vêzes e leite, 6 vêzes. A situação, portanto, é bem diferente do nordeste, onde a alimentação popular, segundo o nutricionista Rubens de Siqueira (37), caracteriza-se por sua pequena quantidade e "possibilidades de restrição que podem chegar a nível verdadeiramente surpreendente".

O município de Campos, em virtude da sua concentração industrial, não conhece os problemas das zonas canavieiras dispersas, onde o abastecimento é irregularmente feito. Servido por estrada de ferro e por uma extensa rêde de rodovias, não apresenta aquêle quadro triste das regiões desfavorecidas de transporte. Apesar de município tìpicamente açucareiro

(37) — Rubens de Siqueira — Alimentação, Rio, 1940.

não se deixa escravizar pela monocultura canavieira. "Quem, deixando a Baixada, observa o Sr. Mário Lacerda de Mello, viaja para o Norte, para a parte mais alta da área municipal, surpreende um sem número de pequenos tratos de terra cultivados com café e com a chamada lavoura branca (arroz, milho, feijão, etc.).

As fazendas de criação também aparecem freqüentemente e, nelas, o gado de raças selecionadas já constitui um índice de exploração racional". (38) E' interessante o que se passa em Campos. Há trabalhadores que residem na cidade e têm filhos cursando escolas públicas. A Usina do Queimado está, a bem dizer, dentro da própria sede municipal. Esta usina possui um armazém que é um modêlo. A Usina São José mantém um hospital dotado de aparelhamentos modernos. Sente-se que o usineiro fluminense preocupa-se com os problemas da assistência médico-social.

Constatamos o consumo de leite, de ovos e de verduras. Não podemos aplicar para o trabalhador fluminense aquilo que geralmente se diz sôbre a alimentação do obreiro nacional: muita farinha e carne sêca. A banha, toucinho, o arroz, o fubá, a carne de porco e de gado são utilizados na alimentação dos trabalhadores que ouvimos. Em tempos passados, Campos conheceu os efeitos da sub-alimentação, através um surto de beribéri, sôbre o qual

(38) — Brasil Açucareiro — Junho de 1943.

há um interessante estudo do Sr. Alberto de Vasconcelos Cruz.

Apuramos as seguintes médias de déficits e superavits, por usina:

ESTADO DO RIO

Deficiência energética (por família de trabalhador)

Usinas	% a —	N.º de famílias
Cambaíba	20,72	9
Santo Amaro.....	23,86	8
São José.....	24,19	9
Santo Antônio.....	27,40	7
Barcelos	29,57	6
Novo Horizonte.....	29,76	7
Paraíso	29,83	6
Queimado	30,27	6
Poço Gordo	31,49	8
Santa Cruz.....	33,79	5

Em cada usina pesquisamos dez famílias de trabalhadores. A média de deficiência calórica é de 28,43 %, percentagem relativamente baixa. Quase todos os deficits pertencem aos carreiros, cortadores de cana, enfim, homens da lavoura que, em 1941, ganhavam de Cr$ 4,60 a Cr$ 5,00. Os superavits que encontramos não exprimem uma alimentação suficiente em princípios ativos e sim em quantidade calórica. Estão assim distribuídos os superavits:

ESTADO DO RIO

Superavit energético — (por família de trabalhador)

Usinas	% +	N.º de famílias
São José	186,03	(Op. solteiro)
Cambaíba	39,96	5
Santa Cruz	24,85	1
Paraíso	24,18	4
Queimado	20,35	4
Barcelos	22,26	4
Novo Horizonte	19,70	2
Santo Amaro	15,49	3
Santo Antônio	12,71	3
Poço Gordo	5,13	2

A média dos superavits é de 37,19 %, maior que dos déficits. A Usina São José, a maior da terra fluminense, aparece com nove famílias deficitárias. Entretanto, tem um operário rural com uma reserva de calor que ultrapassa quase três vêzes o número base. E' digno de observação êste caso e, por isso transcrevemos aqui a ficha do referido trabalhador:

Nome — M. P.
Estado civil — solteiro
Natureza de trabalho — carreiro
Salário diário — Cr$ 5,20

Despesas semanais com gêneros alimentícios

Gêneros	Quilos	Calorias
Feijão	2,500	8.065
Farinha	3,000	11.565
Charque	2,500	7.845
Banha	1,000	9.114
Arroz	1,500	5.400
Açúcar	2,000	7.544
Café	0,500	34.500
Carne de vaca.....	3,000	3.435
Fubá	2,000	7.070

Total de calorias por dia — 8.581
Possue a + 5.581 calorias
% a + — 186,03

Que depreendemos, mesmo num simples exame, da alimentação do carreiro M. P. ? De início, ressalta logo um excesso de farinha e de carne sêca. Três quilos de um e dois e meio de outro, para uma pessoa, numa semana, é bem um excesso. Não consome verduras e o traço vitamínico da sua alimentação é pequeno. A grande quantidade de calor não supre as demais carências. A ficha em questão, de certo modo, evidencia que a energética alimentar tem suas deficiências... O Sr. M. P. não está alimentado nem nutrido. Enche o estômago e nada mais. "Alimento

é tôda substância que introduzida na economia dos sêres organizados pode servir à nutrição. Nutrição é o conjunto dos fenômenos de ordem física, química e biológica, ou, em uma palavra fisiológica, que se passam entre um organismo dado e os alimentos ingeridos". (39) O rurícola poderá satisfazer-se, mas sua nutrição será deficiênte. No desenvolvimento orgânico de aproveitar os alimentos, poucas coisas úteis sobrarão, e estas não evitarão a sub-nutrição.

Em cem famílias de trabalhadores, sendo 10 para cada usina, encontramos um deficit elevado, pertencente a uma família composta de seis pessoas. Com exceção dêste resultado pouco animador, podemos dizer, de um modo geral, que a situação alimentar do obreiro, na época da pesquisa, não era aflitiva.

Existe um problema alimentar mais grave num lugar, mais atenuado noutro. "A alimentação", escreve o Prof. Kafuri, "é para o homem o mais elementar dos seus direitos sociais; e para o homem perante si mesmo o mais elementar dos seus deveres biológicos". A Conferência de Santiago, realizada em janeiro de 1936, levando na devida conta a magnitude do problema, adotou duas resoluções importantes. A primeira delas reconhece "a importância capital que a alimentação tem no rendimento físico do trabalhador". O item 5 da citada resolu-

(39) — Rubem Paula — Alimentos.

ção diz: "é evidente que a crise mundial atual teve repercussões profundas na alimentação da família operária, diminuindo por um lado as possibilidades de trabalho e impedindo por outro uma melhoria proporcional dos salários correspondentes ao custo dos alimentos". Um outro capítulo contém o seguinte: "o problema da alimentação popular encarado sob o ponto de vista social é agravado pela ignorância do público relativamente aos princípios fundamentais da alimentação racional, o que o impede de adquirir os alimentos mais necessários e de empregar a parte do salário consagrada à alimentação da maneira mais lógica". (40)

II

A alimentação do trabalhador mineiro varia de conformidade com as diversas zonas daquela unidade da Federação. Na zona da Mata, por exemplo, a batata doce e a rapadura são largamente consumidas, enquanto na zona sul é generalizado o uso da carne de porco; na primeira constatamos o consumo de legumes e na segunda observamos que a alimentação carece de vitaminas.

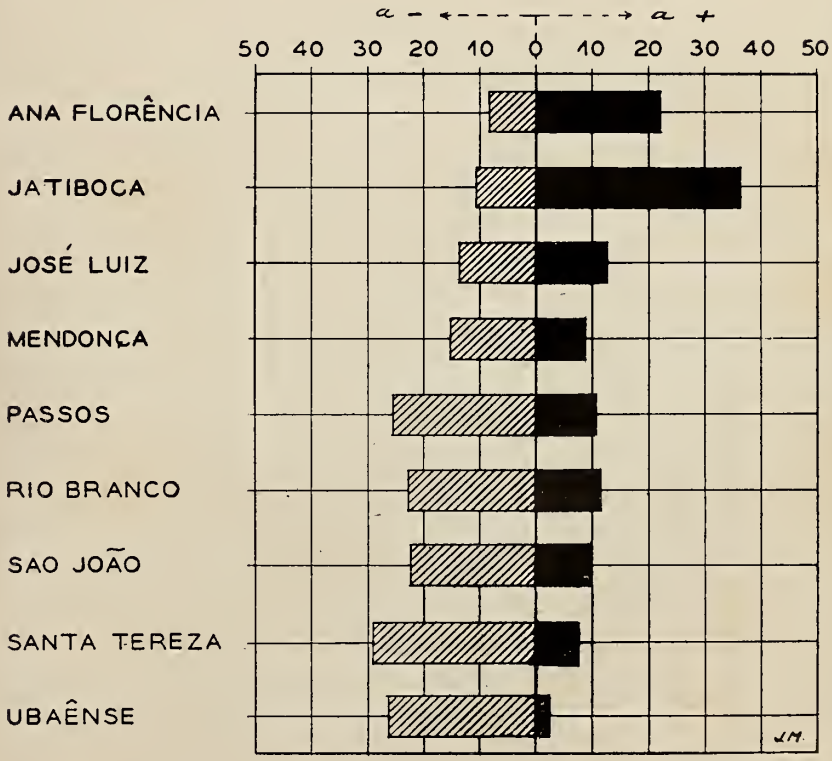
---

(40) — Relatório sôbre as medidas tomadas para dar seguimento às resoluções adotadas pela Conferência de Santiago do Chile — Repartição Internacional do Trabalho — Genebra — 1939.

Como acontece em tôdas as zonas canavieiras do país, o trabalhador mineiro destina 70 a 80 % da sua renda à alimentação. Em geral, os alimentos utilizados reduzem-se a uma lista onde figuram o feijão, o arroz, o fubá e o toucinho. O fubá é o forte, chegando mesmo muitas vêzes a constituir a base da ração dos obreiros da zona da Mata. Carregado como é de hidratos de carbono, êste alimento é granmente responsável pelas deficiências orgânicas de muitos dos trabalhadores da terra montanhesa. Em Ponte Nova, o maior município açucareiro do Estado, consome-se a **canjiquinha,** alimento de custo acessível, e que é encontrado na maior parte das despensas pontenovenses. Notamos que a couve aparece na **bóia** mineira, bem como a alface e outras verduras. A pesquisa foi feita no ano de 1941 em nove usinas do Estado.

Encontramos déficits calóricos que ultrapassam a 50 %. Quando tivermos de escalonar os resultados do nordeste açucareiro, comentaremos os índices que, teòricamente, são dados como impossíveis. Os dados que obtivemos dão uma idéia da situação. Surgiram superavits, mas conseguidos à custa do fubá; a Usina Jatiboca chega a ter uma média de superavit mais alta que a de déficit em virtude do alto consumo dêste alimento. O quadro abaixo especifica a média, por usina, dos déficits e superavits calóricos que encontramos:

GRÁFICO COMPARATIVO DAS MEDIAS
DOS SUPERAVITS E DOS DEFICITS CALÓRICOS
POR USINAS PESQUISADAS



USINAS	% a —	N.º de famílias	% a +	N.º de famílias
Ana Florência..	8,41	5	22,04	5
Jatiboca	10,63	3	36,37	7
José Luís.....	13,75	8	12,86	2
Mendonça.....	15,17	8	8,90	2
Passos	25,58	8	10,64	2
Rio Branco....	22,69	6	11,45	4
São João.....	22,27	5	9,28	5
Santa Teresa...	29,43	7	7,95	3
Ubaense	26,34	9	2,36	1
MÉDIAS ..	19,36	—	13,53	—

Em comparação com os demais Estados, não podemos dizer que êsses números sejam desoladores. Precisamos levar em conta que em Minas também se consome farinha de mandioca e esta, como o charque, tem um bom coeficiente calórico, embora seja desprovida de vitaminas.

A transcrição da caderneta de crédito de um trabalhador canavieiro exprime, melhor que os comentários, o consumo e o custo dos alimentos. Vejamos a caderneta de um cortador de cana da Usina Ana Florência (suprimimos os gastos que não se referem à alimentação) em junho de 1941, quando adquiriu êle no armazém os seguintes gêneros:

Dias	Compras	Cr$
1	10 quilos de fuba	4,00
	3 " " açúcar de fôrma.....	1,50

	1 " " " " "	0,50
	3 " " arroz	3,60
	2 quilos e meio de toucinho.....	8,50
	1 quilo de costela de porco.....	3,20
	Diferença toucinho	0,50
4	2 quilos de açúcar de fôrma.....	1,00
	3 " " arroz	3,60
	10 quilos de fubá.....	4,00
	8 rapaduras	4,00
	2 quilos de toucinho.....	7,00
	Bolachas	0,30
7	1 quilo de café (em grão).....	1,40
9	3 quilos de arroz.....	4,20
	Bolachas	0,30
13	10 quilos de fubá	4,00
	2 " " canjica	0,80
	2 " " toucinho	8,00
16	8 rapaduras	4,00
	2 quilos de arroz	3,00
19	5 " " fubá	2,00
	1 quilo de café.....	1,40
	Bolachas	0,20
	2 quilos de arroz	3,00
	meio quilo de banha.....	2,80
	2 quilos de arroz.....	3,00
	Bolachas	0,20
	2 quilos de arroz.....	3,00
	meio quilo de banha.....	2,80
	2 quilos de arroz.....	3,00

24	5 quilos de fubá.....	2,00
26	2 " " arroz	3,00
	3 rapaduras	1,50
	meio quilo de banha.....	2,80
27	10 quilos de fubá.....	4,00

Antônio de Sousa ganhava, no momento da inquirição, Cr$ 4,80 por dia e era casado, tendo a seu cargo o sustento de 8 filhos. O fubá, como vemos, aparece em elevada quantidade. O feijão, apesar de não constar na relação das compras, é consumido e o cortador de cana o obtém gratuitamente.

Se o trabalhador não é o da zona da Mata, a alimentação logo se diferencia. Na zona sul, o fubá é diminutamente consumido, o mesmo acontecendo com os trabalhadores do Triângulo, do Oeste, do Norte e do Centro.

Como dissemos acima, o inquérito revelou que há trabalhadores com superavits calóricos.

Todos os superavits, já acentuamos, são explicados pelo consumo de alimentos com bom coeficiente energético (a percentagem corresponde ao superavit familiar). Na ficha do trabalhador R. G. V. que, na ocasião da pesquisa, exercia as funções de encarregado do depósito da Usina Ana Florência, estão discriminados os alimentos consumidos por sua família — composta de cinco pessoas — e que são: feijão, 4 quilos; farinha de mandioca, 2 quilos; toucinho, 3 quilos; carne de porco, 3 quilos; arroz, 8 quilos; 6 ra-

paduras; café, 1 quilo; fubá, 10 quilos (observe-se a quantidade); macarrão, 1 quilo; verduras, cem gramas e canjiquinha, 6 quilos (em 7 dias). Só o fubá assegura à sua família, numa semana, 35,350 calorias.

Surgiu um superavit de 69,15 % pertencente a um carreiro da Usina Jatiboca (Ponte Nova), é o mesmo de quantos consomem o fubá em altas quantidades. Êle era solteiro e, num período de sete dias, consumia dez quilos de fubá.

Para 31 casos de superavits, encontramos 59 déficits.

E' interessante observar que os trabalhadores industriais, melhor remunerados, aparecem com 30 déficits para 29 dos rurais, que não têm salário compensador.

O carreiro A. G., da Usina Ubaense, aparece com um déficit de 53,24 %, tendo por conseqüência um sensível desequilíbrio de energia, mas, apesar disso, tem três filhos e a sua aparência, no instante em que o ouvimos, em nada condizia com a carência encontrada. O caso sugere um detido exame da parte dos dietólogos; tôda a sua família consome, em sete dias, os alimentos seguintes: feijão, 3 quilos e meio; carne sêca, meio quilo; banha, 1 quilo; arroz, 4 quilos e meio; 4 rapaduras; café, 1 quilo; fubá, 4 quilos; macarrão, 1 quilo; verduras, cem gramas. Cada membro da sua família conta com 1.402 calorias. Convém notar que o referido trabalhador ainda auxilia os pais.

Minas Gerais é, no Brasil, o Estado que mais possui engenhos de açúcar bruto, rapadureiros e turbinadores. Dos 55.779 engenhos brasileiros, 30.372 pertencem a Minas (54 %). Por isso mesmo, interessamo-nos em conhecer os níveis de vida de alguns dêles. Nossa impressão não foi de todo má. E' verdade que visitamos um número insignificante de engenhos.

Um senhor de engenho, em Sete Lagoas, disse-nos: " o caldo de cana ajuda a alimentação e a êle devo o fato de não possuir enfermos na minha propriedade". O que afirmamos acima, entretanto, não quer dizer que todos os trabalhadores dos engenhos mineiros tenham essa situação.

III

O trabalhador paulista apresenta características próprias, que são observadas particularmente na alimentação. O homem da lavoura canavieira no Estado do Rio, por exemplo, alimenta-se de charque e de farinha de mandioca, utilizando outros alimentos que não figuram na ração do trabalhador paulista. O obreiro bandeirante da zona açucareira usa estritamente aquêles alimentos. Existem outras diferenciações que estudaremos em outro local.

Fizemos duas pesquisas em São Paulo, uma em 1941 — abrangendo os trabalhadores industriais e rurais — e outra em 1943 — ùnicamente sôbre os colonos.

STITUTO DO AÇ

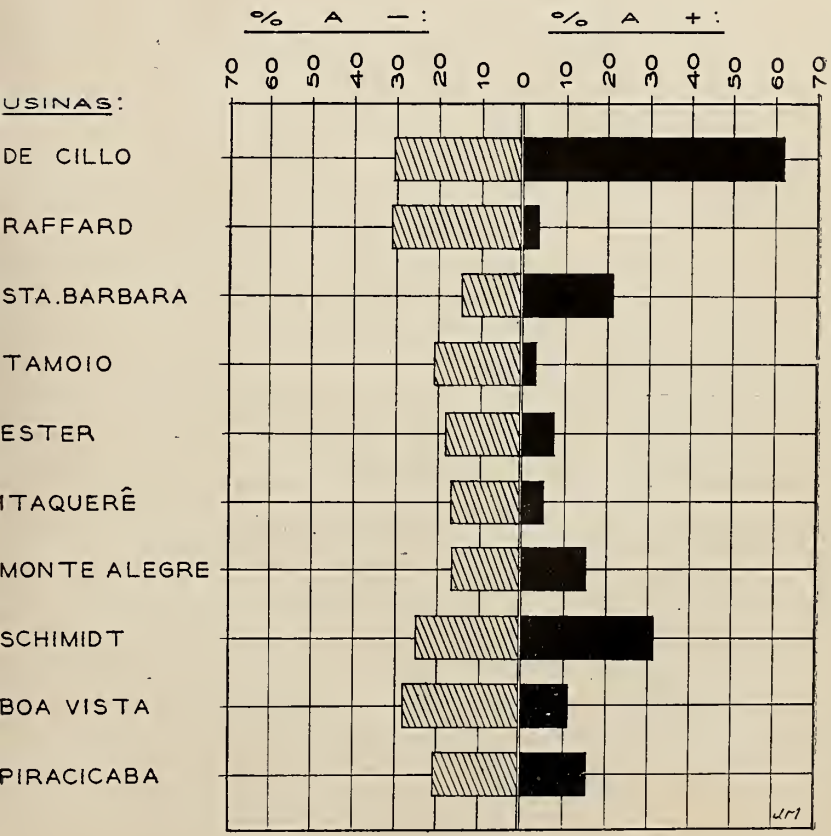
Antes de entrarmos diretamente na matéria dêste capítulo, queremos acentuar que o Estado de São Paulo está na vanguarda das pesquisas sôbre alimentação. Têm sido realizadas interessantes investigações, entre as quais figura o **Inquérito sôbre a alimentação popular em um bairro de São Paulo,** da autoria dos Srs. G. H. de Paula Sousa, A. de Ulhoa Cintra e Pedro Egídio de Carvalho (1935). Êstes pesquisadores cuidaram de averiguar o consumo dos alimentos habitualmente utilizados. "Para análise dos dados colhidos", escrevem, "tivemos de calcular, em primeiro lugar, o consumo de cada alimento, em cada família, por dia. Principiamos então por tornar os dados homogêneos, procedendo à transformação de dados obtidos em dinheiro, para o pêso correspondente dos artigos, ou de acôrdo com a média dos preços citados e algumas fichas, ou vigentes no mercado, feira e armazéns". Mas tal sistema não era completo quando se tinha de esclarecer a unidade de consumidor, "para torná-los comparáveis, pois o critério de família, composta de número diverso de pessoas, não podia servir como tal. O único meio que encontramos foi o de tomar a média que caberia a um indivíduo de cada família pelo seu consumo total de cada artigo, ainda que isto implicasse em igualar pessoas de idades diferentes". (41)

A Escola Livre de Sociologia e Política realizou,

---

(41) — Separata N.º 17 da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo — Pág. 131.

GRÁFICO COMPARATIVO DAS MÉDIAS
DOS SUPERAVITS E DOS DEFICITS CALÓRICOS
POR USINAS PESQUISADAS



em 1939, um inquérito sôbre 221 famílias operárias da cidade de São Paulo. (42) A pesquisa foi dirigida pelo Prof. Horace B. Davis. "Não se poupou nenhum esforço para dar às pesquisas" — está escrito no relatório — "caráter de seriedade e segurança. Nas instruções verbais e escritas, recebidas pelos pesquisadores, acentuou-se sempre que cada família devia ser escolhida ao acaso, sem idéia preconcebida alguma. A única limitação imposta foi a de ser a família tìpicamente operária, na acepção restrita do têrmo; se foram incluídos alguns vendedores de rua, ou costureiras particulares, não se julgou que isto prejudicasse o valor dos resultados, pois seu padrão de vida é igual ao da classe operária". (43) "Os hábitos nacionais são muitas vêzes invocados para explicar as diferenças na distribuição das despesas alimentares. Sem querer negar a influência dos hábitos nacionais" — acentua o referido relatório — "somos de opinião que êles são apenas eficazes na determinação do consumo alimentar, durante um período limitado de tempo e que depois disso, absorvidos os imigrantes pelo meio, adotam êles os hábitos alimentares locais" (44). O Prof. Samuel Loverie fêz uns reparos à pesquisa Davis. Aquêle conhecido técnico pesquisou o padrão de vida dos operários da Limpesa Pública de São Paulo. Estudando a alimentação consumida pelos trabalhadores inquiridos, apurou que apesar de forne-

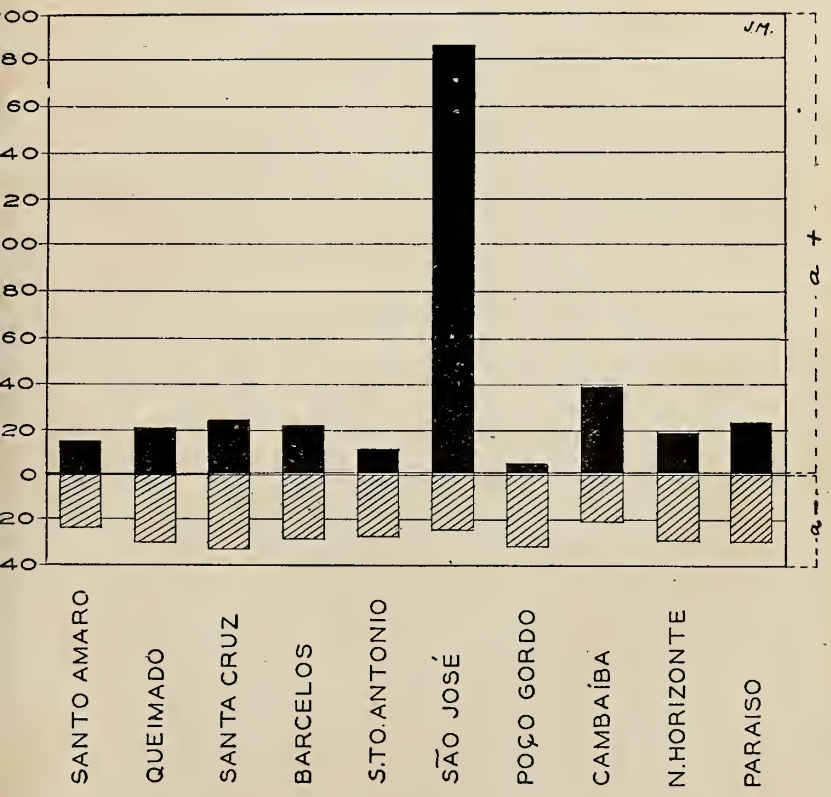
(42) — Relatório.
(43) — Idem — Págs. 3 e 4.
(44) — Idem — Págs. 40.

cer energia calórica útil, não variava nunca, ou melhor, era pouco variável.

A Diretoria de Estatística Indústria e Comércio perquiriu, em 1939, cêrca de 600 famílias operárias. "Em nosso inquérito não procuramos trabalhar com um valor médio de consumo, explica a mencionada Diretoria, pois, continua, é sabido que, quando se joga com valores médios de conjuntos estudados, não se tem a expressão real para cada indivíduo separadamente. Assim, é bem possível que no cálculo da média, em relação a um padrão preestabelecido, os superavits sejam de tal ordem que cubram ou mesmo excedam os déficits, induzindo a conclusões falsas sôbre a realidade. Resolvemos por essa razão, em vez do conhecimento de um valor médio inexpressivo, conhecer qual o consumo mais freqüente em calorias, proteínas e sais minerais" (45). Os relatores, após uma análise meticulosa da alimentação do grupo pesquisado, disseram — e suas palavras cabem muito bem à indústria açucareira — que "necessário se torna melhorar as condições do operário industrial financeiramente, e não esquecer que, sendo o progresso coletivo a resultante das forças individuais, e que estas são tanto mais apreciáveis quanto melhor forem os mesmos alimentados, temos em nossa presença um grande problema a resolver: melhor nutrir o trabalha-

(45) — Aspectos da alimentação da classe operária da Capital de São Paulo em face Lei do Salário Mínimo — Resultados de uma pesquisa realizada no mês de dezembro — 1939 — Pág. 27 .

GRÁFICO COMPARATIVO DAS MÉDIAS
DOS SUPERAVITS E DOS DEFICITS CALÓRICOS
POR USINAS PESQUISADAS



dor industrial, a fim de proporcionar-lhe mais vida, mais saúde, mais energia para engrandecer nossa economia" (46). Das 600 famílias pesquisadas pela D. E. I. C. foram selecionadas 87, levando-se em conta o critério da perfeição dos informes sôbre alimentação.

O Sr. Oscar Egídio de Araújo promoveu uma pesquisa de padrão de vida, com a finalidade de formar um "fichario individual e familiar dos operários de uma emprêsa, que permitisse avaliar suas condições de existência e suas necessidades mais urgentes" (47). Mais uma vez colaborou a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Falando dos resultados do inquérito sob o prisma da alimentação, o Sr. Egídio Araújo, cujo trabalho é uma notável contribuição aos estudos sociais brasileiros, escreveu: "variação pequena, consumo excessivo de alguns tipos de alimentos. Feijão e arroz constituíram pratos indispensáveis, acompanhados algumas vêzes de carne simples ou com batatas e, em outras, de verduras diversas — couve, alface, etc. Em todos os casos o pão foi completamente certo. Especìficamente, porém, podemos verificar determinadas preferências alimentares, mesmo dentro de consumo reduzido e até precário". (48)

O Sr. Tavares de Almeida pesquisou 72 famílias

---

(46) — Idem — Pág. 39.

(47) — Egídio Araújo — Uma pesqnisa de padrão de vida — Pág. 31.

(48) — Idem — Pág. 107.

rurais na zona da Alta Araraquarense, chegando à conclusão que o ganho médio de um trabalhador é de Cr$ 175,00 mensais. (49) Nos dados que conseguiu obter, as despesas com alimentação ocupam 66,86% do orçamento familiar.

São estas as principais pesquisas sôbre alimentação realizadas na terra bandeirante. Nosso inquérito não teve a envergadura dos trabalhos citados, mas foi o primeiro feito na zona agro-industrial açucareira de São Paulo. Pesquisamos 100 famílias em 10 usinas e os resultados obtidos revelam que os trabalhadores canavieiros paulistas têm um "standard" de vida melhor que os seus colegas setentrionais.

Escrevendo sôbre o **problema alimentar no Estado de São Paulo**, o Sr. Jorge Queiroz de Morais disse: "O Estado de São Paulo é o mais rico da federação, entretanto, cêrca da metade de sua população vive miseràvelmente. Mal alimentada, corroída por endemias, como o impaludismo, a verminose, a sífilis, etc., vegeta sem ideal e sem noção de pátria. O nosso caboclo é um verdadeiro pária, sem aspirações, sem fôrças, acoimado de indolente e esquecido por todos. Os seus filhos são mal desenvolvidos, enfezados, raquiticos e muitas vêzes com vícios carenciais alimentares tão graves, que os tornarão inúteis e sofredores por tôda a vida e um fardo pesado para a so-

---

(49) — Revista Rural Brasileira — Janeiro — 1941 — Pág. 16.

ciedade". (50) Em que pese a verdade desta afirmação categórica, não queremos discutir, apesar de considerarmos que vai uma boa dose de exagêro naquela metade da população que vive miseràvelmente. O lugar não é próprio para a crítica. Entretanto, podemos afirmar que na parte tocante à indústria açucareira, o autor do citado trabalho não focalizou a verdade. E' certo que constatamos déficits mas isto em nada reflete um estado angustioso. Não encontramos trabalhadores doentes e os que inquirimos eram sadios. Os resultados médios dos déficits e superavits calóricos, por usinas, estão assim distribuídos:

DÉFICITS CALÓRICOS — PERCENTAGEM MÉDIA POR USINA

Usinas	% a —	N.º de famílias
Santa Bárbara	14,59	8
Monte Alegre.....	17,64	7
Itaquerê	17,85	7
Ester	18,59	8
Tamoio	20,97	8
Piracicaba	21,75	5
Schimidt	25,05	7
Boa Vista.....	28,11	6
De Cillo	30.76	9
Vila Raffard.....	31,25	9

(50) — Boletim — M. T. I. C.

A média geral corresponde a 22,65 %. Vemos que as médias por usinas são perfeitamente aceitáveis. A Usina Vila Raffard tem a maior percentagem média de déficit, aparecendo com um dos menores superavits, como veremos no quadro abaixo:

SUPERAVITS CALÓRICOS — PERCENTAGEM MÉDIA POR USINA

Usinas	% a +	N.º de famílias
Tamoio	2,40	2
Vila Raffard	3,40	1
Itaquerê	4,86	3
Boa Vista	10,72	4
Monte Alegre	15,03	3
Piracicaba	15,24	5
Santa Bárbara	21,30	2
Schimidt	31,08	3
De Cillo	62,13	1

A Usina Piracicaba tem cinco famílias deficitárias e igual número para os casos a mais. A Usina De Cillo possui um superavit de 62,13%, mas, conforme temos esclarecido, não basta que o limite calórico seja atingido ou ultrapassado; é preciso, sobretudo, que a alimentação seja racional e eficiente. O superavit a que nos referimos foi alcançado pela família do ajudante de mecânico F. S. Na sua ficha consta o seguinte: F. S. — Casado — Ajudante de mecânico da Usina De Cillo — Salário diário — Cr$ 9,00.

AQUISIÇÃO SEMANAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM OS CORRESPONDENTES VALORES ENERGÉTICOS

Gêneros	Quilos	Calorias
Feijão	1,000	3.226
Farinha de milho.....	1,000	3.535
Farinha de trigo (51)...	4,000	8.326,400
Charque (52).....	1,000	3.138
Banha	0.750	6.835
Arroz	4,000	14.400
Açúcar	3,500	13.062
Carne de vaca.....	1.000	1.145
Fubá	1.500	5.302
Leite	2,000 (lts)	1.310
Macarrão	1.500	6.390
Batata	1,250	981,250
Manteiga	0.050	380,350

Total calórico por semana.....	68.100,500
Calorias por família e por dia...	9.728
Calorias por pessoa e por dia....	4.864

Estamos vendo que é um superavit calórico exagerado. Aqui, a grande quantidade calórica não deixa de mostrar como é incompleta a alimentação do trabalhador. Verduras não aparecem, a quantidade de

(51) — O trabalhador da lavoura canavieira paulista, em geral, cozinha o pão em casa.

(52) — E' um dos poucos casos de consumo de charque.

leite é pequena, o que também se verifica quanto à manteiga.

Encontramos na Usina Ester, município de Campinas, um caso de limite exato, ou seja 3.000 calorias, pertencente ao trabalhador Antonio Teodoro. A média dos superavits, por usinas, é de 17,36 %. Por trabalhadores apuramos o seguinte: Trabalhadores industriais — 10 casos a mais e 41 a menos; trabalhadores rurais — 14 a mais e 34 a menos. Os trabalhadores rurais, que têm o padrão de vida afetado por condições de ordem econômica, aparecem melhor situados que os industriais. Veremos a seguir como se distribuem os superavits e os déficits nas famílias dos trabalhadores industriais pesquisados:

O menor superavit — 1,04 % — está com a Usina Itaquerê, no município de Tabatinga. Em seguida vêm as usinas Tamoio, Monte Alegre, Ester e Boa Vista.

Os déficits partem de 4,07 atingindo a 49,50. O Sr. F. Pompeu do Amaral, médico da Superintendência do Ensino Profissional, procedeu a um inquérito sôbre a alimentação das famílias das alunas do Instituto Profissional Feminino de São Paulo, selecionando 793 fichas. Fazendo o estudo sôbre o teor vitamínico da alimentação consumida, chegou à conclusão de que "na ração média encontrada no presente inquérito, verifica-se déficit de tôdas as vitaminas". (53) E'

(53) — F. Pompeu do Amaral — A alimentação da população paulistana — Revista do Arquivo Municipal (São Paulo) — N.ºXC — Pág. 86.

oportuno salientar que verificamos, em nossas fichas, o mesmo fato assinalado pelo referido pesquisador. E também podemos dizer que na alimentação dos trabalhadores canavieiros paulistas, encontramos déficits de vitaminas (esta observação é feita como um detalhe, pois, o nosso inquérito visa a alimentação principalmente sob o aspecto econômico-social). Veremos, agora, os déficits e os superavits calóricos dos trabalhadores rurais:

A família do trabalhador F. S., da Usina Schimidt, que tem o menor superavit não escapa à regra comum, isto é, a quantidade calórica não exclui subalimentação.

A família do trabalhador R. G., da Usina Tamoio, município de Araraquara, tem o déficit menor, pertencendo o maior à família de I. M. da Usina Itaquerê. Nas fichas que organizamos, a ausência de alimentos protetores aparece imediatamente. ramos com o consumo de leite, numa indagação posterior, soubemos que êste alimento nem sempre é ingerido por adultos, destinando-se principalmente aos menores.

Pelos resultados a que chegamos — e em comparação com os estados açucareiros do norte, concluímos que a situação alimentar (chamamos a atenção para o significado do têrmo alimentar) do trabalhador paulista em usina de açúcar é relativamente boa, aliás o simples contacto com o material a ser pesquisado já revelava um estado satisfatório.

IV

Examinaremos neste capítulo os resultados obtidos na pesquisa realizada nos Estados do norte açucareiro. Começaremos pela Bahia, cuja maior parte das usinas está localizada na zona do Recôncavo, tradicional região açucareira que teve um período de esplendor na época colonial, de cujo tempo ainda guarda como lembrança, ruínas dos sobrados e das igrejas. A Bahia possui o terceiro município açucareiro do Brasil, mas isso em nada influi no estado verdadeiramente angustioso do trabalhador em usina de açúcar. Visitamos habitações de palha e conversamos com vários trabalhadores que ganhavam insuficientemente para os gastos mais normais. Pelas estradas do recôncavo açucareiro, não raro deparamos cortadores de cana visivelmente sub-alimentados: êles traziam sempre a sua refeição numa lata ou marmita, refeição que em 80 % dos casos é constituída de nove partes de farinha para uma de **carne do Ceará**. Os preços dos gêneros de primeira necessidade, na ocasião do inquérito, 1942, estavam subindo sem que os salários acompanhassem essa progressão. Alguns usineiros reconheciam a gravidade do momento, porém, o aumento do custo de vida decorria de questões independentes da sua vontade. A capacidade aquisitiva cada vez mais diminuía, com fundos reflexos na saúde do obreiro. O fato já era assinalado por técnicos e um dêles, o Sr. Cesar Araújo, escrevendo sôbre

a tuberculose rural (54), salientava que no município de Santo Amaro esta doença atingia cifras consideráveis. Em lugares próprios examinamos os diferentes aspectos do padrão de vida do trabalhador na indústria açucareira baiana.

Nos capítulos anteriores vimos resultados comprometerem os cálculos dos dietólogos, mas sempre em meio a longa lista de déficits, encontramos superavits, como nos Estados do Rio, Minas e São Paulo. Na Bahia, para cem famílias pesquisadas sòmente apuramos dois superavits calóricos, que não exprimem em absoluto um bom estado alimentar. Pequeno — melhor nenhum — é o teor vitamínico da alimentação consumida. Os alimentos componentes da ração usual são: feijão, farinha de mandioca, charque, açúcar, carne de gado e toucinho. O arroz aparece em quantidades diminutas, o mesmo acontecendo ao fubá.

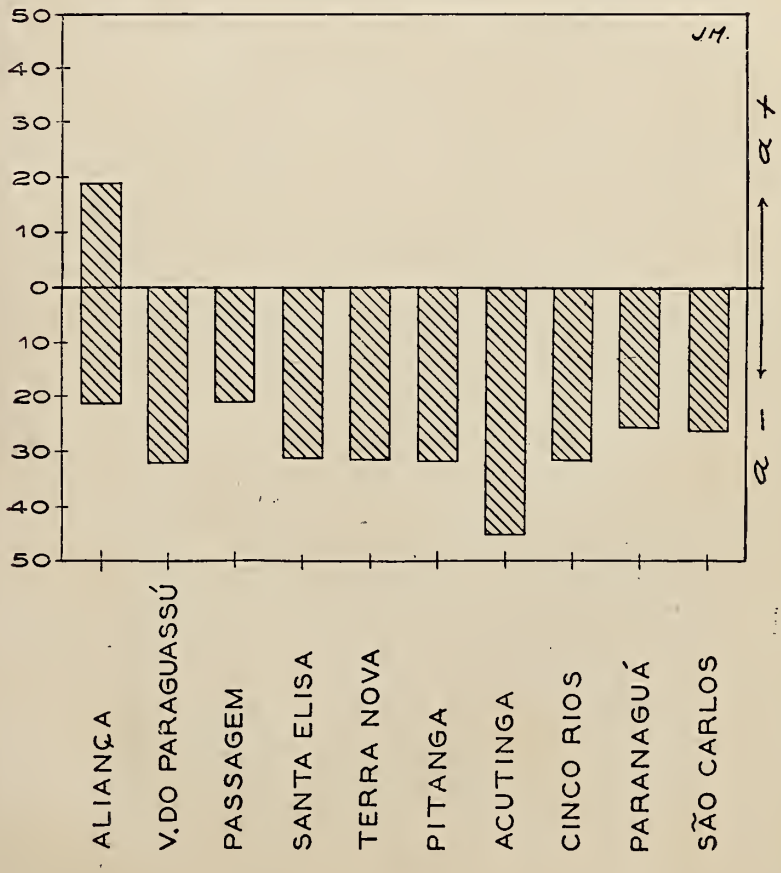
Em três categorias enquadram-se os alimentos: energéticos, plásticos e protetores. Nos energéticos agrupam-se os alimentos ricos em hidratos de carbono e gorduras. Dissemos repetidas vêzes que para uma alimentação sadia, o calor não é tudo. E' mister o contrabalançamento da energia calórica com os alimentos plásticos, responsáveis pela construção e reparação dos tecidos (proteínas — encontradas no feijão, carne, ovos, queijo, etc.; — a dosagem proteica é variável: na carne aparece com 20 %). Os sais mi-

(54) — Arquivos de higiene.

nerais (cálcio, fósforo, ferro, etc.) exercem considerável influência na alimentação, porém, não figuram em dosagens normais na ração dos trabalhadores ouvidos. Quanto aos alimentos protetores, aquêles que asseguram o desenvolvimento normal das trocas orgânicas, verifica-se o mesmo (êles realmente exercem um papel de proteção e são encontrados em determinados alimentos proteicos, vitaminas e nos alimentos que fornecem sais minerais). O **azeite de dendê** é consumido na Bahia, sendo uma substância rica em provitamina A. Não encontramos, todavia, nem um caso de consumo dêste óleo entre os trabalhadores inquiridos. Êste azeite, em geral, é empregado nos pratos da culinária baiana (no vatapá, por exemplo). Tomamos por base a alimentação numa semana e devido talvez a êsse critério não pudemos constatar o seu consumo.

Não estamos revelando uma novidade. Outros estudos mostraram a pobreza alimentar do trabalhador nortista. Sôbre os trabalhadores rurais nordestinos, o Sr. Rui Coutinho, abalisado nutricionista patrício, escreveu: "a sua alimentação é muito precária: pela manhã ou ainda de madrugada, tomam café apenas com açúcar bruto ou rapadura; às 9 horas almoçam; um pedaço de carne, às vêzes, substituído pelo bacalhau com pirão dágua (feito de farinha de mandioca); alguns, cujas condições pecuniárias permitem, acrescentam um pouco de feijão; à noitinha, repetem essa mesma alimentação".

GRÁFICO COMPARATIVO DAS MÉDIAS
DOS SUPERAVITS E DOS DEFICITS CALÓRICOS
POR USINAS PESQUISADAS



Nos municípios de Cachoeira e Santo Amaro, a alimentação é acrescida de peixe. O quiabo e o aipim, de quando em quando, também entram na **bóia** dos trabalhadores baianos da zona açucareira. A seguir, na ordem da menor média de déficit, por usina, para a maior, veremos o que apuramos:

MÉDIA DE DÉFICITS CALÓRICOS
(por usina)

Usinas	%	N.º de famílias
Passagem	21,38	10
Aliança	21,71	8
Paranaguá	24,87	10
São Carlos	25,70	10
Santa Elisa	31,03	10
Terra Nova	31,21	10
Cinco Rios	31,56	10
Pitanga	31,61	10
Vitória do Paraguassu....	31,97	10
Acutinga	44,38	10

A maior média de déficit pertence à Usina Acutinga, situada no município de Cachoeira. Esta usina, por família de trabalhador, também aparece com as mais elevadas percentagens de deficiência energética.

Os dois superavits encontrados na maior usina da terra bahiana, respectivamente 12,60 % e 15,50 %, conforme acentuamos linhas atrás, não condizem com

uma alimentação racional. Vejamos as fichas dos trabalhadores P. M. (ajustador) e J. P. (cortador de cana). O primeiro, que é casado e sustenta 4 pessoas, compra por semana: 3 litros de feijão, 20 litros de farinha, meio quilo de café, 1 quilo de charque, meio quilo de arroz (o arroz devido ao custo, não é muito consumido), 2 quilos de açúcar, 3 quilos de carne verde, 1 quilo de fubá, 1 quilo de toucinho, cem gramas de legumes e Cr$ 2,50 de pão. O segundo, que é solteiro, gasta o seguinte por semana: meio litro de feijão, 6 litros de farinha, 0,250 gramas de café, 1 quilo de charque, 0,250 gramas de arroz, 1 quilo de açúcar, 1 quilo de carne verde e Cr$ 0,50 de pão. Como estamos vendo, os dois superavits não eximem a subnutrição. A alimentação de ambos apresenta uma série de carências, já na parte concernente às vitaminas, já quanto à indispensável dosagem de sais minerais.

Três usinas têm déficits, por família de trabalhador, que ultrapassam a 50 %. São elas: Pitanga (1 caso — 52,44 %), Vitória do Paraguassu (1 caso — 53,67 %), e Acutinga (3 casos — 53,02 %, 56,03 % e 57,19 %). Na primeira usina o déficit pertence a um trabalhador rural, na segunda a um industrial; na terceira estão assim distribuídos: o primeiro a um industrial e os dois restantes a trabalhadores rurais.

À guisa de detalhe, esclarecemos que os salários dêstes trabalhadores são pequenos. E. M. ganha 3,60 por dia; A. F. — 4,00 e M. S. — 2,00. Convém sa-

lientar que a Usina Acutinga tem pequena produção, sendo mesmo uma das menores do Estado.

Voltaremos, ainda, a falar sôbre a Bahia, quando tivermos de comparar os resultados do nosso inquérito, mas, desde agora, podemos fazer nossas as palavras de um ilustre economista patrício, o Sr. Roberto Simonsen. "Ouvimos, a cada passo, críticas sôbre a descontinuidade do trabalho do nosso homem do campo e da sua falta de ambição. Estou convencido de que êste fenômeno não traduz, como se diz, um estado deliberado de preguiça; é que o nosso homem do campo é um sub-alimentado e não dispõe, por isso, de resistência física suficiente para executar um trabalho contínuo, a que está afeito o colono devidamente educado e proveniente de povos bem nutridos" (55). Essa falta de resistência física é causada pela sub-alimentação. Embora o problema alimentar não seja, como já tivemos ensejo de escrever, um mero problema de salário, não resta a menor dúvida, porém, que se o trabalhador ganhar mais, comerá melhor.

---

(55) — Roberto Simonsen — Níveis de vida e a economia nacional — Bol. M. T. I. C. N.º 99 — Págs 226 — 227.

ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR NA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA BAIANA

Damos, abaixo, à guisa de detalhe, o quadro da freqüência do consumo dos diversos gêneros alimentícios utilizados pelas famílias dos trabalhadores inquiridos:

FREQÜÊNCIA DO CONSUMO DOS DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — (número de vêzes por semana)

Usinas	Feijão	Farinha	Café	Charque	Arroz	Açúcar	C. verde	Toucinho	Fubá	Verduras	Pão	C. Porco	Leite	Ovo	Observações
										2	2	—			
Acutinga	10	10	10	10	2	10	10	10	—	3	5	—	—	—	12 famílias cozinham sem gordura de qualquer espécie.
Aliança	10	10	10	10	3	10	9	7	4	4	3	1	—	—	
Cinco Rios	10	10	10	10	2	10	10	10	—	3	4	—	—	—	
Paranaguá	10	10	10	10	5	9	9	10	1	4			1	—	
Passagem	10	10	10	10	5	10	10	10	5		4	—	2	2	
Pitanga	10	10	9	10	2	9	9	6	—	1	—	—	—	1	
Santa Elisa	10	10	10	10	1	10	9	9	1	1	6	1	—	—	
São Carlos	10	10	10	10	4	9	9	10	2	4	3	—	—	—	
Terra Nova	10	10	9	9	1	8	8	7	1	4	—	—	—	—	
Vitória do Paraguassu	10	10	10	10	2	10	8	9	2	1	2	—	—	—	
TOTAIS	100	100	98	99	27	95	91	88	16	27	33	2	3	3	

Nota: — 100 famílias pesquisadas (10 famílias por usina)

V

A pesquisa sôbre as condições alimentares do trabalhador na indústria açucareira sergipana, realizada em 1942, muito se assemelha — quanto aos resultados — com a efetuada na Bahia e que foi objeto do nosso comentário no capítulo IV.

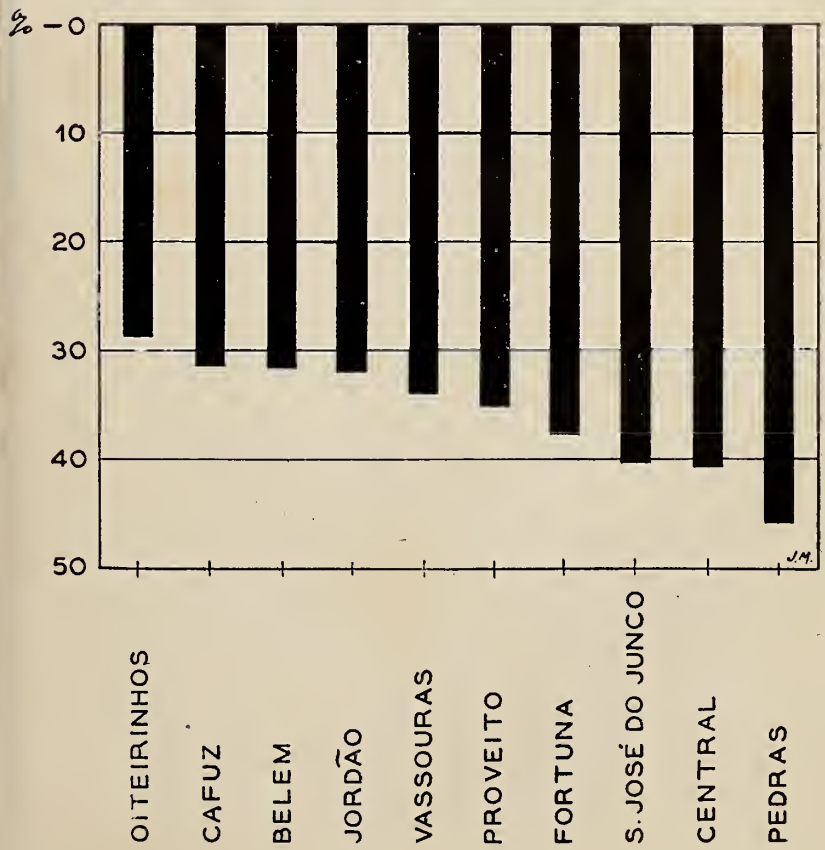
O trabalhador sergipano também ganha pouco e se alimenta mal. Na ocasião do inquérito, já se verificava a alarmante alta do custo de vida, sem que os salários fôssem aumentados. O resultado era uma considerável restrição na capacidade aquisitiva. A carne cedia lugar a um gênero mais barato, quase sempre a farinha de mandioca. Em cem famílias pesquisadas só dez consumiam arroz. Decrescia enormemente o gasto de gordura, em face do elevadíssimo preço do toucinho em rama. Ainda mais uma vez se patenteou a carência de vitaminas na ração dos trabalhadores que vivem naquela região nordestina. Um trabalhador em Capela, disse-nos: "não se pode mais viver nesta terra. Não há dinheiro que chegue para a comida..." Quem nos falava assim, dessa maneira simples, era um rurícola, chefe de família. Em tôda parte sentíamos que a necessidade morava naqueles canaviais que visitamos. Confirmamos, assim, o ínfimo padrão alimentar do trabalhador.

Desejamos acentuar, aqui, o seguinte: não é só no Brasil que o trabalhador vive insuficientemente alimentado. Nos Estados-Unidos, onde o **standard of**

living das classes trabalhadoras é bom, há zonas agrícolas desconfortáveis e homens sub-alimentados. Em Cuba, o **guajiro**, durante a safra, quando recebe um bom salário — o salário médio anual do operário cubano, na indústria açucareira, é de 92 dólares, informa J. P. McEvoy — tem uma alimentação composta de carne, arroz com manteiga e feijão; na entre-safra êle "se alimenta de bananas, macacheira, boniatos e malangas. Boniato é um tubérculo açucarado e malanga uma hortaliça; êsses dois produtos representam a base da alimentação do trabalhador rural durante o tempo morto. O café foi substituído pela garapa. Quando não mais suporta o regime alimentar e quando roeu o último tubérculo de boniato, o **guajiro** emigra, em busca de comida que mendiga ou de trabalho também mendigado. Mas, onde encontrar trabalho, se êle não existe ? Quase sempre o trabalhador rural que emigrou encontrou sòmente chuvas tropicais, e com ela faz a sua aparição o paludismo, sem que haja dinheiro para médicos e medicinas". (56) O trabalhador cubano destina 60 % da sua renda aos gastos com alimentação. Em Pôrto Rico, os preços dos gêneros alimentícios são elevados e, como no Brasil, os trabalhadores estão atravancados com as dívidas nos armazéns. Na República Dominicana, o trabalhador é miseràvelmente pago; sòmente o negro, escreve

(56) — Gileno Dé Carli — O Drama do Açúcar — Págs. 102-103.

GRÁFICO COMPARATIVO
DAS MÉDIAS DOS DÉFICITS CALÓRICOS
POR USINAS PESQUISADAS



um observador, consegue resistir à baixa remuneração.

O Sr. Artur Suarez, em 1931, através uma interessante investigação, mostrou que os trabalhadores de Quito não se alimentavam devidamente. Dos inqueridos, bebiam leite sòmente 30 % (em quantidades diminutas); 16 % das famílias não tomavam nenhuma refeição pela manhã. A carne, geralmente consumida, não aparecia em porções necessárias. Como no Brasil, a alimentação era essencialmente hidrocarbonada. As crianças não tinham dieta e ingeriam a comida dos pais. Um estudo empreendido pelo Departamento do Trabalho do México revelou, além da deficiência vitamínica, que 50 % a 62 % da população dos Estados de Chiapas e do México têm uma alimentação pobre, muito inferior às necessidades normais. No Chile, a alimentação do obreiro é também deficiênte. Nêste país, segundo o relatório apresentado pela delegação chilena à 10.ª Conferência Sanitária Pan-Americana, realizada em Bogotá, em setembro de 1938, 30 % do operariado assalariado, percebendo um ordenado que varia de 5 a 12 pesos, só pode ter uma alimentação inadequada e que só fornece 1.200 (às vêzes chega a 1.500 calorias) por dia. Os recursos são pequenos e as necessidades são vastas. Em Salvador, escreve "La Prensa", acatado órgão daquêle país, no número de 1-6-39: "nossa população rural alimenta-se mal, não só por se nutrir insuficientemente, mas também porque come sempre a mesma espécie de

alimentos. Os cereais são preparados de forma anticientífica. Uma refeição composta invariàvelmente de arroz, feijão e bolos de milho é insuficiente para qualquer organismo, especialmente nos trópicos". Ultimamente, o problema da alimentação está sendo encarado sèriamente e, assim, várias nações, através conselhos ou departamentos especializados estudam, de acôrdo com as possibilidades regionais, a melhor maneira de combater o flagelo da sub-alimentação. Será aumentando os salários e tornando-os compatíveis com um regime alimentar adequado que se resolverá, pelo menos em parte, êsse importantíssimo problema da atualidade.

Na pesquisa que realizamos em Sergipe, apuramos déficits calóricos que atingem 59,31 %. A alimentação é a tradicional do homem do interior. Muita farinha, **jabá** em quantidades pequenas e raramente o traço vitamínico. A finalidade do **pirão** é encher o estômago, pensa o nosso trabalhador. Por êste motivo, já dissemos alhures, o problema alimentar não é apenas de salário é, também, o da formação de uma nova mentalidade. Na terra sergipana não tivemos oportunidade de constatar um caso de superavit, o que nos leva à ilação de ser precário o estado alimentar daqueles 100 trabalhadores que pesquisamos na zona que tem o maior número de usinas de açúcar. Devemos ressaltar, entretanto, que encontramos usineiros preocupados com questões relacionadas com assistência médico-social. Visitamos

um hospital mantido pela Usina Oiteirinhos, em Japaratuba.

As médias de déficits, por usina, partem de 28,76 % e atingem a 45,64 %. São usinas pequenas, convém esclarecer, e que não podem pagar muito ao trabalhador. São estas as médias calculadas:

Usinas	Médias
Oiteirinhos	28,76 %
Cafuz	31,60 %
Belém	31,77 %
Jordão	32,02 %
Vassouras	33,95 %
Proveito	35,03 %
Fortuna	37,69 %
São José do Junco	40,22 %
Central	40,62 %
Pedras	45,64 %

Os resultados não são dos melhores, como acentuamos. Verificando o quadro, fàcilmente se comprova a asserção. Por família de trabalhador apurámos que os déficits começam em 26,96 % e chegam a 59,31 %.

Existem 13 casos de déficits que ultrapassam a 50 %. O menor déficit pertence à família do trabalhador J. H. S., da Usina Oiteirinhos. O limite calórico exigido é quase alcançado. O déficit máximo

está com a família do trabalhador E. N., da Usina Proveito, casado e com 8 filhos. Suas compras na semana da pesquisa foram: feijão — 2,500; farinha — 20,000; Café — 0,500; charque — 2,000; açúcar — 2,000; carne verde — 2,000; carne de porco — 1,000; carne de sol — 2,000; toucinho — 0,500. E. N., no momento que o ouvimos, ganhava Cr$ 5,00 por dia (salário variável de acôrdo com a produção).

Em Sergipe, escreve Costa Couto, "os hábitos alimentares quase nada diferem dos seus companheiros de região (refere-se a Alagoas). Notamos que o feijão, a farinha de mandioca, a batata, o arroz, a carne de vaca e de porco e o charque, além do café e do açúcar, são alimentos de maior consumo, juntamente com os produtos do milho. O cuscus de milho, comum em todo o Nordeste, entra habitualmente no café da manhã e na ceia do sergipano, quer no litoral, quer no interior, fazendo-se acompanhar de beiju de mandioca, fruta-pão, tubérculos e pão de trigo". (57)

Nas dez usinas sergipanas pesquisadas, a freqüência do consumo dos diversos gêneros alimentícios utilizados pelas famílias dos trabalhadores inquiridos assim aparece: o feijão e a farinha, respectivamente, 100 vêzes; o açúcar e a carne verde, respectivamente, 99 vêzes; o café, 98 vêzes; o charque, 97 vêzes; a carne de porco, 84 vêzes; a carne de sol, 45 vêzes; o toucinho,

---

(57) — Costa Couto — Panorama Alimentar do Brasil — Págs. 156 e 157 — Separata de Cultura Médica — números 5 e 6 — Rio — 1943.

43 vêzes; o arroz, 10 vêzes; o pão, 8 vêzes; ovos, 7 vêzes; o fubá, 4 vêzes; banha, 2 vêzes e verduras, 1 vez. Como vemos, as vitaminas são escassas. Surgiu um caso único de consumo de verduras. O feijão, a farinha e o charque são, como se deduz, os alimentos básicos da ração dos trabalhadores perquiridos.

VI

Pesquisamos, em cinco Estados, um total de 49 usinas, compreendendo ao todo 490 famílias, com exceção de um inquérito feito sôbre as condições de vida dos colonos canavieiros paulistas. O Estado que se apresenta com maior número de déficits é Sergipe. Esta unidade da Federação, a bem dizer, vive do açúcar, mas a quantidade de usinas e engenhos não impede a triste situação alimentar do obreiro sergipano. Nas cem famílias inquiridas, não encontramos um único caso de superavit. Situação não muito diversa é a da Bahia, que aparece com 98 déficits para 2 superavits energéticos. Nos Estados do Sul, isto é, Minas Gerais, Estado do Rio e São Paulo, o resultado foi o seguinte:

ESTADOS	Déficits	Superavits	N.º de famílias pesquisadas
Minas Gerais . . .	59	31	90
Estado do Rio . . .	71	29	100
São Paulo	74	26	100

A julgar pelos resultados obtidos, levando-se em conta o número de famílias pesquisadas, os três Estados sulistas têm uma situação equivalente. Êstes resultados nos levam à conclusão de ser melhor no sul que no norte a alimentação do trabalhador.

Não pesquisamos as condições de vida dos trabalhadores alagoanos e pernambucanos. Entretanto estudos realizados naqueles Estados nordestinos positivam a insuficiência da alimentação. Orlando Parahym fala de um inquérito efetuado por Augusto Pontual Fiúza, **entre operários que serviam a um industrial pernambucano**, cujos resultados revelaram os seguintes déficits:

Cálcio	— 68 %	a	menos	das	cotas	desejáveis
Fósforo	— 12 %	"	"	"	"	"
Vitamina A	— 75 %	"	"	"	"	"
Vitamina B	— 96 %	"	"	"	"	"
Vitamina C	— 36 %	"	"	"	"	"

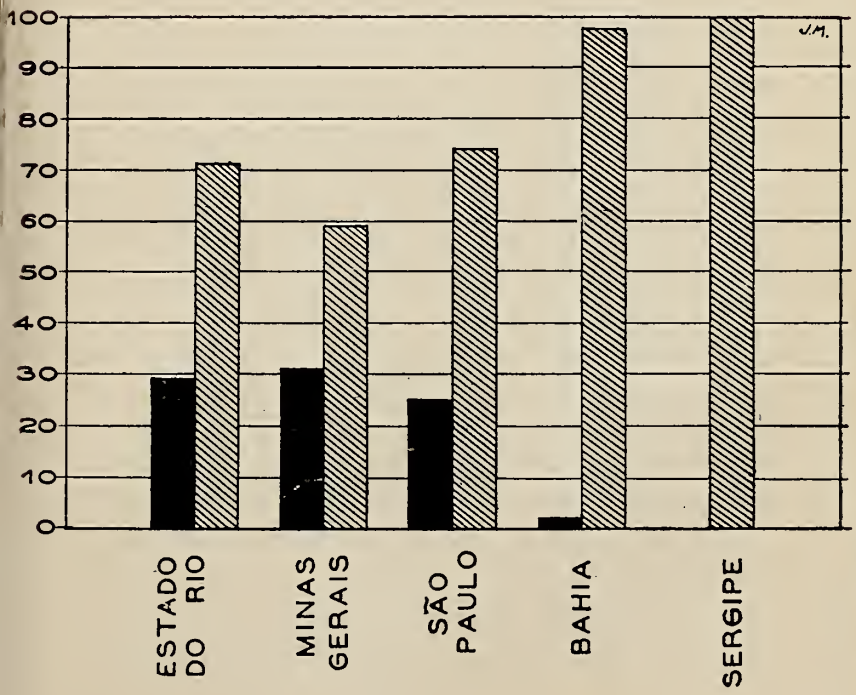
"O valor calórico total da ração, escreve Parahym, era insuficiente, considerando-se o trabalho de fôrça dêsses operários". (58) No sertão pernambucano, segundo sua observação, o **caatingueiro** prefere antes vender os frutos nas feiras que utilizá-los na alimentação. Uma ração alimentar deficitária influi tanto na mortalidade infantil, como na mortalidade geral. Tôda

(58) — Orlando Parahym — A vitamina C na alimentação sertaneja — Págs. 27/28 — Recife — 1941.

GRÁFICO COMPARATIVO DO NÚMERO

DE DÉFICITS E SUPERAVITS ENERGÉTICOS

POR ESTADOS PESQUISADOS



melhora na alimentação, diz Emilio Llorens (59), contribui notàvelmente para as condições físicas, e também morais da população, com suas correspondentes vantagens econômicas e sociais.

Em certas regiões nordestinas, devido ao alto preço dos alimentos, consome-se banana misturada com farinha de mandioca. No nordeste a alimentação é condicionada pelo fator clima. No período da safra, isto é, de setembro a março, é largamente utilizado o "mel de engenho", juntamente com a garapa e rapadura.

Josué de Castro investigou, em 1934, as condições alimentares das classes operárias do Recife, "inquérito naturalmente incompleto, diz êle, com algumas lacunas por ser o primeiro procedido entre nós, mas que veio revelar a que ponto é deficitária, verdadeiramente mortal, a alimentação das classes pobres". Foram pesquisadas 500 famílias, num total de 2.585 pessoas. Sôbre os resultados dessa investigação, o autor da **Alimentação no Brasil** escreveu o seguinte: "cada indivíduo se alimenta de 62 gr de albumina, 310 gr de hidrato de carbono e 13 gr de gordura, num total energético de 1.646 calorias. No que diz respeito a sais minerais, contém êste regime, 0,400 gr de cálcio e 0,005 de ferro. E', pois, um regime insuficiente, incompleto e desarmônico. E' insuficiente, por não ter o total de calorias necessário. In-

(59) — Emílio Llorens — El subconsumo de alimentos en America del Sur — Pág. 32 — Buenos Ayres.

completo, por seu déficit sensível em albuminas, em cálcio e em ferro. E, ainda, por sua carência em vitaminas, dada a sua pobreza habitual em legumes verdes, frutos e gorduras. Desarmônico, porque contém um excesso de hidrocarbonados em proporção às gorduras, e ainda em proporção aos elementos de utilização nutritiva". (60) Quer isto dizer que na capital do maior Estado Açucareiro do Brasil a alimentação é inadequada. Quer dizer, então, das zonas rurais?

Não foi sem razão que a Conferência das Nações Unidas sôbre a alimentação e a agricultura, realizada em 1943 e que reuniu representantes de 44 países, reconheceu que a principal causa da fome e da sub-alimentação é a pobreza. Falando ainda de Pernambuco, queremos mencionar o inquérito do Sr. Gileno Dé Carli que, em 86 trabalhadores de várias usinas, apurou consideráveis déficits nos orçamentos familiares.

Segundo Morrow Wilson, metade da população da América Latina é constituída de doentes, sendo que os restantes 50% não são sadios devido à subnutrição. A sub-alimentação não é específica das zonas canavieiras. Poder-se-ia mesmo dizer que êste problema é o mais grave dos problemas brasileiros. O Prof. Hélion Póvoa acha que "não resolveremos as nossas dificuldades, em matéria tão complexa e difícil

---

(60 — A alimentação brasileira à luz da geografia humana — Josué de Castro — Págs. 134 e 139 — Pôrto Alegre — 1937.

quanto à alimentação, sobretudo das coletividades obreiras, com a aplicação servil das noções colhidas nos meios estrangeiros, tão diferentes das condições biológicas e sociais em que vivemos. Mil conhecimentos precisamos ainda para nos bastarmos a nós próprios, na contemplação e resolução dos nossos erros e defeitos alimentares. Basta dizer que escapam ainda à órbita das tabelas nutricionistas muito dos nossos alimentos. O nosso homem constitui equação bio-social a exigir condições especialíssimas. Em resumo, respeitando os postulados clássicos da ciência, que são universais, podemos dizer que para a perfeita nutrição do brasileiro temos necessidade de uma nutrologia tanto quanto possível brasileira".

São tremendas as repercursões da sub-alimentação, sendo incontável o número das suas vítimas. Há um interessante estudo de Francisco Pompeu do Amaral, sôbre as conseqüências da má alimentação no operário. Mostra êste estudioso que a "ração deficiente dos operários constitui, sem dúvida alguma, um dos maiores fatôres do alcoolismo". A carência da B1, diz êle, "não se revela, no organismo do trabalhador, ùnicamente pelo beribéri típico. O cansaço, a fraqueza muscular geral, as cãibras, as dormências, os formigueiros, as nevralgias, as polinevrites, etc., para o lado do sistema nervoso; a inapetência, as gastralgias, a prisão de ventre, o **mal de engasgo**, para o lado do aparêlho digestivo; a anemia, bem como perturbações do aparêlho cárdio-vascular e das glân-

dulas de secreção interna, etc., traduzem com freqüência, pelo menos, falta relativa dêsse elemento na dieta ou deficiente aproveitamente dêle" (61). O autor chama a atenção para o fato de que a tuberculose atinge com mais facilidade aos sub-alimentados, acentuando que uma alimentação essencialmente hidro-carbonada, como é a nossa, é também um campo aberto para o mal de Hansen.

Nosso inquérito teve como finalidade conhecer as condições de vida do trabalhador na indústria açucareira do Brasil. Está claro que a alimentação tinha de figurar, mas não foi o único ponto da investigação. Estudamo-la sob o aspecto econômico-social, isto é, a importância por ela exercida na vida do trabalhador. Preocupou-nos, como acentuamos linhas atrás, mais o lado econômico que pròpriamente o dietético. Coletamos, obedecendo aos métodos já descritos anteriormente, um material que possibilitou um conhecimento da situação alimentar e, dessa maneira, resolvemos aproveitá-lo de algum modo. O critério adotado foi, como vimos, o das calorias e, nos cálculos efetuados, nos guiamos pelas tabelas mais modernas. Já tivemos ensejo de tecer alguns comentários sôbre a energética alimentar. Pensamos como RadhaKamal Mu-Kerjee, quando falando sôbre o estudo comparativo da dieta assim se ex-

---

(61) — Conseqüências da má alimentação no operário — Francisco Pompeu do Amaral — Pág. 262 — Bol. M. T. I. C. N.º 97.

prime: "a verdadeira teoria dos valores da alimentação só pode ser formulada segundo uma investigação comparada na dieta de diferentes povos. A diferença de clima deve afetar a quantidade de alimento necessário e há razões para acreditar que a quantidade de energia despendida por dia no trabalho é maior nas regiões quentes que nas frias. Também depende muito do nível geral da medida física". (62)

O trabalhador da indústria açucareira não come bem, não só porque não sabe, mas também porque não pode. Por um lado lhe falta o conhecimento necessário sôbre uma boa alimentação, e, por outro, êle não tem um salário que comporte as despesas ordinárias. Seu poder aquisitivo é pequeno e sua educação, em matéria de alimentos, é nenhuma. Com acêrto escreve o Prof. Kafuri: "a tarefa da educação alimentar é de tremenda importância para o nosso povo; e a instauração do hábito alimentar correto para uma saúde perfeita é a espinha dorsal do programa de defesas e de construção da nacionalidade" (63). Compreendendo a realidade, ou melhor, a importância do problema foi que a Conferência de Hot Springs teve como escopo o estudo e a

---

(62) — Regional Sociology — RadhaKamal MuKerjee — Pág. 65 New York.

Aspectos Nacionais e Internacionais do Problema da Alimentação.

(63) — Prof. Kafuri — Pág. 237 — Bol. M. T. I. C. N.º 110.

indicação dos **meios capazes de garantir aos povos do mundo futuro abastecimento de gêneros em quantidades suficientes e qualidades adequadas e tais que todos os homens, onde o homem houver, se possam sentir livres da necessidade, para assim, poderem trabalhar e construir.** (64)

A alimentação do trabalhador em usina de açúcar muito depende do fornecimento, armazém ou barracão. "Há uma entidade comercial escravisadora do trabalho na usina: o barracão. Vende caro as mercadorias ruins, compradas a baixo preço. Desconta os vales por dinheiro, mediante pesado ágio. Força o consumo de aguardente e enriquece o dono do barracão" (65), escreve Gileno Dé Carli, referindo-se ao Estado de Pernambuco. Já dissemos alhures que os chamados barracões ou fornecimentos são os lugares onde o labor da gente rural é explorado pelos vales. E não há outra alternativa senão adquirir os gêneros, a não ser que o trabalhador queira morrer de fome. Os vales crescem nas gavetas e são descontadas no pagamento, enquanto o patrão lucra por duas formas: com o trabalho do homem e com os lucros dos produtos que negocia (66). Êste sistema verdadeiramente escravagista, no entanto, está desaparecendo das zonas canavieiras, sendo poucas as usinas que ainda o conservam. Nos

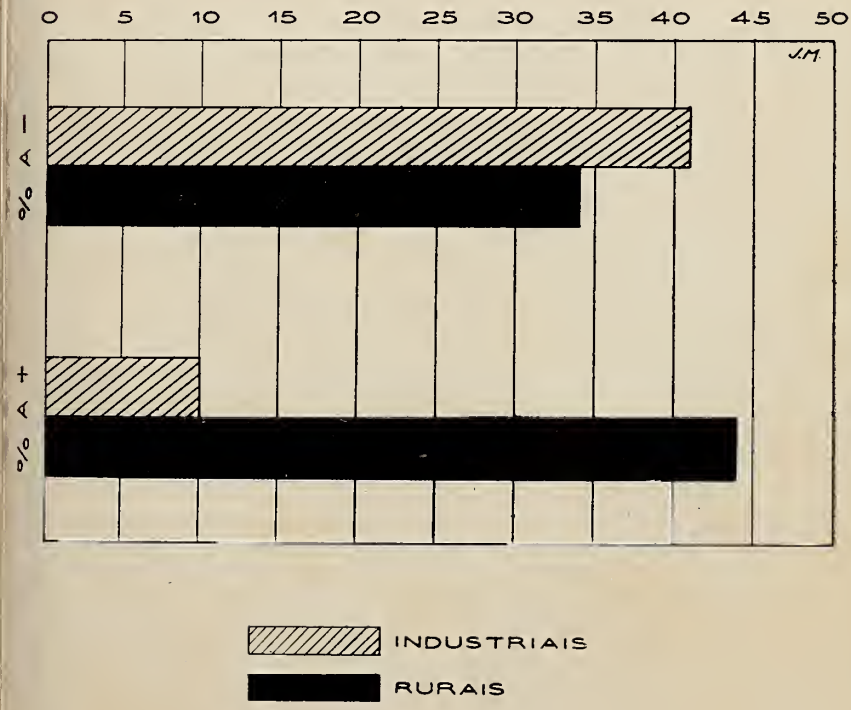
---

(64) — Idem.

(65) — Aspectos Açucareiros de Pernambuco — Gileno Dé Carli — Pág. 40 — Rio — 1940.

(66) — Ensaio de Sociologia Rural Brasileira — Vasconcelos Tôrres — Pág. 26 — Rio — 1943.

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO NUMERO DE TRABALHADORES INDUSTRIAIS E RURAIS PESQUISADOS, COM OS DÉFICITS E SUPERAVITS CALÓRICOS ALCANÇADOS



Estados que visitamos, na maioria das vêzes, os trabalhadores recebiam em dinheiro e não em espécie.

A venda, bolicho ou bodega é o ponto de reunião dos cortadores de cana, carreiros e demais trabalhadores agrícolas. Ali sabe-se das novidades e ali é habitualmente tomado um trago de cachaça. Vimos armazéns de propriedade particular ou de usinas, bem organizados e sortidos, como os da Refinadora Paulista, em Piracicaba e Araraquara, mas vimos também choças servindo de fornecimento, sem gêneros e cobrando pelos poucos existentes preços escorchantes. Tomamos sempre os preços das mercadorias, preços êstes que foram relacionados numa ficha especial. Nos Estados da Bahia e Sergipe, muitos dos trabalhadores compram seus mantimentos nas tradicionais feiras, o que lhes favorece o ensejo de ter uma efêmera vida social. Os preços das feiras, entretanto, são quase os mesmos vigorantes nos armazéns. Para provar nossa asserção, vejamos um exemplo. Obtivemos os preços dos gêneros alimentícios num armazém particular, na zona da Usina Proveito, Capela, Sergipe; no quadro abaixo poderemos notar a sua pequena variação para a feira realizada semanalmente na sede do município:

PREÇOS (1 quilo)

Gêneros	Armazém	Feira
Feijão (litro)	1,00	1,00
Farinha	0,40	0,40

Café em grão	2,40	2,20
Charque	6,00	5,80
Açúcar	1.20	1,20
Toucinho	3,20	3,20
Carne de sol	3,660	3,40

Como vemos, são pequenas as variações no café e na carne de sol, gêneros que na feira, na data da averiguação, custavam menos vinte centavos. Êste fato repete-se comumente nas zonas canavieiras nordestinas.

O custo de vida, quando estivemos na Bahia e Sergipe, já começava a subir. Ganhando pouco, como ganhava o trabalhador naqueles dias, e não podendo adquirir a sua predileta **carne do Ceará**, se via obrigado a racionar suas compras. No sul verificava-se o mesmo, porém, o fênomeno era mais atenuado.

Recentemente, com o intuito de comparar os preços dos gêneros obtidos na época da investigação em São Paulo — 1941 — com os atuais, mandamos buscar nos armazéns uma relação, por onde se pode ver a ascenção do custo das utilidades alimentares. Vamos exemplificar com a Usina Piracicaba, que possui uma sociedade cooperativa:

PREÇOS (1 quilo)

Gêneros	1941	1943
Feijão	1,20	1,70
Farinha de trigo.....	1,50	1,60

Farinha de milho.....	0,95	1,70
Farinha de mand.....	0,70	1,00
Charque	4,50	6,50
Banha	4,30	8,00
Arroz	1,40	2,20
Açúcar	1,20	2,10
Café em grão.....	2,70	3,80
Fubá	0,55	1,00
Macarrão	1,40	2,20
Batata	0,70	1,60

A simples leitura do quadro dispensa os comentários. Várias causas, além da guerra e da crise de transportes, são apontadas como responsáveis pelo aumento do custo de vida. Rafael Xavier pondera que "no estudo do problema do encarecimento do custo de vida no Brasil, não nos podemos ater só aos fatôres internos; devemos procurar as causas externas de influência mais acentuada, pois nossa economia, nìtidamente reflexiva, pelas contingências próprias, dado o aspecto de país produtor de matérias primas e gêneros de alimentação, nos liga fundamentalmente às oscilações dos preços e da procura dos mercados externos, embora êsses efeitos já se atenuem com a transformação sofrida nos últimos anos, pelo notável desvio das atividades econômicas nacionais, no sentido dos mercados internos" (67). O fato, porém, é que o progressivo aumento do custo de vida tem de-

(67) — O Problema de Custo da Vida — Rafael Xavier — Pág. 106 Bol. M. T. I. C. N.º 82.

terminado uma considerável restrição na capacidade aquisitiva dos trabalhadores canavieiros.

Há um problema alimentar na indústria açucareira do Brasil, que poderá ser resolvido ou pela fundação de restaurantes rurais, por conta do usineiro, ou pelo cooperativismo. Mas, a pedra angular, sem dúvida, repousa na educação, na campanha bem dirigida sôbre a alimentação racional, qual vem fazendo na Capital da República o Serviço de Alimentação da Previdência Social. O SAPS, durante o almôço, distribui um boletim educativo aos trabalhadores, no qual vêm conselhos como êste: "Trabalhador: tôda alimentação correta deve conter, como já sabemos, vitaminas em grande quantidade. As vitaminas mais importantes são as vitaminas A, B, C e D. Falemos hoje da vitamina A. E' ela que protege a nossa visão, a nossa pele, e também os nossos brônquios contra as bronquites e os resfriados. Nossa refeição de hoje é rica em vitaminas. A Ela se encontra na abóbora, no leite, na manteiga e na laranja. Qualquer alimentação que não contenha leite, verduras e frutas será pobre em vitaminas. E sem vitaminas a alimentação não pode proteger a saúde do nosso corpo". Êste é um meio prático de ensinar ao trabalhador as vantagens dos princípios vitais à alimentação.

Otacilio Tomanick estudando o **problema da alimentação e o cooperativismo,** diz que de duas maneiras êle pode ser resolvido: ou com as cooperativas de produção (vendas em comum) ou com as cooperativas

de consumo. A eliminação dos intermediários estabelece um **preço justo, remunerador, para o trabalho produtivo e um nível sempre compatível com os interêsses e capacidade aquisitiva dos consumidores.** Tomanick escreve: "procurando organizar racionalmente o consumo das utilidades, as sociedades cooperativas não devem descuidar de educar os consumimidores, fazendo-os conhecer e apreciar devidamente o valor econômico e a qualidade intrínseca dos gêneros e produtos, a fim de que o consumidor se oriente verdadeiramente para o quadrante do seu legítimo interêsse". (68)

Algumas usinas já adotam o sistema de cooperativas, sendo de notar os seus resultados positivos.

O restaurante é outra chave para a solução do problema. Partindo do princípio de que o trabalhador bem alimentado produz melhor, a usina criaria um serviço de alimentação para os seus trabalhadores. Tal medida favoreceria uma baixa no custo da alimentação, sem falar nos incontáveis benefícios que prestaria à saúde do obreiro. Aos trabalhadores rurais, a alimentação seria fornecida em marmitas térmicas. Os lucros possìvelmente obtidos reverteriam em proveito dos freqüentadores do restaurante. Durante as refeições, os trabalhadores inteirar-se-iam das vantagens de uma nutrição perfeita, através cartazes ex-

---

(68) — O Problema da Alimentação e o Cooperativismo — Otacilio Tomanick — Pág. 257 — Bol. M. T. I. C. N.º 99.

pressivos e palestras ao alcance do seu conhecimento. E, por qualquer motivo, não sendo exequível a criação do restaurante, os usineiros passariam a adotar uma política alimentar, isto é, mostrariam aos trabalhadores a conveniência da plantação de legumes e hortaliças, tarefa esta que, em grande parte, poderia ser exercida pela professôra rural. Os resultados benéficos seriam dos dois lados.

Mas, em tudo isto, avulta o trabalho da educação. E' preciso ensinar o homem a comer, eliminando o errôneo conceito de que a comida foi feita para encher a barriga. O mal do Brasil, disse um nutricionista, é mais um mal de fome do que um mal de raça. Sem a hábil preparação do terreno, não é possível uma boa colheita.

VII

SITUAÇÃO CIVIL — UNIÕES ILÍCITAS — AMBIENTE MORAL — RESULTADOS E CONCLUSÕES

I

Na pesquisa que levamos a efeito nas zonas canavieiras, a situação civil aparece como um detalhe. Não tendo pròpriamente relação com as condições de vida do trabalhador, êste item do nosso inquérito serve apenas para evidenciar que, em algumas regiões, o casamento é resolvido da maneira mais simples, tudo dependendo de uma combinação prévia, da qual resulta a constituição de um lar. Assinalamos, recentemente, as dificuldades deparadas pelo obreiro quando pretende consorciar-se legalmente, seguindo as indispensáveis formalidades legais. O juiz nem sempre está perto das zonas rurais, o que não acontece ao sacerdote, que peregrina pelas fazendas, realizando casamentos perante o altar, salientando que a união mais lícita é aquela que tem a benção da igreja. Mas, não raro, falta o juiz e falta o padre, não havendo ainda dinheiro para custear as despesas que êsses atos exigem e o resultado é o **arranjo**, uma espécie de contrato tácito, pelo qual as duas partes consentem em viver sob o mesmo teto, ambos trabalhando para satisfazer as despesas comuns. Isto se verifica quanto ao casamento; na parte que diz res-

peito ao registro dos filhos, é mais ou menos seguida idêntica conduta.

Não podemos generalizar, afirmando categóricamente a freqüência do fato na maioria das zonas rurais. Da nossa parte, constatamos nas zonas canavieiras sulinas e nortistas, uma boa percentagem de casais legalmente constituídos. Em Minas Gerais, por exemplo, a percentagem de casados pelo civil, é de 84,4%. Na terra montanhesa, quando procedemos a pesquisa entre noventa famílias de diferentes usinas, encontramos 3,3 % de viúvos, sendo que dêstes sòmente um não pretendia se casar. Dos onze solteiros, seis estavam de casamento marcado e cinco já estavam tratando dos papéis. O quadro abaixo dá uma idéia da situação:

MINAS GERAIS

Usinas	Casados	Solteiros	Viúvos
Ana Florência..	8	2	—
Jatiboca	7	3	—
José Luis.....	9	—	1
Mendonça	10	—	—
Passos	8	—	2
Rio Branco	9	1	—
São João.....	8	2	—
Santa Teresa...	10	—	—
Ubaense	7	3	—

Cortadora de cana paulista

Na terra bandeirante não tivemos ensejo de perquirir casais ilìcitamente constituídos, sendo expressiva a percentagem de trabalhadores casados pelo regime legal, conforme depreendemos do quadro que se segue:

SÃO PAULO

Usinas	Casados	Solteiros	Viúvos
Piracicaba	9	1	—
Boa Vista.....	8	1	1
Monte Alegre...	9	1	—
Vila Raffard....	9	1	—
Tamoio	8	1	1
De Cillo.....	9	1	—
Ester	9	1	—
Schimidt	9	1	—
Itaquerê	10	—	—
Santa Bárbara...	7	3	—

Como vemos, há predominância de casados e, aqui quando falamos de casados, queremos aludir à situação daqueles que se serviram das circunscrições de casamentos para a legalização dêsse ato civil. Os viúvos encontrados pretendiam contraír novas nupcias.

Na terra fluminense a pesquisa revelou uma média relativamente alta de **amasiados.** Das cem pessoas perquiridas, trinta e quatro não procuraram nem a igreja

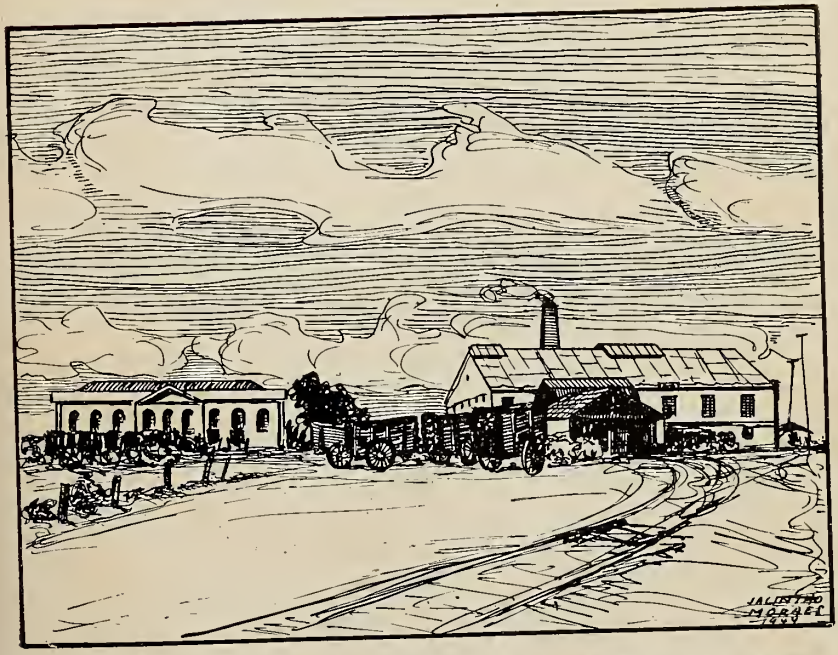
nem o cartório. Usinas localizadas quase dentro do eprímetro urbano, apresentaram-se com casais ilìcitamente constituídos, sendo que duas delas com maior número de amasiados, conforme a distribuição no quadro abaixo:

ESTADO DO RIO

Usinas	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
Santo Amaro...	7	—	1	2
São José.....	8	1	—	2
Cambaíba	7	1	—	2
Paraiso	8	—	—	2
Poço Gordo....	3	1	—	6
Santo Antonio..	4	—	—	6
Santa Cruz....	4	3	—	3
Queimado	3	3	1	3
Novo Horiz....	6	—	—	4
Barcelos	5	—	—	5

Os casados surgem numa percentagem de 55 %, os amasiados com 34 %, os solteiros com 9 % e, finalmente, os viúvos com 2 % .

A união ilícita, devemos esclarecer, não é específica das zonas rurais, sendo possìvelmente mais característicamente urbana. Procuramos sentir o ambiente moral das famílias que, por motivos vários, decidiram resolver o problema do matrimônio à sua



Uma usina fluminense. Em primeiro plano aparecem os carros, repletos de cana, que aguardam a pesagem na balança

moda e pudemos averiguar que nêle existe respeito e tranqüilidade. De resto, o certificado legal não assegura o que busca um chefe de família: o sustento da companheira e dos filhos. Isto não importa em relegar a plano inferior a questão legal do casamento. Pensamos mesmo que deveria ser criada uma política nêsse sentido. Não defendemos essa liberdade de **arranjos**, nascida aliás da falta de recursos e, também, da ausência de uma mentalidade sôbre os efeitos jurídicos do casamento. O fato que assinalamos acima, entretanto, é uma verdade fàcilmente verificada.

O resultado da pesquisa realizada na Bahia, revelou uma expressiva maioria de **amasiados**; para 42 % de casais nesta situação, apuramos 28 % de casados, 28 % de solteiros e 2 % de viúvos. Já em Sergipe, a percentagem de **ajuntados** é de 14 %, sendo de 63 % a de casados. Os quadros abaixo especificam os resultados da nossa investigação:

ESTADO DA BAHIA

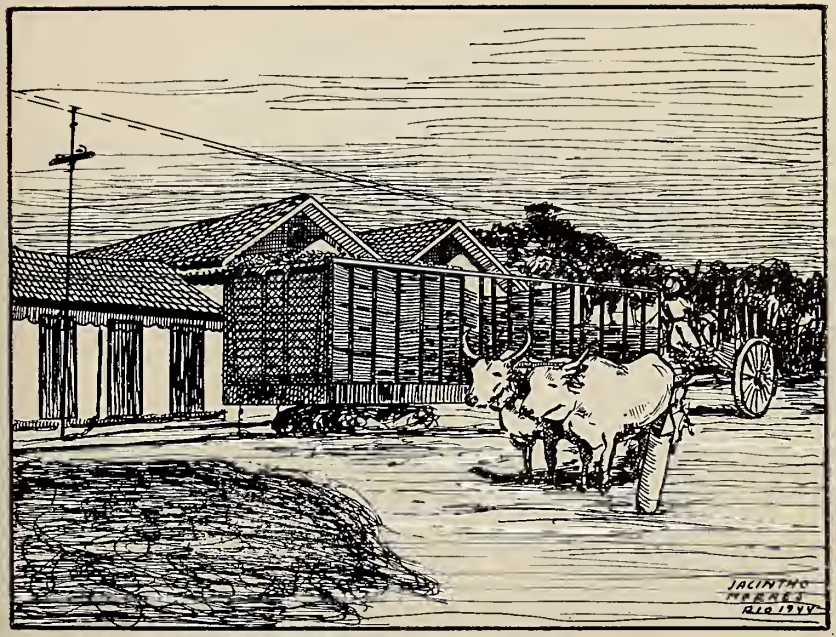
Usinas	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
Aliança	5	3	—	2
Santa Elisa.....	1	3	—	6
Terra Nova.....	5	2	—	3
Paranaguá	1	5	—	4
Acutinga	2	2	—	6
Pitanga	5	3	—	2
V. do Parag....	3	2	—	5
Passagem	2	2	1	5
São Carlos.....	1	4	—	5
Cinco Rios.....	3	2	1	4

ESTADO DE SERGIPE

Usinas	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
S. José do Junco	2	6	—	2
Pedras	2	8	—	—
Vassouras	3	5	—	2
Belém	4	5	—	1
Central	—	8	—	2
Cafuz	1	7	—	2
Jordão	2	6	—	2
Fortuna	5	4	—	1
Oiterinhos	3	5	—	1
Proveito	1	9	—	2

Não podemos subestimar a concorrência de fatôres que condicionam os chamados **ajuntamentos**, entre os quais avulta o econômico. Devemos ressaltar a circunstância de que muitos trabalhadores solteiros, sem compromissos decorrentes do matrimônio, tinham pesados encargos domésticos, responsáveis que eram pelo sustento da família. Uma parte dêsses trabalhadores pretendia casar-se ou amancebar-se tão cedo resolvesse os seus problemas que, muitas das vêzes, estavam na dependência de um pequeno aumento de ordenado.

A mulher do trabalhador desempenha importantes funções domésticas e, freqüentemente, além do labor caseiro, exerce atividades remuneradas, auxiliando o corte de canas, etc. A condição de solteiro re-



Um aspecto da vida canavieira fluminense. O carreiro enchendo a "grade"

presenta de fato uma economia maior de dinheiro, mas por outro lado requer uma série de serviços que vão desde a lavagem da roupa até ao fornecimento de comida. Falamos do trabalhador solteiro considerado isoladamente, isto é, sem a responsabilidade de sustentar a progenitora, irmãos menores, etc.

Cumpre esclarecer que nos dois Estados do norte, englobamos na denominação de casados os trabalhadores que procuraram a igreja católica para a legalização, espiritual, diriamos bem, do enlace.

A cerimonia liturgica, aos olhos da família operária, na imponência do seu ritual, como que legaliza o pacto de uma união sagrada.

Os casados legalmente (Bahia e Sergipe) apareceram em número restrito. Em Sergipe não apareceu nenhum e na Bahia ,dos vinte e oito casados, sòmente quatro tinham certidão passada pelo oficial do Registro Civil.

Nos cinco Estados pesquisados, assim aparece a situação civil do trabalhador:

Estados	Casados	Solteiros	Viúvos	Amasiados
Estado do Rio...	55%	9%	2%	34%
São Paulo.....	87%	11%	2%	—
Minas Gerais...	84,4%	12%	3,3%	—
Bahia	28%	28%	2%	42%
Sergipe	63%	23%	—	14%

Foram pesquisados cem trabalhadores em cada Estado, com exceção de Minas, onde ouvimos noventa.

Como vemos, cabe ao Estado de São Paulo a primazia dos trabalhadores casados, colocando-se no lugar imediato o Estado do Rio. Quanto ao número de amasiados, a Bahia aparece em primeiro lugar, seguida pelo Estado do Rio.

VIII — OUTROS ASPECTOS DO INQUÉRITO

I

Examinaremos, neste capítulo, alguns dos elementos recolhidos no inquérito, sem relação direta com o nível de vida. Trataremos em primeiro lugar do problema da assistência médico-social.

O número de médicos brasileiros exercendo a profissão no interior é insignificante. Sòmente os abnegados ou os que não foram felizes na tentativa de clinicar na cidade, vão para as zonas distantes, suportanto sacrifícios de tôda ordem, levando uma vida vazia, sofrendo a concorrência do curandeiro, tendo de entender de tudo, pois atende em tôdas as especialidades. Reside numa casa desconfortável e, quantas vêzes, altas horas da madrugada, montado no seu cavalo, raquítico, caminha longamente pelas veredas torcicoladas das estradas, para atender ao chamado de um enxadeiro que tem a espôsa agonizante e nada lhe pode pagar. Êste nobre tipo do interior brasileiro não encontrou ainda o seu cronista adequado. Vive no anonimato, engrandecendo a medicina, sem anunciar cabotinamente nos jornais as curas milagrosas,

sem fotografar as filas da carne e do leite e depois publicar o clichê como se a multidão focalizada estivesse esperando a vez de ser atendida pelo humanitário doutor X, pessoa muito querida e que, a qualquer protexto, é homenageada com um lauto banquete. Lá está aquêle fugitivo abnegado, dando consultas sem cartões numerados e pouquíssimas vêzes recebendo os honorários. Esta figura simpática, entretanto, nem sempre é encontrada no interior brasileiro. Andamos por fazendas sulistas e nortistas, mas nem sempre encontramos clínicos.

A assistência médico-social no Brasil deixa muito a desejar. Em alguns lugares há interêsse em tratar da saúde do obreiro, mas em outros, o trabalhador é ignorado como expressão homem, para só ser visto como um fator de produção. Há absoluta falta de médicos nas zonas rurais. Os curandeiros substituem os homens formados. Êles possuem um receituário arrevesado, onde as ervas constituem o princípio de tôdo medicamento. Chamamos a atenção para o fato de que essa substituição apresenta melefícios, pois, cura-se uma complicação intestinal como se fôsse um mau olhado. (69)

Mas, se a falta de médicos, por si só, constitui sério problema, a ausência de hospitais e ambulatórios, por outro lado, agrava mais ainda a situação. Nos casos em que a hospitalização é requerida, o cam-

(69) — V. Ensaio de Sociologia Rural Brasileira.

Esposa de trabalhador canavieiro na lida doméstica

pônio terá de apelar para a Santa Casa mais próxima ou para um estabelecimento distante do centro das suas atividades, sujeito, não raro, aos incômodos de jornadas penosas, arriscado a perecer antes de chegar ao local a que se destina.

As Santas Casas, em determinadas regiões, realizam verdadeiros milagres. Sem recursos, contando com as contribuições de associados ou parcas subvenções oficiais, sem aparelhamento cirúrgico e sem um corpo clínico adequado, elas suprem tôdas as deficiências com a abnegação dos seus enfermeiros, quase sempre responsáveis pelos doentes que as procuram. Visitamos vários dêsses estabelecimentos nas viagens que empreendemos pelos Estados açucareiros. Em todos êles ouvíamos as invariáveis queixas dos administradores. Muitos dêles não possuíam instalações suficientes para comportar o número cada vez maior de doentes e o resultado era a improvização de corredores em enfermarias, quando havia corredores. Do contrário, o doente era rejeitado e, enquanto aguardava a desejada vaga, sucumbia. Presenciamos cenas tristes e admiramos o trabalho dos enfermeiros que, na falta de gaze, trabalhavam com panos usados.

Entretanto, nem todos os centros canavieiros que visitamos possuíam Santa Casa. Os enfermos dessas zonas eram submetidos a tratamentos empíricos, o curandeiro aí tem uma extraordinária missão. Sua palavra vale como ordem e a sua rudimentar terapêutica é seguida à risca. Não é necessário ressaltar

a absoluta ausência de higiene nêsses "tratamentos", onde a cachaça tem papel saliente na cura de certos males...

Temos notícias de que algumas usinas pernambucanas e alagoanas não descuram da assistência médico-social aos seus empregados. Não visitamos os Estados de Pernambuco e Alagoas, de maneira que êles estão excluídos dos nossos comentários. Na Bahia e em Sergipe, constatamos alguns ambulatórios, sendo que na terra sergipana estivemos num hospital mantido pela Usina Oiteirinhos. Aliás, em tôdas as nossas viagens, só nos foi dado visitar dois estabelecimentos hospitalares: o referido e o da Usina São José, no Estado do Rio. Em São Paulo o problema não é descurado e há possibilidade de hospitalização, possuindo as principais usinas um serviço médico que atende regularmente aos trabalhadores, os quais, às vêzes, são descontados no salário para êsse fim. Em Minas ocorre o mesmo, porém, em proporção bem menor. Na terra fluminense, a assistência médico-social atingiu a um nível aceitável. Os descontos aparecem, como nas demais; entretanto, em caso de necessidade, tôda a família do obreiro poderá ser atendida.

O Hospital da Usina São José, por exemplo, possui uma excelente sala de operações e uma confortável ambulância. O hospital em aprêço realiza a assistência ao trabalhador rural que, do contrário, teria de procurar os centros urbanos quando necessitasse de medicação.

Para admissão de um trabalhador à usina, é necessário um atestado do médico da fábrica, que responde aos seguintes quesitos:

Nome do candidato.....
Departamento .....
Seção .....
Função .....
Chapa .....

Atesto que do exame procedido no candidato acima nomeado verifiquei o seguinte:

Estado geral .....
Aparêlho afetado.....
Moléstia infecto-contagiosa.....
Defeito físico.....
Está vacinado ou revacinado.....
Parecer .....

Por êsse processo a usina fica sabedora do estado sanitário dos seus operários. O número de trabalhadores hospitalizados, em 1943, segundo um relatório, foi de 177. Há, ainda, um serviço odontológico, que atende a apreciável número de trabalhadores. O serviço cirúrgico tem colhido bons resultados e ampliase de ano para ano.

Dos dois hospitais visitados, êste era o dotado de eficiência e confôrto.

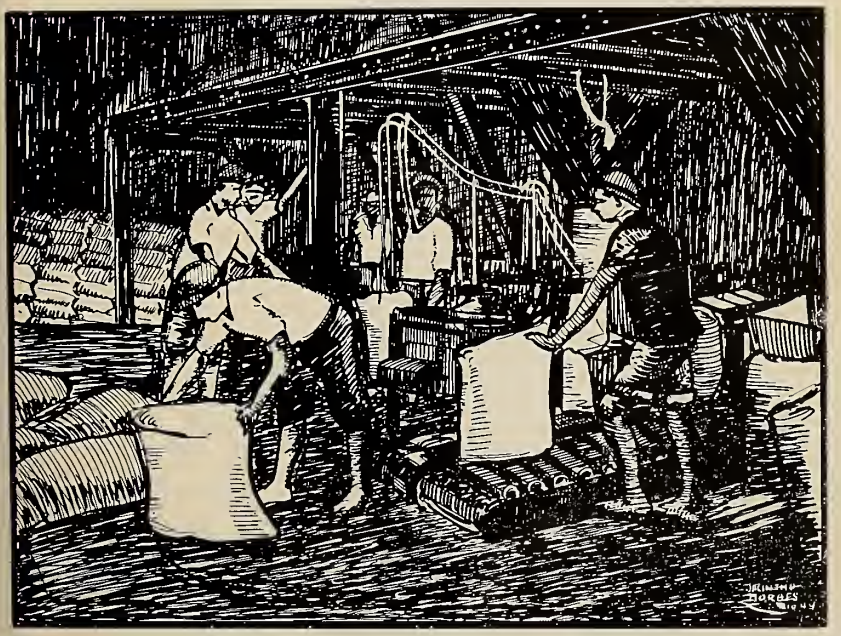
A Usina São José, entretanto, nos dados que colhemos sôbre a alimentação do trabalhador, aparece com nove casos de "deficits" para um de "superavit", sendo que êste ultrapassou os limites normais. Já tratamos dêsse assunto quando fizemos o estudo da alimentação do trabalhador canavieiro fluminense.

Mas, se os dois hospitais encontrados representam muito para o local onde estão situados, a inexistência de estabelecimentos similares, ou mesmo inferiores, nas demais regiões, contribui para o mau estado sanitário de uma grande quantidade de trabalhadores que empregam as suas atividades na agroindústria açucareira.

II

O material recolhido, conforme vimos, não se refere apenas ao padrão de vida. Depois de tratarmos, em linhas gerais, do problema da assistência médico-social, temas que pretendemos desenvolver oportunamente, passaremos ao comentário das amostras de tipos étnicos, observados nas pesquisas feitas.

Os tipos étinicos das zonas canavieiras não se diferenciam dos demais das zonas agrícolas do Brasil. No norte, por exemplo, constata-se um regular número de mestiços e negros, enquanto em São Paulo, devido aos afluxos imigratórios, há uma apreciável percentagem de brancos. Na terra fluminense, onde o braço escravo era o sustentáculo da produção açuca-



Na sacaria de uma usina moderna

reira, existe um certo equilíbrio entre os três tipos catalogados para a nossa observação. Assim, para 35 brancos encontramos, no Estado do Rio, 38 negros e 27 mestiços.

Nossa investigação obedeceu ao método mais simples, limitando-se ùnicamente à anotação do tipo observado, que era aquêle a quem ouvíamos para a coleta do material destinado ao estudo das condições de vida. No fim de cada formulário havia um item consagrado ao tipo étnico.

Catalogamos os elementos brancos, negros e mestiços, relacionando o resultado por zona e por usina. Entretanto, procuramos colhêr sempre a impressão de proprietários, gerentes e capatazes sôbre a eficiência dos trabalhadores conjugada com a côr. As opiniões variavam consideràvelmente. Em São Paulo, no município de Piracicaba, um usineiro declarou-nos não admitir trabalhador negro, de vez que o considera provocador de desordens e ineficiente no serviço. Ponderando esta declaração, podemos buscar nela um motivo de ordem puramente social: na terra paulista há um grande número de descendentes de italianos que guardam seus usos e costumes, apesar de, muitas vêzes, se deixarem absorver pelo meio no qual se radicaram. Não encontrando o nosso **prêto** aquêle ambiente costumeiro da sua vida, não se aclimata, tornando-se, dessa maneira, um desajustado; como resultante êle perde o interêsse pelo serviço e na primeira oportunidade vai bater em outras plagas.

Na Bahia e em Sergipe, entretanto, verifica-se o contrário. O negro é considerado excelente mão de obra, na maioria das opiniões que anotamos. Tal fato decorre, possìvelmente, da abundância de elementos de côr naquelas duas regiões nortistas.

Há um traço importante a ressaltar. Nas zonas canavieiras que percorremos, mesmo naquelas onde predomina sensìvelmente o trabalhador branco, encontramos uma atmosfera de união, nunca perturbada por sentimentos de preconceitos raciais, o que também acontece em outras regiões, mercê da índole do nosso povo. O negro, como é sabido, ajudou a criar o Brasil e, mesmo na escravatura, nos dias longínquos da chamada civilização do açúcar, vamos encontrar a mãe preta embalando nos braços os filhos dos senhores de engenho, esculpindo, não raras vêzes, a sua inteireza moral.

Temos em mira alinhar os resultados do nosso inquérito e não pretendemos fazer um estudo etnográfico particularizado. Não admitimos, por convicções arraigadas, a superioridade racial. Vamos caminhando para uma época em que o homem, independente do pigmento da sua pele, terá livre ingresso na civilização, sem a necessidade de exibir o seu cartão de pureza étnica. Aquêles que pretenderem levantar a bandeira do purismo racial já estão reconhecendo a ineficiência dêsses princípios deletérios.

Retomemos o fio da meada. Revelou a pesquisa efetuada em São Paulo a maioria de trabalhadores

brancos; num grupo de cem, êles aparecem com 63 % para 20 % de negros e 17 % de mestiços. Por usina, apuramos o seguinte:

SÃO PAULO

Usinas	Brancos	Negros	Mestiços
Piracicaba	7	2	1
Boa Vista.....	9	—	1
Monte Alegre..	7	2	1
Tamoio	5	4	1
De Cillo.....	7	2	1
Estér	10	—	—
Schimidt	5	2	3
Itaquerê	4	3	3
Santa Bárbara..	5	3	2
Vila Raffard....	4	2	4

MINAS GERAIS

Usinas	Brancos	Negros	Mestiços
Ana Florência...	4	6	—
Jatiboca	2	5	3
José Luís	2	4	4
Mendonça	5	3	2
Passos	6	1	3
Rio Branco....	3	4	3
São João.....	3	4	3
Santa Teresa...	2	5	3
Ubaense	5	2	3

Brancos 33, 5%
Negros 37, 7%
Mestiços 26, 6%

BAHIA

Usinas	Brancos	Negros	Mestiços
Aliança	—	8	2
Santa Elis.a....	1	7	2
Terra Nova....	—	8	2
Paranaguá	2	7	1
Acutinga	—	7	3
V. do Parag.....	—	5	5
Passagem	—	6	4
Pitanga	1	5	4
São Carlos.....	2	5	3
Cinco Rios.....	1	7	2

Brancos ..... 7 %
Negros ..... 65 %
Mestiços ..... 28 %

SERGIPE

Usinas	Brancos	Negros	Mestiços
S. José do Junco	3	5	2
Pedras	1	4	5
Vassouras	2	1	7
Belém	1	5	4
Central	3	2	5
Cafuz	—	7	3
Jordão	—	4	6
Fortuna	2	4	4
Oiterinhos	1	5	4
Proveito	2	2	6

Brancos	15 %
Negros	39 %
Mestiços	46 %

Por Estado, os resultados são os seguintes:

Estados	Brancos	Negros	Mestiços
Estado do Rio..	35%	38%	27%
São Paulo.....	63%	20%	17%
Minas Gerais...	35,5%	37,7%	26,6%
Bahia	7%	65%	28%
Sergipe	15%	39%	46%

São Paulo, como vemos, aparece com a maior percentagem de trabalhadores brancos. Quanto ao número de negros, a cifra mais elevada pertence ao Estado da Bahia. Sergipe surge com o maior contin-

Como acentuamos repetidamente, os dados acima escalonados poderão não representar de fato a situação étnica nas zonas canavieiras pesquisadas, de vez que trabalhamos com grupos; na verdade, a situação apurada é a do grupo pesquisado. Acreditamos, porém, que os números exibidos não estão distantes da realidade. Se um inquérito consegue oferecer uma visão aproximada já realizou muito. Uma investigação completa nesse terreno só poderia ser levada a efeito por um recenseamento.

III

Em seguida, e ainda sumàriamente, falaremos da situação escolar nas zonas canavieiras. Sôbre o problema da educação rural, dissemos de uma feita: o muito que se está fazendo para solucioná-lo, é pouco à vista da enormidade da massa inculta. Pode ser que a geração rural vindoura apresente um índice menor de analfabetos, mas a atual é sem instrução. Os rurícolas adultos não vão à escola. Há fazendas que, perdidas na vastidão, não puderam conhecer os benefícios do ensino. Os homens viraram brutos, ignorando as coisas mais comezinhas, não tendo ao menos noção de pátria, como nos foi dado observar na Bahia e Sergipe.

O panorama da educação rural no Brasil dá margem a múltiplos comentários, dependendo do ponto de vista em que se coloque o comentarista. O pedagogo tratará da sua especialidade, bem como o médico averiguará as condições higiênicas, etc. Um pesquisador social verá em primeiro lugar, como é constituída a freqüência, origem da professôra e os programas adotados— que, infelizmente, são moldados pelos centros urbanos — quais são os alunos que não podem freqüentar e as razões que a isso são levados, etc. A respeito da origem da professôra, há uma interessante observação do Prof. Carneiro Leão, contida no seu livro "A Sociedade Rural": "os professôres, mandados para o interior, estudaram na capital ou nas grandes

cidades, cujos problemas são urbanos. Diplomaram-se em suas escolas, viveram com suas famílias nesse ambiente, aprenderam e praticaram por currículos organizados para as exigências da vida citadina. E não é tudo. Vão ensinar nos meios matutos e sertanejos, por programas manipulados na capital, cuja distribuição de matérias e cujos métodos preconizados só por descuido cogitam das necessidades e realidades da vida do interior. Sua aspiração é correr, seu pensamento está na cidade e na família distantes, seu sentido é de hostilidade ao ambiente, sua atitude de aversão ao meio que êles não compreendem e que, em retribuição, com êles antipatiza. Os professôres vivem alheios aos problemas com que se defrontam, à vida que o cerca, às necessidades que os circundam, ao destino e a felicidade dos alunos e da própria comunidade". Êstes são — quando existem — os professôres rurais do Brasil.

Nas nossas visitas às usinas, nunca deixamos de percorrer as escolas mantidas pela indústria ou pelo Estado. Nossa impressão, colhida em cinco regiões, é inteiramente favorável a São Paulo e ao Estado do Rio. Nêste último Estado, encontramos escolas dentro, próximas e afastadas das usinas. A Usina Cambaíba, por exemplo, tem à sua ilharga uma escola funcionando. No dia em que a visitamos, a freqüência era diminuta e a professôra, bastante adoentada, lá estava tomando as lições dos seus discípulos. Pèssimamente remunerada e longe dos seus, a mestra deveria,

por todos os motivos, ser uma revoltada. Entretanto, foi uma das poucas abnegadas que encontramos no nosso roteiro, uma criatura que acabou por se conformar com o sacrifício e sacrifício é ensinar no Brasil. Minas Gerais constitui o meio têrmo entre as duas regiões citadas e os Estados da Bahia e de Sergipe. Nestes dois últimos a situação escolar deixa muito a desejar.

Há um fato interessante para ser observado nas zonas canavieiras no que se refere ao ensino. Os filhos dos trabalhadores, em idade escolar, só procuram o grupo nas entre-safras, quando o silêncio toma conta da fábrica e quando a faina campesina diminui de intensidade. Coincide, não raro, a entre-safra com parte das férias, e o resultado é uma aprendizagem irregular e ineficiente. No Norte, apuramos que ainda existe a mentalidade de que para pegar no cabo da enxada não é preciso saber ler. Vimos que, em alguns lugares, o essencial para um menino — no entender do seu genitor — é assinar o nome, e tanto isto é verdade e fàcilmente se apura que, ao indagarmos a um trabalhador qualquer sôbre sua alfabetização, no caso positivo, ouvíamos invariàvelmente a seguinte resposta: assino o nome. Tal estado de coisas reclama uma adaptação de épocas para a instrução nas zonas canavieiras. A obrigatoriedade da instrução é também uma face do problema. A situação está a exigir um plano para a solução do problema, plano êste que requer a colaboração do Estado e do

usineiro e que deve alicerçar-se na experiência de povos adiantados e que compreenderam muito bem que a ausência de educação é capaz de levar um país à derrocada.

Indústrias Gráficas J. Lucena S. A.
Rua Mayrink Veiga, 22
— Rio —

Biblioteca do I. A. A.

Vasconcelos Torres
AUTOR
Condições de vida do trabalhador.
TÍTULO

Devolver em	NOME DO LEITOR
2461	[illegible]
21-1-70	[illegible]
[illegible]	[illegible]

PROVE QUE SABE HONRAR OS SEUS COMPROMISSOS DEVOLVENDO COM PONTUALIDADE ÊSTE LIVRO À BIBLIOTECA DO I. A. A.

O praso poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

Impresso para ficha de empréstimo de livro

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

2-4-68			
24-1-70			
7-5-77			
14-3-83			
09-7-83.			

Ficha para empréstimo do livro